



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FERNANDA CAMARGO PEIXOTO

Os movimentos festivos em prol da Abolição em Pernambuco (1884-1889)

**Recife, PE
2020**

FERNANDA CAMARGO PEIXOTO

Os movimentos festivos em prol da Abolição em Pernambuco (1884-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito de qualificação para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Emília Vasconcelos dos Santos

Área de concentração: Política, Instituições e Identidades.

**Recife, PE
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P379m Peixoto, Fernanda Camargo
Os movimentos festivos em prol da Abolição em Pernambuco (1884-1889) / Fernanda Camargo Peixoto. - 2020.
134 f. : il.
- Orientadora: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
1. Movimento Abolicionista. 2. Festas. 3. Memória. 4. Pernambuco. 5. Imprensa. I. Santos, Maria Emilia Vasconcelos dos, orient. II. Título

CDD 981

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

OS MOVIMENTOS FESTIVOS EM PROL DA ABOLIÇÃO EM PERNAMBUCO (1884-
1889)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

FERNANDA CAMARGO PEIXOTO

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo
Examinador Interno – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa
Examinador Externo – Departamento de Direito, Humanas e Letras – UFRRJ

DEDICATÓRIA

À minha mãe, fonte do amor mais profundo que já senti.

AGRADECIMENTOS

Por onde começar a agradecer? Tarefa difícil, que envolve vários sentimentos. Mas vamos lá...

O início se dá com a gratidão ao divino, pela preciosa oportunidade de nascer e de desfrutar as experiências no plano terreno e, também, por seu amor e compaixão. O segundo agradecimento se direciona à família, base amorosa que me ensinou os valores que tento aplicar em meu cotidiano. Agradeço especialmente à minha mãe querida, Tânia Regina, que a partir de uma visão privilegiada, pôde acompanhar o desenrolar do mestrado. Ao meu pai, que comigo sofreu até que eu conseguisse autorização do trabalho para realizar o curso. Ao meu irmão, que à distância torceu por mim, mas que, felizmente, acompanhou o desfecho desse ciclo.

Meu reconhecimento e agradecimento à minha orientadora Maria Emília. Não foi muito fácil ter uma aluna com tantos desafios, fossem eles pessoais ou acadêmicos. Sua paciência, orientações e sua fé em mim foram fundamentais para que essa dissertação se tornasse possível. Meu muito muito obrigada.

O caminho do mestrado é relativamente curto, mas inclui gente demais. Espero não esquecer de ninguém...

Ao senhor Marcos Valle, que transpondo as tentativas de sabotagem, me permitiu realizar as disciplinas do curso durante o horário do expediente. Aos colegas de trabalho Noberto, Da Luz, Marinésio, Omenas, Sagrillo, Arlen e Ronney, que compreenderam e apoiaram minhas ausências.

Na esfera pessoal, pude, felizmente, contar com a sustentação de várias pessoas. Peron, grande incentivador para que eu realizasse a seleção do mestrado. Polyana, amiga de infância, que sentiu enorme alegria com minha conquista. Edson, amigo feito durante o curso, que sempre insistia em mostrar as minhas potencialidades. Laila, amiga que me impulsionava a continuar, continuar, continuar... Diogo, Luziara, Adriana, Michele, Isabelle, Fernanda, Aleide, Midian, Aldenice, Mércia, Josemary, Eva, Lucia (*in memoriam*), Evelyn, turma do mestrado 2017-2 da UFRPE e tantas outras pessoas queridas, meus agradecimentos mais sinceros.

À banca, composta pelos professores Natanael e Carlos Eduardo, que na qualificação revelou potenciais que eu nem desconfiava possuir. Muito obrigada.

Gostaria de encerrar com as palavras da monja Jetsunma Tenzim Palmo (2015, p. [220]): “mas a natureza das coisas é vir a existir, durar por um tempo e então terminar”. Em face dos inúmeros percalços contidos em todo o processo, busquei concluir esse trabalho da melhor forma possível. Desejo, imensamente, que ele possa beneficiar outros seres, conforme me sinto beneficiada por ele.

RESUMO

O movimento abolicionista no Império Brasileiro se fez presente em diversas províncias, inclusive em Pernambuco. Os avanços tecnológicos dos séculos XVIII e XIX, como o telégrafo, contribuíram para o maior compartilhamento de projetos para o fim da escravatura. Os integrantes das organizações em prol da abolição propagaram seus ideais de liberdade a partir de práticas que ocupavam o espaço público. As instituições formais do Império, como o Parlamento, eram locais destinados a poucos, em especial, aos homens letrados. Dessa maneira, o movimento abolicionista fez uso da rua e do teatro, por exemplo, para conseguir a adesão do maior número de pessoas. Homens e mulheres, alfabetizados ou não, livres ou escravizados, pessoas de diferentes condições socioeconômicas e intelectuais participaram das conferências, dos *meetings*, da leitura de novos jornais e apresentação de peças teatrais, cuja temática era a luta abolicionista. Buscamos compreender como o ideal abolicionista foi propagado a partir das práticas festivas, que denominamos Festas da Abolição, e como elas determinaram a construção das memórias relativas ao fim do cativeiro. Na realização desta dissertação, constatamos que a imprensa teve grande relevância na propagação do pensamento abolicionista e, assim, escolhemos os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife* como nossas fontes de trabalho. Assim como as intelectuais Marlyse Meyer, Maria Lucia Montes e Maria Clementina da Cunha, dentre outros, também compreendemos a festa como um ritual de inversão de uma determinada ordem preestabelecida. Além disso, nos apoiando em Thompson, entendemos que as festas são um campo de permanências e rupturas, que inclui trocas e conflitos.

Palavras-chave: Movimento Abolicionista, Festas, Memória, Pernambuco, Imprensa.

ABSTRACT

The abolitionist movement in the Brazil Empire was present in several provinces, including Pernambuco. Technological advances of the eighteenth and nineteenth centuries, such as the telegraph, contributed to the greater sharing of ideas, such as the end of slavery. The members of these organizations that sought to abolish slavery, propagated their ideals of freedom through practices that occupied the public space. The formal institutions of the Empire, such as the Parliament, were places for the few, especially literate men. In this way, the abolitionist movement made use of the street and the theater, for example, to secure the adhesion of the largest number of people. Men and women, literate or not, free or enslaved, people of different socio-economic and intellectual conditions participated in conferences, meetings, reading new newspapers and performing plays, whose theme was the abolitionist struggle. We seek to understand how the abolitionist ideal was propagated from the festive practices, which we call Abolition Feasts, and how they determined the construction of memories related to the end of captivity. In carrying out this dissertation, we found that the press had great relevance in the propagation of abolitionist thinking and, thus, we chose the newspapers *Diário de Pernambuco* and *Jornal do Recife* as our sources of work. Like the intellectuals Marlyse Meyer, Maria Lucia Montes and Maria Clementina da Cunha, among others, we also understand the party as an inversion ritual of a certain pre-established order. Furthermore, relying on Thompson, we understand that parties are a field of permanence and ruptures, which includes exchanges and conflicts.

Keywords: Abolitionist Movement, Celebration, Memory, Pernambuco, Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A ocupação do espaço público pelo movimento abolicionista de Pernambuco.....	24
1.1 – As transformações urbanísticas e simbólicas em Recife no século XIX.....	24
1.2 – O movimento abolicionista pernambucano.....	29
1.3 – As atividades do movimento abolicionista no espaço público de Pernambuco.....	35
2. As repercussões da libertação do Ceará em Pernambuco.....	47
2.1 – As festas e o movimento abolicionista.....	47
2.2 – A abolição cearense.....	51
2.3 – As celebrações do 25 de Março em Pernambuco no ano de 1884.....	54
2.4 – Festejar após 1884?	67
3. As celebrações do 13 de Maio nos anos de 1888 e 1889.....	77
3.1 – As ideias em torno das celebrações.....	77
3.2 – As celebrações pernambucanas de 1888.....	91
3.3 – A Abolição completa um ano.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

INTRODUÇÃO

O processo que desencadeou a Abolição no Brasil teve longa duração. Além das leis que extinguiram o tráfico negreiro, em 1831 e 1850, houve, no final da década de 1860 e início de 1870, discussões que produziram a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871. Esse conjunto de legislações promoveu alterações na vida política e socioeconômica brasileira. Os artigos da lei de 1871 (Libertação do Ventre, Fundo de Emancipação etc.) interferiram na posse do bem maior dos senhores proprietários: os escravizados. Fruto desses movimentos em favor da emancipação, foi assinada, em 1885, a lei conhecida como Lei dos Sexagenários.

As justificativas dadas pelos senhores para a longa permanência da escravidão no Brasil foram várias e incluem, por exemplo, a “proteção” ao escravo em razão de sua suposta inabilidade para viver livremente (COSTA, 2010, p. 19). Ao longo do século XIX, foram elaborados diferentes projetos de emancipação. Alguns caminharam sob o princípio da legalidade e outros adotaram medidas mais radicais. Do mesmo modo, existiam percepções distintas acerca de como os cativos iriam experimentar a liberdade. Alonso, em sua pesquisa sobre o movimento abolicionista brasileiro, utilizou o conceito “escravismo de circunstância” para explicar a necessidade do trabalho do escravizado na manutenção do funcionamento do Império a partir da construção de uma “retórica de defesa do modo de vida escravocrata” (ALONSO, 2015, p. [967]). Segundo a autora, os escravistas brasileiros criaram um discurso em que não defendiam a perpetuidade da instituição escrava, mas que a entendiam como um ato necessário para impedir os males advindos de uma abolição abrupta. Dentre esses infortúnios, encontra-se o de caráter econômico. Os partidários da escravidão alegavam que o Império não poderia desfazer-se do trabalho escravo, pois este era a principal mão de obra da economia brasileira, baseada na agricultura. Até mesmo o Imperador utilizou esse argumento para responder aos abolicionistas franceses, no ano de 1866: “a liberdade era princípio nobilíssimo, mas ‘as circunstâncias penosas nas quais se encontrava o país’ obrigavam a retardá-la” (ALONSO, 2015, p. [849-851]). Outro aspecto considerado nas discussões sobre a futura Lei do Ventre Livre, era de uma possível desordem social, visto que, ao se libertar filhos e manter cativas as mães, poderiam ocorrer revoltas dos escravizados. Por último, ao entenderem a escravidão como algo natural, acreditavam que a criação de uma lei não poderia transformar as estruturas sociais nas quais o Império se baseava há tanto tempo.

Nesses argumentos não se encontravam motivos para eternizar a escravidão, apenas para retardá-la por vários anos, conforme propôs o deputado Rodrigo Silva, em debate sobre a lei de 1871. Ali, sugeriu um prazo de quarenta ou cinquenta anos para a abolição (ALONSO, 2015, p. [857]). Justificava-se a escravatura como um mal necessário para a sociedade brasileira, a fim de se impedirem outros maiores (desordem política, econômica e social) e, claro, de manter o *status quo* escravista.

Em oposição ao esforço para a manutenção do escravismo no país durante a segunda metade do século XIX, o abolicionismo espalhou-se pelas províncias do Império. O movimento social abolicionista surgiu na Inglaterra durante as discussões sobre o fim do tráfico negro,

como um tipo de política que combina campanha de pressão sobre autoridades, uso de repertório de confronto comum (organização de associações, publicações e eventos de padrão similar) e manifestações públicas repetidas por parte de grande número de pessoas, cujo compromisso perdura diante das adversidades (TILLY, Charles, 1978, apud, ALONSO, 2015, p. [5693-5700]).

Essa associação, conforme Alonso, engloba atores múltiplos, com diferentes opiniões e objetivos, sendo a heterogeneidade um atributo da mobilização. A socióloga entende o abolicionismo como o primeiro movimento social brasileiro, devido à sua capacidade de conquistar vários adeptos e às suas diferentes formas de mobilização e propaganda. Por sua vez, Maria Helena Machado (2010, p. 92), autora que estudou a participação popular nas dinâmicas abolicionistas no interior de São Paulo e nas suas zonas fronteiriças no início da década de 1880, entende que o movimento abolicionista se reacendeu depois de ter passado à retaguarda ao fim da implantação da Lei do Ventre Livre. Após esse ressurgimento, o abolicionismo ganhou as ruas, gerando preocupação nos senhores de escravizados.

Este movimento foi composto por diversos setores da classe média urbana, como funcionários públicos, militares, por políticos e também pelo “populacho turbulento”, conforme nos documenta Maria Helena Machado (2010, p. 26). O movimento abolicionista se organizou por meio de sociedades que congregavam simpatizantes à causa. O meio de atuação poderia ser legal, através de encenações teatrais visando a angariar recursos para libertar os escravizados. Todavia, a ação também podia ocorrer ilegalmente, organizando fugas dos cativos, quais as promovidas pelo Club do Cupim. Para expandir a adesão ao movimento abolicionista, diversas atividades foram realizadas: conferências, exibição de peças e *meetings* de recebimento de abolicionistas. Os espaços públicos foram tomados como palco dessas

manifestações e, em Pernambuco, o Teatro de Santa Isabel ganhou destaque. Celso Castilho (2012, p. 332), discorrendo sobre o teatro abolicionista, afirmou que uma atividade com esse caráter possuía duas funções: “uma nova forma de mobilização política e também produziu novos discursos sobre a nação. (...) Através de peças e eventos (...) se mostrava que ser um ‘bom’ brasileiro significava ter convicções abolicionistas”. Evidenciava-se uma ideia de monopólio da virtude pertencente aos defensores da abolição.

Na busca de adeptos à causa, as associações abolicionistas utilizaram outros artifícios, como a publicação de artigos. Segundo Eduardo Silva (2001, p. 109-110), a imprensa, aliada à modernização tecnológica do cabo submarino (que permitiu a comunicação diária com o estrangeiro por meio do telégrafo), contribuiu para difundir as ideias do continente europeu no Brasil – o que auxiliou na difusão da ideia da escravidão como um fator de impedimento ao progresso e à civilização. Os expedientes de disseminação da luta abolicionista foram utilizados nas campanhas de mobilização popular tanto na Corte quanto em Pernambuco, evidenciando serem práticas atinentes aos movimentos brasileiros nas diferentes regiões do país. Ao refletir sobre as atitudes do movimento abolicionista pernambucano, buscamos investigar como ele ocupou o espaço público com atividades festivas para difundir as ideias em prol do fim da escravidão nesta província.

Entender as festas relacionadas à Abolição significa elucidar como o movimento abolicionista se organizou e, assim, através de ações celebrativas, expandiu seus ideais e formas de atuação política. Para a província baiana, Jailton Brito (1996) revelou que foram realizados passeio marítimo e apresentação de peças, cujos objetivos eram arrecadar fundos para libertar os escravizados. Em Pernambuco, a propaganda abolicionista se aliou ao circo, em espetáculo dedicado a José Mariano, Joaquim Nabuco e às sociedades abolicionistas.¹ Além disso, realizou-se uma passeata carnavalesca em benefício do fundo de emancipação da Sociedade Musical 28 de Setembro.² Segundo Gouvêa (1988, p. 92), o uso dos espaços e de performances públicas pernambucanas foi conduzido, dentre outros, por José Mariano, João Ramos, Martins Júnior e Leonor Porto. Na propagação do pensamento abolicionista, a imprensa teve grande relevância, uma vez que difundia as notícias relacionadas à luta pela extinção do trabalho escravo, conforme escreveu Humberto Machado sobre as esferas de

¹Grande Circo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 255, 4 nov. 1884. Declarações, p. 4.

²BENTO DE AGUIAR, 1º secretário. Sociedade Musical 28 de Setembro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 44, 22 fev. 1884. Declarações, p. 3.

atuação do abolicionismo no Rio de Janeiro. O autor destacou que “os assuntos políticos e o abolicionismo *ganham as ruas* junto com os periódicos” (MACHADO H., 2007, p. 1).

À incursão de entender as celebrações em favor da Abolição, acrescenta-se a maneira como os diferentes setores da população, inclusive as camadas populares, foram inseridos nesse processo. Para realizar a divulgação dos ideais abolicionistas no Recife, os integrantes do movimento ocuparam diversos espaços públicos: teatros, salões das associações abolicionistas, lugares de práticas desportivas etc. Ainda que nesses lugares acontecessem eventos festivos e, supostamente, promovessem a alegria, concordamos com Moraes (2012, p. 20): “É possível perceber as tensões existentes entre uma sociedade em relação a um fato da vida social para além do caráter unívoco que muitos possam tentar atribuir à festa”. Na pesquisa realizada com os periódicos, verificamos um esforço de seus colunistas para desenvolver um sentimento cívico e de igualdade junto à população, a partir das festas, como expresso na coluna Treze de Maio do jornal *A Tribuna*, em edição que tratava do fim da escravatura:

O Brasil livre assombra hoje o mundo com o maior exemplo de civismo! Não há mais escravos no Brasil! Um ato de virilidade e patriotismo, de humanidade e justiça, acaba de congregar todos os brasileiros nos laços da mais completa igualdade³ (SILVA L., 1988a, p. 26).

No século XIX, o ato de civilizar um país era entendido como adequar comportamentos sociais, desenvolvê-lo cultural e materialmente e confeccionar leis a fim de levá-lo ao progresso (CARULA, 2016, p. 64-68). Se a escravatura representava um entrave ao estágio máximo de civilização que o Brasil poderia alcançar, a Abolição deveria ser vista como parte do projeto modernizador que inseriria o país no caminho do progresso. Segundo Mello (2007, p. [166-176]), a representação desta evolução era percebida, também, nas mudanças ocorridas nas cidades, como os transportes, a eletricidade e as comunicações. Ao percorrermos os jornais do século XIX, como o Jornal do Recife, encontramos diversas matérias que reforçam a ideia de avanço da nação a partir do fim da escravidão. Uma publicação com essa perspectiva foi impressa na revista crítica e humorística *A Exposição*:

Eis em síntese o que foi a festa de ontem. Era o delírio de uma população inteira e sequiosa de ver a escravidão, já combatida até o último reduto, cair, e o patriotismo

³BARBALHO, João. Treze de Maio. *A Tribuna*, Recife, 13 maio 1888. *A Tribuna*, p. 2. O autor do texto era Diretor Geral de Instrução Pública de Pernambuco e redator deste jornal.

gritando às consciências sãs que o 13 de Maio de 1888 tornava-se a era nova para o povo da América do Sul⁴. (SILVA L., 1988a, p. 117).

Vista como um mal a ser extirpado, um “cancro da sociedade brasileira”⁵, é razoável entender os esforços empreendidos para celebrar a obtenção da cura desta mazela. Assim, veremos como as festas foram importantes para manifestar apoio ao fim da escravatura e demarcar a ruptura da ideia de atraso, atrelada a esse passado escravista.

A temática da festa, em suas múltiplas formas, é um assunto que mereceu a atenção de diversos intelectuais e, por isso, reflexões sobre seus conceitos e modos de ocorrer foram produzidas. No nosso trabalho, nos apropriamos das ideias defendidas por Meyer e Montes, em seu livro *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*, no qual as autoras tratam dos eventos festivos em promoção às Diretas Já!. Nesta ocasião, no século XX, aconteceram as festas cívicas, comemorações nas quais a população foi às ruas para reivindicar participação nas eleições (e, para isso, organizou passeatas, comícios etc.). A relação estabelecida do nosso trabalho com essa obra se deve à inserção de diferentes tipos de pessoas nas múltiplas formas de manifestação e no ato de ocupar as vias públicas para defender uma causa.

Ao participar de eventos desse tipo, os indivíduos desenvolvem sentimento de pertença a uma coletividade e, com a repetição dos rituais, são fortalecidos os valores do grupo – o que contribui para a afirmação de uma identidade individual e de membro desta comunidade. Em suma, essas práticas fomentavam os ideais de cidadania e inclusão política. Para Meyer e Montes, a festa significava um ritual de inversão das relações sociais, ao romper com o cotidiano e suas leis. Segundo Bakhtin (2010, p. 60), as imagens produzidas do que se pretende negar nas festas populares são concretas, apresentam-se por meio de figuras ou formas: “A negação remaneja a imagem do objeto denegrido, muda principalmente sua situação no espaço, tanto do objeto inteiro como de suas partes; (...) põe o baixo no lugar do alto, ou o traseiro no lugar do dianteiro (...)”. Em nossa pesquisa, verificamos que as celebrações seguiram uma determinada forma e que seus participantes comungaram dos valores expressos durante as comemorações, como a elevação do país a um estado de civilização superior.

Maria Clementina da Cunha, em *Carnavais e outras f(r)estas* (livro composto de textos sobre diferentes formas de celebração e escrito sob a ótica da História Social), também

⁴A **Exposição**, Recife, ano 2º, n. 26, 14 maio 1888. Pequeno Correio, p. 3.

⁵Estado financeiro da provincia do Ceará. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 79, 7 abr. 1886. Publicações a Pedido, p. 4.

reconhece a festa como ritual de inversão. Nestas celebrações, são evidenciados os rituais, os materiais, mas também o simbólico, destacando as rupturas e diferenças, bem como as tensões existentes. A autora apropria-se de Edward Thompson e procura não vincular a festa a uma estrutura totalizante, mas verificar os seus detalhes dentro de um contexto histórico específico. Pretendemos acompanhar a historiadora e tentar seguir os passos de Thompson para estudar as nossas Festas da Abolição, dentro desta lógica menos generalizante, enxergando esses eventos como campo de permanências e rupturas. Acreditamos que, sendo a festa uma manifestação da cultura, ela também é um campo de trocas e “uma arena de elementos conflitivos” (THOMPSON, 1998, p. 17), na qual podemos identificar as disputas em torno das celebrações e das memórias geradas a partir delas. Ainda Thompson (1998, p. 17): através do mascaramento dos “ritos de paternalismo e da deferência”, podemos localizar as relações de poder estabelecidas.

Refletindo sobre os eventos comemorativos do 13 de Maio, identificamos vários elementos de continuidade, como a valorização de elementos pertencentes às elites, mas também encontramos momentos de cisão da ordem social estabelecida, quando os libertos ressignificam as passeatas das quais participam.

Outro trabalho que nos serviu de referência foi o livro *Algazarra nas Ruas*, de Wlamyra Albuquerque, no qual a autora discorre sobre as comemorações do Dois de Julho, entre os anos de 1889 a 1923. Aqui, pudemos acompanhar as regras de participação popular nos festejos, definidas pelos seus organizadores (que, por exemplo, estabeleciam os comportamentos aceitáveis para as festas). Apesar dos desejos dos promotores dos festejos por determinar as comemorações da Independência da Bahia, os grupos populares celebravam o evento ao seu modo. Incorporando elementos da sua cultura, como o caboclo, os populares o realizavam em datas diferentes do dia dois de julho e em bairros afastados do centro de Salvador – como a subverter tudo o que fosse possível, inclusive o calendário.

Ainda refletindo sobre as festas, Natalie Davis expressa no capítulo “Razões do Desgoverno”, (1990, p. 87) que a celebração, além de perpetuar os valores da sociedade na qual se realiza, também faz uma crítica da ordem social estabelecida. A respeito das festas coletivas, Jean Duvignaud afirma: “Insinuam-se nos interstícios das civilizações no momento em que estas são abaladas pelas mudanças (...) que podem resultar de uma modificação interna, destruidoras da cultura estabelecida” (1983, p. 67). O fim da escravatura é esse intervalo que rompe, em parte, com o modo brasileiro de produção e de vida, fazendo eclodir

as comemorações. Em trajetória ambígua, esses festejos celebram as cisões, mas também são usados para reforçar a manutenção de alguns valores daquela sociedade, como a necessidade do liberto continuar trabalhando segundo os referenciais escravistas. A título de exemplo: na cidade de Vicência, no interior de Pernambuco, o promotor da festa, em discurso, aconselhou os libertos a fazerem “bom uso de suas liberdades, entregando-se todos ao trabalho honrado e cotidiano, sem o que não poderiam obter a felicidade completa”.⁶ Os indícios sugerem que havia uma expectativa, por parte da elite, de que os libertos continuassem a trabalhar nas fazendas, afinal a liberdade jurídica não estava associada ao afastamento das atividades laborais. Além disso, fosse por razões econômicas, sociais ou ambas, os ex-proprietários corriam o risco, ao desapossar-se dos escravos, de “perder a autoridade e o prestígio advindos da posição senhorial” (SANTOS M., 2014, p. 89), que eram marcas de sua distinção social.

Um dos eixos analíticos de nossa investigação é o conceito de “cultura política”, de Serge Berstein, o qual nos orientou na compreensão dos comportamentos políticos a partir do ângulo da cultura. A definição de cultura política foi elaborada por Jean-François Sirinelli (1998, p. 350): “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Em diálogo com Sirinelli, Berstein afirma que a cultura política é um organismo vivo que se alimenta de diferentes contribuições, sejam elas de origem econômica, cultural ou social. Um dos auxílios prestados pela cultura política, segundo Berstein, é estudar o indivíduo a partir dos seus discursos, gestual etc. e, na esfera do coletivo, fornecer “uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura” (BERSTEIN, 1998, p. 362). Relacionando-o com o nosso trabalho, verificamos que rituais que compõem uma tradição ocorreram nas comemorações pelo 13 de Maio. As festas que aconteceram na Corte elaboraram um modelo de celebração a ser seguido pelas demais províncias (Cf. Moraes, 2012, p. 56). Em Pernambuco, implantou-se tal padrão com performances públicas de próstitos, declamação de poemas, apresentação musical, realização de conferências, partidas esportivas e outras atividades militantes, fórmulas narrativas, uso de símbolos materiais e de inúmeros discursos exaltando os vultos da Abolição, como o presidente do Ministério 10 de Março – João Alfredo –, da Princesa Isabel, dos abolicionistas pernambucanos José Mariano e Joaquim Nabuco. Outra característica da cultura política é o uso da repetição “para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário

⁶Vicência. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 124, 02 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação” (BERSTEIN, 1998, p. 351). Constatamos que a recorrência de certas comemorações contribuiu para reforçar a constituição de uma cultura política abolicionista.

Além das ações político-celebrativas do movimento abolicionista, nosso estudo pretende, também, evidenciar as memórias relativas às comemorações do 13 de Maio, nos anos de 1888 e 1889. Neste esforço, o ensaio “Memória”, de Jacques Le Goff, foi importante para nos orientar na apropriação desse conceito. O historiador realizou a tarefa de sistematizar como as sociedades, ágrafas ou não, geraram suas memórias a partir de seus sujeitos históricos. Ao longo do seu texto, há acepções do termo em diversas áreas do saber – Biologia, Medicina, História. No que concerne a esta última, o autor afirmou que a memória tem a propriedade de conservar determinadas informações. Sendo objeto de salvaguarda de um acontecimento, a memória recebe atenção do Estado e de outros membros da sociedade, os quais apreendem a memória de acordo com o ambiente social e político em que estão inseridos, a fim de escrever a história. Além do caráter de conservação, “a memória é um componente essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades dos indivíduos e das sociedades” (LE GOFF, 2003, p. 469). Especificamente com relação ao nosso trabalho, identificamos que diversos grupos sociais procuraram registrar suas memórias sobre as Festas da Abolição e, para tanto, fizeram uso de objetos materiais e simbólicos. Por um lado, temos a imprensa enaltecendo a sua efetiva participação nos festejos; por outro, o presidente da província reforçando o caráter dadivoso da Abolição, ao enviar um telegrama para agradecer à Princesa. Em distinta forma de composição da memória, os sujeitos e instituições pernambucanos, seguindo um hábito que emergiu na Europa no século XIX (LE GOFF, 2003, p. 458), cunharam medalhas e se organizaram para construir monumentos pelo fim da escravatura. A memória coletiva, além de uma conquista, “é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 470).

Ao dar vida ao passado, a memória orienta a cultura da sociedade e acaba por desenvolver uma função social (RÜSEN, 2009, p. 164-165). Entendemos que, a respeito da memória das festas pelo fim da escravatura, o trabalho de Renata Figueiredo Moraes, *As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro*, é significativo para que se compreendam os processos de construção das memórias geradas a partir dos festejos. Consoante a autora, a Corte produziu uma memória a partir dos esforços da imprensa – responsável por organizar parte das celebrações. Essa memória exaltava a participação da

própria imprensa no processo da Abolição e conferia à Princesa Isabel o caráter de redentora dos escravos.

Lília Schwarcz, em “Dos males da dádiva”, no livro *Quase-cidadão* (2007, p. 25), diz que atribuir à Princesa um perfil redentor se deve ao fato da sociedade brasileira cultuar o personalismo e referenciar as marcas pessoais. Dessa maneira,

a Abolição foi entendida e absorvida como uma dádiva, um belo presente que merecia troca e devolução. Por isso mesmo, Isabel converteu-se em “A Redentora” e o ato da Abolição transformou-se em mérito de “dono único” e não no resultado de um processo coletivo de lutas e conquistas.

Nos jornais do século XIX, encontramos diversas notícias sobre libertações de escravizados nas quais identificamos esse caráter dadivoso em ações realizadas pelos senhores proprietários. Era importante destacar que a libertação dos escravizados significava um ato de generosidade dos proprietários, a fim de inculcar nos libertos a gratidão pelo feito. Gratidão esta que poderia ser demonstrada com a continuidade do seu trabalho e a permanência nas residências senhoriais. Em janeiro de 1888, publicou o *Jornal do Recife*:

No dia 7 do corrente, Sr. Major José Francisco Bello, por ocasião de uma *soirée* em sua residência, concedeu liberdade, sem ônus de espécie alguma, ao seu escravo Vicente, pardo, de 38 anos. O Sr. Major Antonio da Rocha Hollanda Cavalcante, que se achava presente, praticou ato idêntico com relação ao seu escravo Manoel José, preto de 36 anos. (...) É com a maior satisfação que registramos esses atos de abnegação e civismo de quem os pratica.⁷

Schwarcz (2007, p. 32), ao investigar os periódicos de São Paulo, se deparou com o caráter “generoso” das liberdades ofertadas, conforme também identificamos em Pernambuco. Via-se na região paulista um esforço para sempre se entender a liberdade “como um ‘ato voluntário’, uma dádiva exclusivamente ofertada pelo senhor branco, que concedia a manumissão a seus cativos”. Curiosamente, esses jornais também publicaram fugas de escravos, formação de quilombos e recursos judiciais da alforria, evidenciando uma disputa pela memória do caráter do 13 de Maio: de concessão e/ou de conquista.

Para a realização de todo o nosso trabalho, foram utilizadas as fontes jornalísticas principalmente da segunda metade da década de 80 do século XIX. A consulta a esse material ocorreu por meio do site da hemeroteca da Biblioteca Nacional, no qual pesquisamos os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*. Na busca pela maior compreensão dos

⁷Libertações. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 20, 25 jan. 1888. Gazetilha, p. 1.

eventos relacionados ao 13 de Maio de 1888, foram necessárias visitas à Fundação Joaquim Nabuco, a fim de acessar os periódicos sobre o tema que não estavam disponíveis no repositório digital da Biblioteca Nacional. Encontramos alguns jornais microfilmados, relativos à Abolição, mas constatamos que eles fazem parte do livro *A Imprensa e a Abolição*, publicado em celebração aos cem anos do fim da escravidão (o historiador Leonardo Dantas foi o responsável por fazer uma série comemorativa sobre o tema). Como as edições constantes no livro eram fac-similares, optamos por utilizá-las.

Desejávamos, inicialmente, fazer uso do jornal *A Provincia*, para levar à discussão uma visão de forte matriz abolicionista, pois o periódico foi fundado, em 1872, por José Mariano Carneiro da Cunha, relevante abolicionista pernambucano. Contudo, para o recorte cronológico que demos à nossa pesquisa – 1884 a 1889 –, encontramos apenas a edição do dia 17 de maio de 1888, quando a imprensa retomou os seus trabalhos após as festas pelo fim da escravatura. Consultamos também o acervo de jornais do século XIX da CEPE – Companhia Editora de Pernambuco. Para um levantamento de informações sobre o tema, a página eletrônica do *Center for Research Libraries*, onde pesquisamos os relatórios dos presidentes das províncias, também foi contemplada. Porém, localizamos poucos dados referentes à Abolição, nesses documentos.

Acreditamos que, ao utilizar o jornal como fonte principal do nosso trabalho, precisamos estar atentos à periodicidade de sua publicação e ao seu alinhamento político, social e econômico com as instituições locais em que se insere, a fim de que ele não seja empregado apenas para confirmar ou refutar a nossa pesquisa. Segundo Luca (2008, p. 133), durante o século XIX as características da imprensa brasileira eram de doutrinação, de “defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público”. Consideramos que os periódicos *Diario de Pernambuco* – órgão oficial do governo até 1911 (NASCIMENTO, 1968, p.36) – e *Jornal do Recife*, que a partir de 1887 foi comprado por integrantes do Partido Liberal de Pernambuco para representar as opiniões dessa instituição, podem nos ajudar a compreender as formas por que as ruas pernambucanas foram tomadas para as ações festivas em prol da Abolição. Desse modo, perscrutaremos as tensões e disputas que havia entre os indivíduos nas manifestações de apoio à causa abolicionista.

Ao investigarmos os jornais, procuramos notícias que possuíssem caráter oficial, como a coluna “Repartição de Polícia”, além de notas de associações, de entidades abolicionistas e de pessoas que, individualmente, buscavam dar publicidade a alguma prática relacionada ao fim

da escravidão. Em contraponto às atividades dos abolicionistas, foi importante detectar as demandas dos escravistas através de algumas passagens noticiadas nos periódicos. Especificamente para o ano de 1888, diversos veículos realizaram edições impressas comemorativas da Abolição e utilizaram imagens para retratar o evento, as quais foram aqui analisadas.

No diálogo com as fontes, procuramos realizar os métodos de Jöhn Rüsen, explicitados no capítulo 2 “Metodologia – as regras da pesquisa histórica”, de seu livro *Renovação da História*. Rüsen propõe um levantamento das fontes, verificando a sua pertinência. Essa operação metodológica é a que “reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes” (2007, p. 118). Posteriormente, ocorre uma análise crítica, feita a partir de perguntas com o objetivo de se extraírem “informações das manifestações do passado humano acerca do que foi o caso” (2007, p. 123). Procedimento derradeiro: interpretação do que foi extraído a partir das fontes, articulando “as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano” (2007, p. 127). Para Rüsen,

a interpretação histórica deve possuir, como operação de pesquisa (...) a qualidade de um diálogo com os sujeitos do passado. Neste diálogo, o historiador concorre com seu conhecimento analítico. (...) Eles conduzem ao mesmo tempo a interpretação do passado para além de seus limites até a interpretação do presente. Só assim a atividade de pesquisa do historiador pode ser executada como um trabalho que lida com uma representação da evolução temporal, que se estende do passado ao presente e abre perspectivas para o futuro (2007, p. 167).

A recorrência de Rüsen em focar no acesso ao passado para entender as demandas do presente e, posteriormente, para criar possibilidades para o futuro, foi um norte para o nosso trabalho. Acreditamos que, diante dos discursos recentes que minimizam a escravidão e suas consequências, é preciso continuar debatendo o tema de modo que as injustiças geradas pelo fenômeno sejam reparadas. O autor propõe uma reflexão sobre a memória e a história, orientada para uma perspectiva futura, do

fardo pesado de experiências históricas negativas, tais como o imperialismo (...). Esse fardo empurra o processo de construção de identidade para o confronto e produz um abismo entre um passado horripilante e um futuro que pretende ser o contrário desse passado. Quais modos de compreensão desse passado e de seu processamento podem contribuir para nos afastar desse mesmo passado em direção a um futuro diferente? (RÜSEN, 2009, p. 164).

Foi necessário, para favorecer a construção de um futuro que reconheça a importância de todos os atores sociais participantes do movimento abolicionista, percorrer as discussões historiográficas que evocaram a agência dos escravos. Na década de 1980, quando “a escravidão passou a ser vista a partir dos senhores e escravos, e dos mundos e das narrativas que eles criaram a partir de suas experiências históricas” (MACHADO M., 2010, p. 14), começaram a se produzir trabalhos destacando a autodeterminação dos negros. Além disso, o centenário da Abolição também contribuiu para os debates sob essa perspectiva. Em 1987, Celia Maria Marinho de Azevedo transformou em livro sua dissertação de mestrado, que ganhou o título de *Onda negra, medo branco*. A autora concentrou-se na chamada transição do trabalho escravo para o livre, evidenciando que essas transformações foram possíveis graças às relações entre os sujeitos históricos, destacando a agência escrava no exercício das suas escolhas.

Explicitando a resistência dos escravos, Eduardo Silva e João José Reis publicaram, em 1989, *Negociação e conflito*, uma coletânea de artigos elaborados pelos dois historiadores, nos quais destacaram a participação ativa dos negros na construção de suas histórias. Enfatizando os argumentos ali elencados, Silva (1989, p. 14) afirmou que “no Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema”, afinal, em um país com grande quantidade de escravos, a violência não conseguiria ser o único elemento a equilibrar as relações.

Refletindo sobre o movimento abolicionista e evidenciando a participação dos setores mais populares, inclusive de escravizados neste processo, Maria Helena Machado apresentou, em 1991, sua tese de doutorado – *O plano e o pânico* –, uma crítica à ideia “de um abolicionismo radical, eloquente, racional, parlamentar, letrado e urbano organizando um protesto escravo, sempre irracional, inconsequente, rural e sem ideologia” (MACHADO M., 2010, p. 15).

No século XXI, em 2015, Angela Alonso produziu uma obra sobre o movimento abolicionista brasileiro, o primeiro em escala nacional, chamada *Flores, votos e balas*. Neste livro, a socióloga perscrutou as várias esferas de atuação desses grupos. Além de Alonso na presente centúria, Celso Castilho publicou seu livro *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship* (2016), em que, para compreender as formas possíveis de exercício de uma cidadania no século XIX, ele abordou as atividades dos movimentos abolicionistas e as ações de liberdade dos escravos. Para Castilho (2016, p. 6), o processo de manumissão dos escravizados evoluiu de um assunto privado para o público e isso tornou-se

possível devido às novas formas de se fazer política no século XIX, com ocupações dos espaços públicos em cerimônias de libertações e em produção de impressos sobre a temática abolicionista. Ambos os esforços levaram a uma reflexão e participação coletivas.

Esses textos contribuíram para a percepção da natureza múltipla do movimento abolicionista, pois sublinham o caráter popular dessa associação e reafirmam o protagonismo dos escravizados na luta pelo fim do cativo. Isso sem esquecer o quanto a participação dos abolicionistas ajudou a pôr termo ao escravismo no Brasil.

A respeito de Pernambuco, acreditamos que, apesar do trabalho referido de Celso Castilho, em que ele aborda o processo de emancipação dos escravos como parte da luta pela democracia brasileira, e do texto de Luzilá Gonçalves Ferreira presente em *Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste*, ainda há muito a ser investigado. Ferreira compilou diversas fontes, como jornais do século XIX e testamentos, para refletir sobre a participação feminina no processo abolicionista em Pernambuco.

Dessa forma, nossa intenção foi que esse estudo pudesse contribuir para a compreensão do movimento abolicionista pernambucano, elucidando suas práticas de atuação e, principalmente, o uso da estratégia festiva na luta pelo fim da escravidão. A partir dessas investigações, tencionamos atender, minimamente, aos anseios da associação Ave Libertas, que, na edição do *Diário de Pernambuco* comemorando a Abolição em 1888, pediu: “deixemos ao historiador o árduo encargo de debruçar-se sobre esse tenebroso abismo [escravidão] para sondar-lhe todas as anfractuosidades e fornecer aos pósteros estupefatos uma grande lição da injustiça humana”.⁸

O presente trabalho é composto de três capítulos e todos terão como fonte os periódicos *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*. Edições comemorativas de jornais celebrando a Abolição e as comemorações da libertação do Ceará serão incluídas na nossa análise.

No primeiro capítulo, abordaremos a relevância das transformações urbanísticas ocorridas na capital pernambucana desde meados do século XIX, como a construção de novos espaços de lazer e de circulação, além da valorização de novas ideias e comportamentos para a população cidadina. Procuraremos, assim, identificar como esses fatos contribuíram para a ocupação dos espaços públicos pelo movimento abolicionista. Evidentemente, essa atividade

⁸AVE, LIBERTAS! Ave Libertas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

possuía um caráter político: objetivava difundir as ideias favoráveis ao fim da escravatura e, por consequência, ampliar o apoio à causa, inclusive com a participação popular.

No segundo capítulo, para compreender as repercussões na província pernambucana, da notícia da libertação do Ceará trataremos das celebrações realizadas para solenizar o dia 25 de Março, percorrendo os anos de 1884 a 1889. Buscaremos identificar as maneiras pelas quais a sociedade se organizou para esta celebração e verificar as possibilidades de exercício de liberdade e cidadania pelos escravos e libertos, uma vez que “o movimento abolicionista inventou novos termos e práticas para afirmar a cidadania” (CASTILHO, 2016, p. 11).

No terceiro capítulo, procuraremos analisar como os grupos sociais comemoraram o 13 de Maio, nos anos de 1888 e 1889. Evidenciaremos as tensões e rupturas existentes nestes processos, mas destacaremos, igualmente, as continuidades das estruturas vigentes. Além disso, a apropriação das memórias criadas a partir desses eventos será instrumento para identificar as disputas entre as instituições.

Gostaríamos de destacar que a ortografia das matérias dos jornais do século XIX foi atualizada para a norma vigente. O uso dos colchetes nas citações de livros eletrônicos serve para indicar os elementos da referência a partir de sua localização no dispositivo.

1. A ocupação do espaço público pelo movimento abolicionista de Pernambuco

1.1. As transformações urbanísticas e simbólicas em Recife no século XIX

Ao longo do século XIX, Recife foi ganhando relevância administrativa e atingiu o seu ápice na organização do Império Brasileiro, ao ser promovida à capital em 1827. Em relação direta com esse fato, transformações ocorreram em seu território, o qual foi ampliado com a anexação de regiões que antes pertenciam a Olinda. Uma das formas do seu crescimento esteve relacionada aos engenhos, pois estes, quando localizados próximos ao centro da capital, foram sendo desmantelados e transformados em bairros (ARRAIS, 2004, p. 119). Segundo Duarte (2005, p. 58), “o processo de loteamento da terra ganhou certo impulso devido ao grande adensamento populacional nas áreas centrais da sede e aos melhoramentos nas vias de acesso em direção aos arredores”. Essa reorganização espacial permitiu que mais pessoas ocupassem a região central recifense.

As cidades são lugares de interação entre as pessoas e, por isso, sofrem as consequências dessas ligações. Não sendo uma matéria sem vida, mas parte que compõe as relações sociais, o espaço incorpora “significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades” (ARRAIS, 2004, p. 11). Desse modo, pretendemos abordar a relevância das transformações urbanísticas e simbólicas ocorridas na capital pernambucana, desde meados do século XIX, como a construção de novos espaços de lazer e de circulação, além da valorização de novas ideias e comportamentos para a população cidadina. Assim, buscaremos identificar como esses fatos contribuíram para a ocupação dos espaços públicos pelo movimento abolicionista de Pernambuco.

Ao longo dos oitocentos, as sociedades passaram por um processo de secularização no qual os ideais da Igreja perderam proeminência frente aos pensamentos que vigiam à época, tais como o progresso e a civilização. Essa situação contribuiu para que diversas instâncias sociais experimentassem modificações, como as formas de associação entre indivíduos. Se antes os homens se organizavam em torno de questões espirituais, nesta centúria a necessidade de apoio mútuo embasou estatutos de múltiplas congregações (Cf. ARRAIS, 2014).

As transformações ocorridas no Recife levaram a urbanização da capital a se acelerar, a partir de meados do século XIX. Sendo a maior cidade da província pernambucana desde

1827, a capital buscava integrar-se ao conjunto de modificações que o Império Brasileiro vivia (Cf. ARRAIS, 2004, p. 12). É necessário situar que a entrada de capital estrangeiro no Brasil, na década de 1870, levou o país a uma consequente modernização técnica e da infraestrutura das cidades (MELLO, 2007, p. [1302]). Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, o símbolo do progresso foi verificado nas mudanças ocorridas nos transportes, nas comunicações, na utilização da eletricidade. Além disso, “a ampliação das camadas médias tornou a sociedade mais complexa, mais ilustrada e mais desejosa de participação na vida pública” (MELLO, 2007, p. [176-178]).

A cidade do Recife se transformou acompanhando as modificações por quais passavam cidades como Paris e Londres – referências mundiais do progresso – com suas edificações e alterações urbanísticas. Na era do capitalismo industrial, as cidades são símbolos do orgulho de sua população; assim, é de fundamental importância que os homens que nelas habitam sejam capazes de dominar suas características naturais para marchar rumo ao ideal de progresso (ARRAIS, 2014, p. 177). Em consonância com esse objetivo, a capital pernambucana passou por alterações, dentre as quais destacamos a utilização do ferro na construção do mercado de São José no ano de 1875, material considerado um avanço tecnológico naquele tempo (ARRAIS, 2014, p. 176).

Em 1867, uma transformação ocorrida na cidade do Recife contribuiu para ampliar a ocupação e a circulação do espaço público: o trem urbano, visto como um “transporte acessível, moderno, rápido e seguro” (DUARTE, 2005, p. 62). Segundo Duarte (2005, p. 63), havia a necessidade de que o Recife dispusesse de um sistema de locomoção de pessoas que reafirmasse sua centralidade econômica e social na região e, além disso, que contemplasse a intensa atividade sociocultural, representada pelo Teatro Santa Isabel (construído em 1850). A partir desse novo sistema de condução de passageiros, maior comodidade para ir ao teatro ganharam os espectadores das apresentações que ali se realizavam. As transformações ocorridas no transporte recifense atendiam ao desejo de sua população em melhorar a qualidade do deslocamento, tanto relativamente ao tempo de viagem quanto ao seu custo, visto serem dispendiosas as viagens feitas em carruagens.

As obras no espaço público transformaram materialmente os lugares, o que foi importante para o incremento do número de pessoas circulando na cidade e, posteriormente, para ocupação desse espaço pelo movimento abolicionista. Além disso, de forma simbólica, as construções desenvolveram um caráter pedagógico ao utilizar mão de obra livre em

detrimento da escravizada, contribuindo para moralizar o povo com novos costumes (Cf. ARRAIS, 2014, p. 202).

O espaço público tornou-se um local de instrução das pessoas, como nas cerimônias organizadas pelo Estado e por associações privadas, nas quais se executavam hinos de louvor ao trabalho, encenações de peças teatrais que enfatizavam a necessidade de livrar a sociedade do vício e da vadiagem (ARRAIS, 2014, p. 210). O espaço público foi igualmente importante nos discursos de inauguração e lançamento da pedra fundamental de edificações públicas (ARRAIS, 2014, p. 214). Evidenciamos que a construção do homem urbano do século XIX se baseou em exemplos materiais e em modelos de comportamento (ARRAIS, 2014, p. 217). Alinhado com essa construção, está o desenvolvimento do indivíduo que condena o ato de escravizar os negros.

A condição econômica do Recife – um local de grande fluxo comercial –, permitiu a circulação de ideias vindas da Europa e que houvesse investimentos “na edificação de bens simbólicos necessários a uma capital da província” (ARRAIS, 2014, p. 178), como o teatro. No contexto de regeneração dos povos a partir do progresso, o teatro é visto como uma “escola dos costumes, como meio de instrução e formação do povo” (ARRAIS, 2014, p. 213). Acreditamos que a escolha do teatro como palco de inúmeras atividades do movimento abolicionista se deva ao seu traço educativo, sua capacidade de propagar mensagens a várias pessoas de uma única vez e de realizar isso utilizando sentidos que podem ser compreendidos por pessoas com ou sem formação, analfabetas ou não. Soma-se a esses fatores a marginalização sofrida pelos homens letrados nas instituições imperiais, que desejavam mudanças e maior participação nas atividades do Estado (ALONSO, 2002).

Somente o Império Brasileiro, no mundo ocidental das últimas décadas do século XIX, ainda não era uma nação livre do regime escravista (COSTA, 2010, p. 12). Isso nos tornava um país atrasado ao olhar de povos que já haviam se libertado desse “cancro” – expressão utilizada pelo *Jornal do Recife* para se referir à escravidão.⁹ Durante os oitocentos, um conjunto de ideias que se ligavam à noção de progresso, de culto à ciência, de modernidade e democracia circulava na sociedade brasileira. Esses pensamentos eram sublinhados por uma ideia de melhoramento, como se houvesse uma marcha imperativa para tal rumo. Um dos fatores visto como impeditivo para alcançar o progresso era a escravidão. Carula (2016), ao estudar as conferências científicas, no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, nos

⁹Caruaru. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 124, 02 jun.1888. Gazetilha, p. 2.

informa que, para os participantes desses eventos, as sociedades eram estruturadas por marcadores raciais, sendo o topo da hierarquia representado pelo homem branco. Desse modo, “a discussão sobre os lugares nos quais os indivíduos deveriam ser inseridos integrava projetos modernizadores da nação, que tencionavam o progresso e a civilização” (CARULA, 2016, p. 159). Podemos afirmar: estaria fora dessa caminhada “evolutiva” um Estado em que ainda estivesse presente a sombra da escravidão. Tratava-se de uma nação composta por negros, os quais possuíam uma ascendência africana, eram classificados como atrasados, supersticiosos e até perigosos e, por isso, um entrave ao ingresso do país nos padrões civilizatórios.

Por sua vez, os pernambucanos buscavam a construção de uma identidade que estivesse enraizada nos pensamentos correntes da Europa e distante da África, vista como atrasada frente a tal marcha do progresso e da civilização. Em consonância com esse ideal de parentesco europeu veremos, nas comemorações do 13 de Maio de 1888, vários relatos que compararam a Abolição à entrada do Brasil no rol de países civilizados e, ao mesmo tempo, afastava a sociedade brasileira da decadência representada pela proximidade com os costumes africanos (ARRAIS, 2014, p. 184). Em sua primeira edição após o fim da escravatura, o periódico *A Província* publicou uma nota em que demonstrava o valor da conquista brasileira:

Encetamos agora uma existência nova: somos também convivas de banquetes da civilização ocidental; e para os estrangeiros que aportarem às nossas plagas, não será mais o Brasil um triste prolongamento do continente africano.¹⁰

Em consonância com os ideais liberais do século XIX, o exercício das associações coletivas foi revisto. Se, anteriormente, os homens se estruturavam em alianças com caráter religioso, na centúria do capitalismo industrial essas organizações ganharam uma feição múltipla, contemplando diferentes objetivos, como o profissional e o financeiro (ARRAIS, 2014, p. 268). O ideal de associação está ligado à mentalidade de progresso que se desenvolve ao longo do século XIX, de modo que, os agrupamentos passaram a alicerçar-se em novos referenciais, conforme esclarece Raimundo Arrais:

¹⁰13 de Maio. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 1.

a Igreja deixava de fornecer os fundamentos agregadores da sociedade local. Esse era um dos aspectos essenciais do processo de secularização vivido pela sociedade recifense da segunda metade do século XIX (ARRAIS, 2014, p. 272).

As associações que surgiram nesse período indicavam novas formas de relacionamento entre os habitantes das cidades. Trabalhadores do comércio se reuniram para prestar apoio aos seus companheiros de profissão e às esposas destes, em caso de morte; grandes capitalistas se congregaram para implantar serviços urbanos no Recife, atividades que foram importantes para desenvolver o progresso na cidade (ARRAIS, 2014, p. 269); e sujeitos se aliaram para lutar pela implementação de mudanças políticas e econômicas na sociedade brasileira oitocentista, como os abolicionistas.

No final dos anos 70, o movimento abolicionista foi impulsionado em bases nacionais e disseminou na opinião pública o pensamento em favor do fim da escravatura. A partir desse espraiamento, os ideais em favor da abolição se expandiram entre diversos setores da sociedade, tendo seu desenvolvimento marcado “pelo papel de liderança ocupado por descendentes livres de africanos que positivaram a resistência escrava” (MARQUESE, SALLES, 2016, p. 152).

Retomando a questão das transformações urbanísticas, as diversas modificações pelas quais passaram as cidades no século XIX, no campo material (remodelando sua arquitetura por meio da urbanização) promoveram uma nova forma de ocupação do espaço público. Na capital pernambucana, tais remodelações físicas e as mudanças de comportamento proporcionadas por tais alterações levaram à apropriação de diferentes regiões do espaço público, por pessoas de diversas classes sociais. Essas transformações na estrutura física e simbólica do Recife foram importantes para que o movimento abolicionista da província ocupasse e fizesse uso do espaço público para difundir seus pensamentos entre os habitantes da cidade, usando como instrumentos de propagação as atividades festivas, como teatro e *meetings*.

1.2. O movimento abolicionista pernambucano

Na década de 1870, as inúmeras ideias europeias sobre filosofia, arte, ciência, literatura etc. que entraram no Brasil foram importantes para a constituição de um movimento intelectual. Alguns estudiosos o analisaram sob a sua capacidade de criar teorias sociais; outros intelectuais o enxergaram de forma prática, caracterizando-o “como produtor de ideologia modernizadora para novos grupos sociais, particularmente uma nova classe média” (ALONSO, 2002, p. 22).

Segundo Alonso, os movimentos intelectuais são modos de expressão dos movimentos sociais. Estes últimos se caracterizam por serem maneiras de associações coletivas, “que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política” (ALONSO, 2002, p. 41). Ao pensarmos com Maria Tereza Chaves de Mello que, como citado anteriormente, afirma que a ampliação das camadas médias levou à maior participação política dessas pessoas, compreenderemos as demandas surgidas em prol do fim da escravidão e as articulações realizadas em seu favor.

No decorrer do século XIX, percebemos como o movimento abolicionista foi tomando forma através da apropriação das teorias humanistas, da observação e do diálogo com intelectuais e ativistas de outros países, tornando-se mais dinâmico e fazendo uso de diversos meios para se propagar, tais como conferências e peças teatrais. Há um consenso sobre quando o movimento se tornou mais dinâmico. Para algumas pessoas, como Joaquim Nabuco, o movimento se tornou mais ativo a partir de 1879, ano da eleição do eminente pernambucano e do seu maior engajamento na causa (ALONSO, 2014, p. 116). Lilia Schwarcz (1998, p. 436-437) corrobora o pensamento de que, em 1880, os abolicionistas se envolveram mais na luta pelo fim da escravidão e “tomavam novamente as ruas e os jornais”. Porém, para Angela Alonso (2015, p. [411]), a atuação do movimento em favor da extinção da escravatura ocorreu desde a década de 1860. Em 1862, por exemplo, houve a primeira passeata abolicionista do Brasil. Ela aconteceu na Bahia e foi organizada pela Sociedade Emancipadora 2 de Julho.

Para o caso do movimento abolicionista pernambucano, Celso Castilho (2008, p. 42-43), em sua tese de doutorado, *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*, revela que esse grupo se formou no ano de 1880, período em que diversas

sociedades que lutavam pela extinção da escravatura surgiram nas províncias do país. A constituição dessas associações foi, também, uma resposta ao imobilismo imperial para solucionar o tema da escravidão. Os integrantes do governo de D. Pedro II defendiam a ideia de que o fundo nacional de emancipação, criado em 1871, fosse o principal instrumento para resolver o caso da escravatura, o que desagradava diferentes grupos sociais. Essas agremiações que lutavam pela libertação dos escravos estimularam uma mobilização social sem precedentes na história do Brasil.

As pessoas que compunham esses movimentos eram heterogêneas em suas origens profissionais, mas possuíam alguns traços comuns entre si, como “a formulação de projetos de reformas do país, a citação de filósofos e literatos, a participação no debate público e em sociedades de estudo” (ALONSO, 2002, p. 24). A partilha de experiências contribuiu para aglutinar as pessoas e para criar novas formas de ação. Seus membros utilizaram a crítica intelectual, artística e política (parlamentar) para combater os valores e instituições do Império Brasileiro e demandar por mudanças estruturais no país. Salientamos que a estrutura organizacional das sociedades pró-abolição era composta por homens e que eles eram oriundos de algum tipo de elite (CASTILHO, 2008, p. 90).

As faculdades, principalmente as de Direito, com suas atividades de clubes, sociedades e jornais foram locais de ação política (ALONSO, 2002, p. 120) e seus integrantes contribuíram para as causas abolicionista e republicana. Segundo Alonso, os movimentos do Recife que contestavam a ordem imperial vigente tinham como origem a

mudança macroeconômica que estava deslocando o eixo da agroindústria do norte para o sul. Não nascia de grupos econômicos novos, mas da organização de setores socialmente enraizados na sociedade urbana pernambucana, que dava largos passos rumo à decadência (ALONSO, 2002, p. 135).

A socióloga desenvolve em *Ideias em Movimento* (ALONSO, 2002, p. 276) o pensamento de que, frente à impossibilidade de se inserirem formalmente nas instituições imperiais, essas pessoas marginalizadas recorreram a formas de atuação não controladas pelo Estado, como livros, conferências, artigos de jornais e grêmios.

No ano de 1880, duas associações abolicionistas foram criadas em Pernambuco, as quais desempenharam um papel de centralidade no combate à escravidão. Elas reuniram os pernambucanos defensores do fim da escravatura e, também, estabeleceram conexões com o movimento abolicionista em diferentes províncias. Em agosto de 1880, o Club Abolicionista

foi fundado por integrantes da Faculdade de Direito do Recife e, em setembro do mesmo ano, criou-se a Sociedade Nova Emancipadora, composta por pequenos comerciantes. Notícias sobre essas entidades repercutiram na Corte (CASTILHO, 2008, p. 50).

Na Faculdade de Direito do Recife, seus estudantes estiveram reunidos em várias associações com diferentes temáticas. Martins Júnior, por exemplo, foi um dos fundadores da sociedade abolicionista Nova Emancipadora, em 1880 (SILVA L., 1988b, p. 43) e proprietário do jornal *A Folha do Norte*, que se declarava republicano, abolicionista e positivista (SILVA L., 1988a). Até 1883, a maioria das sociedades abolicionistas fundadas em Pernambuco surgiu dessa instituição de ensino, visto que esta faculdade era o centro de referência acadêmica da região norte do país (CASTILHO, 2008, p. 55). As atividades desempenhadas pelos estudantes para mobilizar a sociedade revelam uma mudança na cultura política brasileira, que deixa de acontecer somente no Parlamento, para ser conduzida fora dos espaços formais (CASTILHO, 2008, p. 52).

Na década de 1880, o movimento abolicionista articulou-se de modo mais intenso para mobilizar diferentes parcelas da população, fosse rural ou urbana. Ele usou como estratégia a propaganda no espaço público e iniciativas nas instituições políticas. Segundo José Murilo de Carvalho (2008, p. 318), a última fase do movimento de luta pela liberdade contou com a presença de um elemento novo: a participação popular. Nas capitais urbanas, as atividades dos clubes e jornais com temática abolicionista se intensificaram “(tipógrafos chegaram a se negar a imprimir artigos e panfletos de teor escravista), e os comícios nas ruas reuniam milhares de pessoas” (BASILE, 1990, p. 288).

Os jornais, por serem uma forma de comunicação não controlada pelas elites imperiais, ainda que estas perseguissem os proprietários e editores dos periódicos, contribuíram para disseminar as ideias abolicionistas: “Formava-se, assim, um pequeno espaço público, no qual o movimento intelectual desenvolveu seu proselitismo e sua *performance*” (ALONSO, 2002, p. 265). Segundo Angela Alonso (2002, p. 281), essa nova imprensa e as associações eram as bases do espaço público, ainda que pequeno, no Brasil Imperial, sendo um lugar independente do Estado para demandar as reformas desejadas.

Para Maria Tereza Chaves de Mello (2007), o movimento abolicionista foi a maior articulação que ocupou o espaço público na década de 1880, e com maior intensidade após 1884, pois a libertação dos cativos no Ceará reaglutinou as forças simpatizantes à causa do abolicionismo. Os ideais de libertação estiveram presentes no Parlamento e nas ruas,

preenchendo as salas de conferência e os teatros, por meio de peças antiescravistas. Nessa década, diversas sociedades abolicionistas foram criadas, a imprensa deu publicidade ao movimento e ele se alastrou também para dentro dos quartéis. De acordo com a autora, o movimento abolicionista “provocou comoções e ódios, acuou governos e feriu mortalmente o regime, numa nítida demonstração da ressignificação da rua e da progressiva importância da opinião pública na década de 1880” (MELLO, 2007, p. [417]).

A importância da ocupação do espaço público também foi percebida pelos senhores de engenho. Ao identificarem que a arena política formal não era mais suficiente para defender seus interesses, organizaram-se em agremiações chamadas Clube das Lavouras e realizaram congressos para discutir o abolicionismo e seu impacto no trabalho escravo.

Segundo Castilho (2008, p. 57), as origens do movimento abolicionista pernambucano estão baseadas fora dos escopos formais do governo. As sociedades antiescravistas foram os expedientes que deram visibilidade ao tema da escravidão, que o governo tencionava ignorar. Com suas atividades, as agremiações inseriram a sociedade pernambucana nas discussões sobre o fim da escravatura. Para o mesmo autor (2008, p. 89), a ascensão do abolicionismo e o advento da política que incluía o povo foram dois fenômenos inter-relacionados.

Além da utilização dos jornais e das associações para professarem suas críticas, os defensores da abolição fizeram uso de eventos públicos para divulgar suas ideias. São indissociáveis a cultura e a política nas manifestações realizadas pelos abolicionistas, os quais recorreram a diversas formas de expressão. Um modo alternativo de atuação foram os *meetings*. Esses eventos foram incorporados da Inglaterra, caracterizando-se por acontecer em locais abertos e por usarem uma linguagem menos rebuscada do que a parlamentar (ALONSO, 2002, p. 283). Os eventos culturais com o propósito de promover e arrecadar receita para a causa abolicionista surgiram no início dos anos 1880, mas tornaram-se mais frequentes em meados desta década (CASTILHO, 2008, p. 61). Evidencia-se que o movimento abolicionista foi promovido nas esferas política, social e cultural.

Os *meetings* foram atividades utilizadas com frequência pelos abolicionistas na década de 1880. O povo se manifestava nas ruas, como no desembarque de Joaquim Nabuco no Recife, em 1885, quando ele foi receber o diploma por ter sido eleito deputado pelo 5º distrito pernambucano.¹¹ Desse modo, ao acontecerem mais atividades em locais públicos, estes passam a ter outros sentidos, conforme revela Maria Tereza Chaves (2007, p. [493]):

¹¹As festas de hontem. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXI, n. 138, 19 jun. 1885. Revista Diária, p. 2.

“A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político”.

Em uma demonstração da força da opinião pública, milhares de pessoas foram às ruas se manifestar contra a cassação do direito do deputado eleito José Mariano continuar exercendo o seu mandato, em 1886. No Rio de Janeiro, 8 mil pessoas foram ao teatro Politeama e, em Recife, 3 mil dirigiram-se às ruas (MELLO, 2007, p. [457]), em apoio ao parlamentar. Os contemporâneos ao fato têm números diferentes para o evento ocorrido na região norte. Segundo uma nota assinada por Silvia¹², a passeata era composta de 6 mil pessoas quando passava na rua do Imperador ao meio-dia, mas, ao chegar à rua da Imperatriz, o número de sujeitos presentes era superior a 10 mil. Para outro indivíduo, compareceram ao *meeting* mais de 3 mil pessoas.¹³ Os números podem apresentar diferenças entre si, mas revelam a capacidade de mobilização da imprensa em um curto intervalo de tempo e, no caso de Recife, dos periódicos *A Provincia* e o *Jornal do Recife*. Em 12 de julho de 1886¹⁴, o primeiro jornal recebeu um telegrama no qual constava a previsão, para o dia seguinte, do debate na Câmara dos Deputados sobre a eleição parlamentar para o segundo distrito pernambucano. No dia 13, *A Provincia* convocou a população para, às dezessete horas, na rua do Imperador em frente à sua tipografia, o *meeting* “a fim de protestar-se contra o ultraje que se pretende lançar sobre esta província, repelindo da Câmara dos Deputados o legítimo representante do 2º distrito, o grande tribuno José Mariano”.¹⁵ Além da capacidade da imprensa de articular a opinião pública, identificamos a relação sincrônica entre os movimentos abolicionistas do Recife e do Rio de Janeiro. Segundo Alonso (2002, p. 284), as províncias brasileiras replicavam as manifestações políticas e culturais que aconteciam na Corte, em Recife, em São Paulo e em Porto Alegre, pois estes eram lugares de maior agitação contra as instituições imperiais.

Além da conexão entre o movimento abolicionista do Recife e da Corte, é importante destacar o relacionamento estabelecido entre as sociedades antiescravidão pernambucanas e cearenses. João Cordeiro, fundador da Sociedade Libertadora Cearense, era colega de João

¹²SILVIA. Victoria, Victoria!.. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 173, 31 jul. 1886. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹³THEODORO. O telegramma official. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 173, 31 jul. 1886. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹⁴Telegrammas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 157, 13 jul. 1886. Gazetilha, p. 1.

¹⁵Meeting. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 157, 13 jul. 1886. Publicações Solicitadas, p. 2.

Ramos, integrante da Sociedade Nova Emancipadora e eles mantiveram uma correspondência regular entre os anos de 1881 a 1884. Esse vínculo contribuiu para que João Ramos passasse a se comprometer cada vez mais com o tráfico de escravizados entre essas províncias (CASTILHO, 2008, p. 73-77).

Um outro modo pelo qual o movimento abolicionista operou foi por meio dos fundos de emancipação. No início da década de 1880, os esforços das associações em prol da abolição se concentravam nesse instrumento (CASTILHO, 2008, p. 57). Até 1882, os fundos privados libertaram mais escravizados do que o nacional (CASTILHO, 2008, p. 59). As sociedades de combate à escravidão criavam seus próprios fundos e enviavam seus integrantes às ruas para obter doações financeiras que seriam utilizadas na libertação dos escravizados. Celso Castilho (2008, p. 60) nos diz que essa forma de atuação representou uma nova forma de mobilização social, pois os nomes dos doadores e os valores eram publicados em jornais, o que contribuía para estabelecer conexões entre o movimento e o público em geral. O crescimento do movimento abolicionista e sua pressão por mudanças no tema da escravidão, durante a década de 1880, levou a Assembleia Legislativa de Pernambuco a criar um fundo de emancipação provincial no ano de 1883 (CASTILHO, 2008, p. 80).

Se o Parlamento foi o lugar de prestígio, ocupado por uma minoria de homens letrados e oriundos de uma família aristocrática, que passavam a seus descendentes o legado político, logo pouco acessível à maioria da população, a rua se tornou o local de afirmação dos setores excluídos da vida política institucional. Baseado em uma estratégia que fazia uso da propaganda no espaço público, assim se moldou o movimento abolicionista.

1.3. As atividades do movimento abolicionista no espaço público de Pernambuco

O movimento abolicionista se articulou de várias maneiras para propagar, na sociedade, a ideia sobre o fim da escravidão. Dentro desse contexto, uma atividade foi bastante executada: o teatro abolicionista (prática composta pela encenação de peças pró-abolição, com entrega de cartas de alforrias e recebimento de donativos para a causa). Celso Castilho nos diz que essa forma de atuação foi um expediente bastante utilizado pelos grupos abolicionistas pernambucanos e, também, pelas entidades das outras províncias do Império (CASTILHO, 2012, p. 331).

Para que a ocupação do teatro acontecesse, houve uma transformação na forma de divertimento dos habitantes do Recife. Até o final do século XVIII, as diversões teatrais eram poucas. Elas compreendiam “comédias, bailados e declamações, óperas sacras e variedades e, posteriormente, representações em locais abertos, realizadas por companhias líricas que eventualmente aportavam na cidade” (ARRAIS, 2004, p. 138). No início do século XIX, eram as atividades religiosas que aglutinavam as pessoas. Somente a partir de 1850, com a construção do Teatro de Santa Isabel, que essa situação se modificou (ARRAIS, 2004, p. 138).

A modalidade teatral, apropriada pelo movimento em favor da abolição, foi importante para associar, a partir da construção de uma identidade abolicionista coletiva, o pensamento de libertação dos escravizados como algo inerente à população, como se esse princípio compusesse o caráter nacional (CASTILHO, 2012, p. 326). A constituição de um grupo que é identificado por determinados valores foi sendo forjada a partir das práticas teatrais, mas também de publicações de textos nos jornais. Evidenciamos a existência de um esforço para disseminar as convicções em favor da abolição como algo pertencente ao povo em texto reproduzido no jornal *A Tribuna*: “em todos os tempos foi loucura opor-se à corrente de ideias tão amadurecidas e radicadas no coração de uma nação inteira” (SILVA, 1988a, p. 21).

Ao analisarmos as fontes *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife* para o ano de 1884, identificamos a ocorrência de diversas atividades relacionadas às produções teatrais com a temática abolicionista no Recife. Em 15 de junho, o Club Abolicionista Martins Junior realizou uma *matinée* que, dentre várias atividades, exibiu o drama *Uma Scena da*

Escravidão.¹⁶ No dia 18 do mesmo mês, um grupo de artistas amadores encenou a peça *A honra na miséria ou o crime na opulência* em benefício da Sociedade Ave Libertas, no Theatro Santo Antonio.¹⁷ Acreditamos que a ocorrência abundante de peças com o teor antiescravista se deva ao fato de, no ano de 1884, o gabinete do governo imperial ser formado pelo Partido Liberal, cujo chefe era o Conselheiro Dantas. A diminuição das peças no ano de 1885 tem como motivação a troca da presidência do gabinete imperial pelo conservador Cotegepe e por ele ter fechado o teatro abolicionista (CASTILHO, 2012, p. 342).

Se o debate sobre a emancipação dos escravizados ocorria vagarosamente nas instituições políticas formais, o teatro contribuiu para popularizar essa matéria entre a população e para instigar o movimento abolicionista (CASTILHO, 2012, p. 329). Para Castilho (2012, p. 332), o teatro abolicionista “foi crucial durante uma época na qual não se debatia a abolição na esfera formal da política”. Além da exibição de obras emancipacionistas, ocorriam entregas de cartas de alforria aos escravizados. O autor (CASTILHO, 2012, p. 330) constata que “o caráter público e emotivo de tais ações foi importante para fomentar uma ideia coletiva da abolição. Os eventos criaram espaços para uma participação ampla nestes atos de emancipação”.

Se dilatarmos o entendimento do teatro abolicionista para além da exibição de peças com esse teor, identificaremos que ele serviu, também, para articular a política, visto que possibilitou o encontro das sociedades antiescravidão com um abrangente público (CASTILHO, 2012, p. 339). A integração entre a população e essas entidades pode ser contemplada em diversas atividades que aconteceram nos palcos e que tinham o objetivo de libertar escravizados específicos.

Esse abrangente movimento antiescravidão revelava as relações entre os escravizados e as sociedades abolicionistas, como no espetáculo realizado no Theatro de Olinda em benefício da escravizada Carolina¹⁸, com apresentação de um drama e uma comédia. A notícia apelava aos leitores que comparecessem e contribuíssem generosamente para sua libertação. Os escravizados possuíam vínculos que extrapolavam sua redes relacionais mais próximas (proprietários e parceiros da experiência de vida cativa). É verificável, por meio das fontes, como eles compreendiam a importância do teatro e o utilizavam em proveito da transformação de seu *status*. Jonas, um escravizado que em 1883 salvou duas pessoas de

¹⁶Abolicionista Martins Junior. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 131, 07 jun. 1884. Revista Diaria, p. 3.

¹⁷Ave Libertas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 135, 12 jun. 1884. Revista Diaria, p. 3.

¹⁸Theatro de Olinda. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 10, 14 jan. 1885. Gazetilha, p. 1.

morrerem afogadas na praia do Carmo em Olinda, recebeu um espetáculo em benefício da sua libertação.¹⁹

Identificamos que existia uma tendência de colocar a liberdade dos escravizados, nessas cerimônias, como algo doado, ainda que eles tenham sido os maiores responsáveis financeiros pela conquista da sua emancipação. Nas solenidades de entrega das cartas de alforria, por exemplo, as representações enfatizavam ao futuro liberto a natureza condescendente do ato, negando-lhe o reconhecimento do esforço pela conquista (CASTILHO, 2012, p. 330-331). Porém, as fontes revelam a trajetória atuante dos cativos na busca pela sua liberdade, como registrado na ata da reunião da Sociedade Ave Libertas, na qual são apresentados dois requerimentos de duas escravizadas: uma pedindo dinheiro para sua libertação e a outra pedindo em favor da alforria dos seus três filhos.²⁰

Uma outra forma de funcionamento do movimento abolicionista, durante a primeira metade da década de 1880, foi a construção, por iniciativa de estudantes de Direito de mesma origem provincial, de diversas entidades pró-abolição. Alunos da província alagoana, por exemplo, formaram o Club Abolicionista Tavares Bastos²¹ e os cearenses instituíram o Club Ceará Livre.²² A libertação dos cativos no Ceará impactou no movimento abolicionista brasileiro, já que se contrapôs à emancipação lenta e gradual abarcada na lei de 1871. Nesse sentido, diversas sociedades abolicionistas foram criadas, como a Libertadora Goyannense, cujo objetivo era libertar o município de Goiana. A data da sua criação não é mencionada no *Diario de Pernambuco*, mas a notícia publicada no dia 24 de abril de 1884 relata que ela fora fundada havia pouco tempo.²³ Além disso, foi criada em 20 de abril do mesmo ano a Sociedade de Senhoras Abolicionistas 25 de Março²⁴, cujo nome foi alterado, em 04 de maio de 1884, para Sociedade de Senhoras Abolicionistas Ave Libertas, por já existir uma outra com a primeira denominação.²⁵

O impacto do fim da escravidão no Ceará levou um senhor a discutir o posicionamento e a importância dos pernambucanos para o movimento abolicionista. Em nota publicada no

¹⁹Caridade merecida. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 103, 04 maio 1884. Gazetilha, p. 2.

²⁰Sociedade Ave Libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 161, 15 jul. 1884. Gazetilha, p. 2.

²¹Club Abolicionista Tavares Bastos. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 159, 12 jul. 1884. Revista Diaria, p. 3.

²²Ceará Livre. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 79, 04 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

²³Libertadora Goyannense. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 94, 24 abr. 1884. Revista Diaria, p. 2.

²⁴Sociedade de Senhoras, abolicionistas 25 de Março. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 92, 22 abr. 1884. Revista Diaria, p. 2.

²⁵Sociedade de Senhoras Abolicionistas “Ave Libertas”. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 104, 06 maio 1884. Revista Diaria, p. 2.

Diario de Pernambuco, Francisco Cavalcante de Albuquerque afirmou que a província de Pernambuco contribuiu mais para a mobilização em favor da Abolição do que a cearense. Ele reclamou de forma categórica que a província estava se colocando de maneira subalterna ao Ceará por ela ter se libertado antes do que qualquer outra: "... Pernambuco nada tem a desejar dos feitos e glórias do Ceará. A história é quem mostra. Pernambuco no heroísmo tem sido mestra de suas irmãs, nunca discípula".²⁶ Independentemente da hierarquia que o autor do artigo pretendeu estabelecer entre as províncias, o fato é que as conexões entre os movimentos abolicionistas do Ceará e de Pernambuco foram importantes para radicalizar as atividades dos pernambucanos e para gerar desconfiância da elite local em questões políticas, como nas propostas para alterar a aplicação do fundo de emancipação provincial (CASTILHO, 2012, p. 84).

Os discursos que circulavam em torno da libertação cearense apelavam à imagem de Cristo para sensibilizar as pessoas em favor da abolição, conforme artigo escrito por Afonso Albuquerque Melo, republicano, que durante os debates parlamentares para a futura lei de 1871 escreveu um texto chamado "A escravidão: o maior dos crimes" (CASTILHO, 2016, p. 45). No *Jornal do Recife*, ele lembrou que Jesus foi crucificado para libertar a todos, comparando SEU esforço ao dos homens comuns e cobrava destes o mesmo empenho no fim pela escravidão.

Se para redenção de todos os cativeiros o Redentor padeceu todos os martírios, como é que o povo cristão, que ora pela manhã e pela noite ante a imagem do Crucificado, como é que este povo e com que interesse se fará cúmplice e instrumento deste horrendo crime?²⁷

Além do recurso religioso, o autor do artigo fez um chamamento aos senhores de engenho a seguirem os passos dos homens possuidores de escravos das vilas, cidades e povoações, que após a propaganda contra a escravidão, libertaram seus escravizados. No texto, Mello recrimina os proprietários de engenhos que sugerem haver uma relação de amizade entre eles e seus escravizados, a fim de incutir neles o desejo de lhes proteger e combater aqueles que os forem libertar.

²⁶ALBUQUERQUE, Francisco Cavalcante de. Alerta Pernambucanos. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 74, 28 mar. 1884. Publicações a Pedido, p. 3.

²⁷MELLO, Affonso de Albuquerque. Os amigos escravos. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 43, 21 fev. 1884. Questoes Sociaes, p. 2.

A multiplicidade das atividades do movimento abolicionista pode ser contemplada na formação de associações pró-abolição, nas relações com associações de diferentes províncias, mas também na politização de atividades como o carnaval, teatro e bazares. É preciso destacar que o engajamento das sociedades abolicionistas contribuiu de forma significativa para libertação dos escravizados, mas deve ser ressaltado que a agência escrava foi determinante para que as sociedades obtivessem êxito em suas ações, formando pecúlio para sua libertação e participando das operações de entidades abolicionistas, como o Club do Cupim.

Um dos modos de funcionamento dos grupos abolicionistas ocorria por meio da criação de um fundo privado de libertação. Assim, alguns integrantes dessas congregações eram destinados a obter donativos para a causa libertadora. Posteriormente à doação, as entidades publicavam os nomes dos contribuintes e a quantia despendida por cada um. Devido à atuante movimentação desses grupos, indivíduos da sociedade se apropriavam dessa prática para se passarem por membros das sociedades abolicionistas e fazerem arrecadações em seu nome.

Podemos ver em publicações do *Jornal do Recife* e do *Diario de Pernambuco* os protestos realizados pelas sociedades abolicionistas Ave Libertas e Club Abolicionista contra pessoas que coletaram doações em seus nomes. Ambas as reclamações aconteceram em maio de 1884, provavelmente as ações criminosas foram ensejadas pela libertação dos cativos no Ceará, em março do mesmo ano e, pelas intensas atividades provocadas por este fato. Para alertar aos sujeitos que desejassem contribuir, a diretoria da Ave Libertas informou que

a comissão para agenciar donativos em favor da emancipação é composta de senhoras. A declaração tem por fim evitar a esperteza de certos cavalheiros que se inculcam investidos de tal incumbência, armando a credulidade pública.²⁸

Por sua vez, o Club Abolicionista publicou o seguinte protesto:

contra o abuso andarem comissões pelas ruas desta cidade tirando esmolas em favor da liberdade dos escravos, em nome deste Club. O Club só manda comissões em setembro, publicando pela imprensa os nomes dos diversos sócios de que elas se compõem.²⁹

É interessante notar que a causa da abolição não foi enxergada apenas por quem a apoiava ou por quem a desestimulava, mas também pessoas da sociedade entenderam que a sua

²⁸Sociedade Ave Libertas. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 117, 21 maio 1884. Revista Diaria, p. 3.

²⁹Protesto. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 113, 16 maio 1884. Publicações Solicitadas, p. 2.

visibilidade poderia lhe render frutos, como os bandidos, os quais identificaram nela uma possibilidade de ganhar dinheiro ilicitamente. Por outro lado, de maneira lícita, identificamos diversos comerciantes que também compreenderam que a luta pelo fim da escravidão poderia ser uma alternativa ao aumento dos seus lucros. A partir dessa perspectiva, detectamos anúncios de diferentes produtos ligados à abolição ou aos seus integrantes mais notórios, como Joaquim Nabuco, José Mariano e Leonor Porto. Em relação à última, foi lançada uma cerveja chamada Ave Libertas, que possuía no centro do rótulo o seu retrato³⁰; em outro exemplo, a Livraria Franceza vendeu os discursos em favor das reformas nacionais feitos por Joaquim Nabuco durante a sua campanha eleitoral.³¹ Assim, verificamos que os mais diferentes ramos comerciais se apropriavam dos discursos abolicionistas para se posicionarem e obterem lucros.

Retornando às atividades próprias do movimento abolicionista pernambucano, identificamos que ele era articulado com o da Corte e do Ceará. Identificamos que, em consonância com as ideias multiplicadas por José do Patrocínio que propunha a libertação de ruas, bairros e, posteriormente, de municípios da presença de escravizados, essa conjuntura levou as entidades abolicionistas de Pernambuco a se organizarem de forma a realizar a emancipação de determinados territórios da cidade. Em 1884, por exemplo, foi fundada uma entidade abolicionista denominada Centro Emancipador, cujo objetivo era libertar algumas ruas da freguesia da Boa Vista.³²

Desse modo, o movimento em favor da abolição se organizou de amplas maneiras para difundir suas ideias. Uma delas ocorreu nas viagens realizadas ao interior da província por José Mariano e Joaquim Nabuco para a região de Escada e Palmares, em 1887.³³ Em uma outra prática contemplamos, no artigo publicado no *Jornal do Recife*³⁴, no ano de 1885, uma pessoa enfatizar que o espírito combativo contra a escravidão estava paralisado em Caruaru, mas que seus moradores haviam despertado para o sentimento de filantropia representado pelo fim do cativo. Além dessa constatação, ele destaca que o movimento se encontra em “completa inatividade as cidades de Escada, Cabo, Limoeiro, Garanhuns e Pesqueira; o espírito emancipador nestas localidades carece de animação”. Conclui o articulista pedindo

³⁰Nova marca de cerveja. **Jornal do Recife**, Recife, ano XIX, n. 133, 12 jun. 1886. Gazetilha, p. 1.

³¹Dr. Joaquim Nabuco – Campanha Abolicionista no Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXI, n. 74, 01 abr. 1885. Avisos Diversos, p. 7.

³²Gremio Emancipador. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 114, 17 maio 1884. Revista Diária, p. 3.

³³Já voltaram. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXX, n. 59, 13 mar. 1887. Gazetilha, p. 1.

³⁴J.D.F. O abolicionismo no centro da província. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 55, 08 mar. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

que “os apóstolos do abolicionismo saiam pela província missionando em prol da liberdade dos escravos”.

O caráter do discurso relacionado ao abolicionismo algumas vezes exalta o vínculo com a atividade religiosa, comparando os abolicionistas a apóstolos, ou seja, aquele que prega alguma ideia missionando a outros, isto é tentando convencê-lo de suas ideias. Essa retórica religiosa se fez presente, também, no chamamento à incompatibilidade de defender o cativo de alguém tendo sido libertado por um homem que morreu para libertá-lo: Jesus.

Os diferentes discursos parecem apelar ao convencimento de múltiplas maneiras, seja religioso ou não. Celso Castilho (2012, p. xvii) observou que as atividades abolicionistas não estavam sendo suficientemente discutidas nos modos formais da política, o que contribuiu para a evolução do movimento abolicionista. Assim, foi necessário ocupar outros espaços para difundir as ideias do movimento contra a escravidão e, desse modo, veremos as ruas sendo ocupadas por pessoas de diferentes origens sociais para receber os articuladores do abolicionismo, como José Mariano e Joaquim Nabuco, por exemplo. Essas atividades poderiam acontecer quando eles aportavam nas cidades ou quando íam embora delas.

A prática do *meeting* consistia em reunir os apoiadores de uma determinada causa em um local para defender publicamente suas opiniões ou dar publicidade às suas ideias. Em Recife, por exemplo, veremos as pessoas indo ao encontro de Nabuco³⁵ quando ele retornou da Europa, em 1888, ou alguns anos antes, em 1885, na chegada de José Mariano³⁶ à capital pernambucana. O convite para receber o Tribuno pernambucano incluía todos os abolicionistas e as sociedades antiescravidão. A Praça do Comércio, local de espera da chegada do ilustre passageiro, estava decorada com bandeiras e havia a presença de duas bandas militares. José Mariano seguiu para o prédio da Associação Comercial, da Ave Libertas e da Comissão Central Emancipadora. No deslocamento para as entidades abolicionistas, José Mariano era seguido por uma “imensa multidão” que gritava vivas, jogava-lhe flores e soltava foguetes.

Além das instituições abolicionistas e comercial, houve, também, em outros edifícios, a manifestação de apreço pelo deputado pernambucano. A Câmara Municipal, casas particulares e uma tabacaria se iluminaram em homenagem a José Mariano. Navios nacionais e estrangeiros se embandeiraram. Evidenciamos um esforço da sociedade recifense em se alinhar com o ideal abolicionista. O espaço público é tomado pelos simpatizantes da abolição,

³⁵Dr. Joaquim Nabuco. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 75, 01 abr. 1888. Gazetilha, p. 2.

³⁶Aos abolicionistas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 226, 04 out. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

que encontram na ocupação da cidade o modo de expressar suas opiniões, visto que eram alijados das instituições políticas formais.

Desfocando a lente da composição masculina e letrada do movimento abolicionista, poderemos contemplar a presença feminina se articulando para defender o fim da escravidão. Para o caso pernambucano, distinguimos a atuação da Sociedade Ave Libertas, constituída por mulheres, mas que se articulavam com os homens para pôr em prática os objetivos estabelecidos na ata de fundação, de “não só promover a libertação dos escravos do Recife, por todos os meios lícitos ao seu alcance, como também proteger a sorte deles, impetrando de seus senhores a cessação de maus tratos, castigos e torturas”.³⁷

A forma de operação das mulheres abolicionistas incluía participar de eventos masculinos, como jantares oferecidos às autoridades. Os donos do Hotel Oriental, por exemplo, realizaram uma refeição noturna para brindar à imprensa e aos seus amigos. Um dos convidados presentes fez um brinde à causa abolicionista e sugeriu que fossem arrecadas doações para o fundo de emancipação da Ave Libertas, lá representada por Leonor Porto.³⁸ Outra forma de atuação das mulheres consistia em ir parabenizar alguém por seu aniversário e no local demandar pela contribuição financeira dos convidados da festa. Posteriormente, elas publicavam o valor arrecadado no jornal com os nomes dos doadores.³⁹

As iniciativas tomadas pelas mulheres se configuram como as tomadas pelos homens integrantes de entidades em prol do fim da escravidão. As atividades se caracterizavam em dar visibilidade à causa abolicionista, atrair apoiadores além, claro, de obter recursos para implantar o seu fundo privado de emancipação. A forma de evidenciar as necessidades do movimento perpassavam a politização da vida cotidiana. Assim, os cumprimentos natalícios a um proprietário de escravizados inserem a temática da abolição no local mais íntimo de uma pessoa: a sua casa.

A Ave Libertas empreendeu variadas ações para libertar os escravizados tendo, inclusive, na comemoração do primeiro aniversário de instalação da sociedade, realizada em oito de setembro de 1885⁴⁰, libertado 200 escravizados, conforme relato do jornal publicado em celebração ao ato.⁴¹ Por sua vez, o Club Abolicionista e Nova Emancipadora não chegaram a

³⁷Estatutos. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 196, 26 ago. 1884. Gazetilha, p. 1.

³⁸Auxílio a Ave Libertas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 119, 24 maio 1884. Revista Diária, p. 3.

³⁹Em bem da emancipação. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 102, 03 maio 1884. Revista Diária, p. 3.

⁴⁰Ave Libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 204, 08 set. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

⁴¹Aos escravos. **Sociedade Abolicionista Ave Libertas**, Recife. 08 set. 1885. Ave Libertas, p. 2.

manumitir cem escravizados em seu primeiro ano de funcionamento (CASTILHO, 2012, p. 171).

No jornal comemorativo da Ave Libertas, identificamos como as mulheres dessa sociedade compreendiam o papel que deveriam ocupar no processo pelo fim da escravidão. No primeiro artigo⁴², dirigido aos escravos, a abolição é expressa como um sinal de progresso e da civilização. As mulheres se colocaram dispostas a lutar pela libertação da pátria ou até a morrer por ela. Na realização de seus objetivos, utilizariam pedidos brandos e fariam em nome da humanidade e do Evangelho. Em outro artigo, evidenciando estarem informadas sobre as discussões políticas no país, uma senhora elaborou uma concisa análise sobre o debate da futura Lei dos Sexagenários, chamando-a de retrógrada, além de mostrar-se preocupada com a situação política do momento (lembramos que em agosto de 1885, o Barão de Cotegipe assumiu a presidência do gabinete imperial). Diante dos fatos negativos, uma lei que não representava avanço e o chefe de governo ser um conservador, a articulista convidou as mulheres a agirem como mártires do presente, a fim de se tornarem heroínas no futuro.⁴³

A despeito da expressividade quantitativa e qualitativa das operações realizadas pelas mulheres para libertar os escravizados, isso não era suficiente para que elas estivessem formalmente representadas em órgãos relacionados ao combate à escravidão, como a Comissão Redentora do Recife. A entidade destinava-se a gerir e a aplicar o fundo de emancipação da província pernambucana e tinha entre seus membros abolicionistas históricos como Barros Sobrinho e Gomes de Matos. Notamos que a atuação feminina em campos políticos oficiais, ainda que lhe sobrasse capacidade técnica para ocupar tal função, não lhe era concedida.

Podemos verificar que as relações estabelecidas entre as sociedades abolicionistas masculina e a feminina também criaram preocupações semelhantes. Um dos temas debatidos nas reuniões das agremiações antiescravidão era a possibilidade de uma instituição ajudar um escravizado que já estava sendo amparado por outra entidade abolicionista. Se os escravizados entendiam que precisavam dos grupos abolicionistas para serem mediadores entre eles e seus proprietários no processo de sua libertação, além, claro, da formação do seu pecúlio (prática que poderia ocorrer de forma independente aos abolicionistas e que, inclusive, se realizou até antes do século XIX), é compreensível que eles tenham buscado socorro em diversos grupos

⁴²Aos escravos. **Sociedade Abolicionista Ave Libertas**, Recife. 08 set. 1885. Ave Libertas, p. 2.

⁴³BASTOS, Ernestina. As brasileiras. **Sociedade Abolicionista Ave Libertas**, Recife. 08 set. 1885. Ave Libertas, p. 2.

abolicionistas. Porém, a despeito de seus desejos, entidades como Club Abolicionista⁴⁴ e Ave Libertas⁴⁵ decidiram não assistir os negros que já possuísem alguma relação com outra sociedade abolicionista.

O ápice das atividades das sociedades abolicionistas é a concessão de alforrias. Assim, esses eventos ocorriam em locais específicos, como teatro ou sede de associações, e eram teatralizados. Em suma, a arte era utilizada como instrumento de mobilização (ALONSO, 2015, [1997]). Segundo Alonso, os espetáculos promovidos pelas entidades abolicionistas eram compostos de discursos e execução de músicas, tendo sido fundamentais para o desenvolvimento dessas organizações. Assim ela caracterizou as apresentações:

Cristalizava-se aí a estratégia *mater* da propaganda na primeira metade dos anos 1880: misto de espetáculo teatral e comício político, meio de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto. A sede impactou o estilo da propaganda. O universo dos espetáculos teatrais forneceu linguagem para a expressão e a ritualização do proselitismo abolicionista (ALONSO, 2015, p. [2087]).

Notamos que os abolicionistas utilizavam os teatros, os *meetings*, as salas e as varandas dos edifícios para gerar uma comoção pública, obter arrecadações para futuras manumissões, sensibilizar e angariar apoio. Essas práticas aconteciam em locais públicos, com a presença de espectadores das mais distintas estruturas sociais. Identificamos que o desejo de dar publicidade às manumissões não era exclusivamente pertencente aos membros das sociedades abolicionistas. Diversos particulares concederam cartas de liberdade aos seus escravizados em situações onde havia a presença significativa de outras pessoas, como batizados⁴⁶ ou no dia do martírio de Jesus Cristo, na Semana Santa.⁴⁷ Além da entrega da carta de liberdade, os ex-proprietários enviavam às sociedades abolicionistas notas relatando os seus feitos. É interessante notar como a sociedade se organizava para se alinhar a uma identidade coletiva. Indivíduos, a partir da sacralidade do seu lar, se inserem nos valores que estão sendo discutidos na sociedade, aqueles que condenam a escravidão.

A teatralização das práticas abolicionistas inseriu-se em um contexto que se julgava insuspeito para tal atividade: o velório. Desde o final de 1885, com a entrada do Barão de Cotegipe no governo imperial, o movimento abolicionista sofreu inúmeras proibições e intervenções em suas práticas. Assim, em 1886, diferentemente do que aconteceu em 1884 e

⁴⁴Club Abolicionista. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 186, 13 ago. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁴⁵Ave Libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 218, 21 set. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁴⁶Manumissão. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 110, 13 maio 1884. Revista Diaria, p. 3.

⁴⁷Libertações. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 76, 03 abr. 1886. Revista Diaria, p. 3.

1885, com a ocorrência de diversos eventos políticos e culturais abolicionistas, os líderes do movimento eram visíveis apenas durante os tradicionais “dias anti-escravidão” de 25 de março (dia da libertação da província do Ceará) e 28 de setembro (data da implantação da Lei do Ventre Livre) (CASTILHO, 2012, p. 203).

Em outubro de 1886, faleceu o abolicionista e senador José Bonifácio de Andrada e Silva. As sociedades antiescravidão enxergaram o acontecimento como uma maneira de voltar a iluminar o debate. Para isso, a União Federal Abolicionista⁴⁸ convidou seus sócios a se reunirem a fim de deliberar sobre a sessão fúnebre em homenagem ao político. O evento aconteceu no Teatro Santa Isabel⁴⁹ e esteve lotado, com a presença de homens e mulheres, civis e autoridades políticas e jurídicas. A ornamentação da casa de espetáculo era composta com estandartes das instituições Comissão Central Emancipadora, Nova Emancipadora, Club Abolicionista, Ave Libertas e outras. Dentre os oradores da sessão esteve presente José Mariano. É interessante notar que o local onde aconteceu a homenagem era um espaço que, após a ascensão de Cotegipe ao poder, foi proibido para as práticas abolicionistas. Provavelmente, o governo provincial não supôs que o evento fúnebre pudesse ser amplamente marcado pelo ideal abolicionista.

Diante das diversas apropriações do espaço público feitas pelo movimento abolicionista, entendemos, como Arrais (2004, p. 15), que a ocupação desses locais conferiam a eles significados, os quais eram gerados a partir dos rituais neles desenvolvidos. Acreditamos que o movimento abolicionista – consciente da necessidade de se expandir, seja aumentando o número de seus membros ou de simpatizantes, seja financeiramente – precisou se articular com a sociedade de diferentes modos.

A organização de eventos públicos abolicionistas foi fundamental para cultivar o apoio social às ideias antiescravidão. Para muitos, os eventos culturais foram um ingrediente crucial para forjar identidades abolicionistas nas pessoas, por meio de atividades como bazares e produções teatrais abolicionistas, as quais reforçavam o compartilhamento de crenças semelhantes entre as diversas pessoas (CASTILHO, 2012, p. 93).

Assim, o movimento abolicionista pernambucano, a partir das diversas transformações físicas e simbólicas que ocorreram na cidade do Recife, alijado das instâncias formais da política e ciente da necessidade de ampliar sua base de apoio, empreendeu esforços para

⁴⁸União Federal Abolicionista. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 255, 06 nov. 1886. Declarações, p. 2.

⁴⁹Sessão fúnebre em homenagem a José Bonifacio. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 273, 27 nov. 1886. Gazetilha, p. 1.

ocupar os espaços públicos com suas atividades. Veremos no capítulo 2 como o movimento abolicionista pernambucano se articulou com as festividades e repercussões da libertação dos cativos no Ceará e, no terceiro capítulo, explicitaremos as práticas realizadas durante o ano da promulgação da Lei Áurea e, também, no período posterior.

2. As repercussões da libertação do Ceará em Pernambuco

2.1. As festas e o movimento abolicionista

A festa foi tomada por alguns historiadores como um momento que possui formas e funções comuns a várias sociedades. Dentre elas destacam-se os “eternos rituais de inversão, momentos universais de suspensão de conflitos e regras, ou de fusão de diferenças em uma única torrente burlesca” (CUNHA, 2002, p. 11). A autora Maria Clementina Pereira da Cunha, ao apresentar o livro *O jogo da dissimulação*, aborda a participação dos negros em ocasiões como o carnaval e as celebrações do 2 de Julho, no final do século XIX. Porém, revela que há tensões raciais nesses momentos e que se pretendeu demarcar os lugares que os ex-escravizados poderiam ocupar na sociedade e, desse modo, manter as hierarquias sociais. Assim, Cunha concluiu:

As festas se afiguram inicialmente como ocasiões especialmente racializadas e, como tal, geradoras de tensão. Para muitos, eram prova de que as vítimas da escravidão deveriam ser, afinal, mantidas ‘em seu lugar’ de modo a não perturbar a ordem e a civilização (ALBUQUERQUE, 2009, p. 25).

Quando vista a uma certa distância, a festa pode traduzir uma suposta comunhão entre seus participantes, revelando um clima de entrosamento e convergência entre eles. Todavia, ao analisar mais detidamente esse evento, percebemos que a festa é um lugar de disputas simbólica e material, onde se revelam tensões. Os seus membros competem pela escolha dos sentidos que serão atribuídos a ela. Em nossa pesquisa, entendemos que a festa, a despeito de se apresentar como uma atividade de caráter lúdico, encobre de maneira sub-reptícia os seus reais interesses. Ela é uma operação que visa transformar a mentalidade e funcionamento da sociedade. Especificamente sobre as festas abolicionistas, compreendemos que os organizadores são sujeitos do seu tempo que procuram subverter o estado de coisas vigente: o trabalho escravo. Perpassados pela atuação dos movimentos abolicionistas no exterior, como nos EUA, que utilizaram a Igreja como local de manifestação e de publicidade, compreenderam que era preciso dar visibilidade à causa emancipatória. Desse modo, buscando atender aos objetivos de difundir e apoiar o fim da escravidão, os abolicionistas ocuparam os espaços públicos com atividades festivas cujo tema central era a luta pela extinção da escravatura. As performances incluíam diferentes atos, como acompanhamento

dos defensores da abolição em seu embarque/desembarque, comícios em praça pública, apresentação de peças teatrais, impressão de jornais. As práticas distintas englobavam variadas esferas sociais, contemplando ricos e pobres, alfabetizados ou não. Ao refletir sobre as festas, Martha Abreu (1999, p. 38) considerou fundamental

observar que as festas são sempre recriadas e reapropriadas contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais. Ou seja, através das festas, pode-se conhecer melhor a coletividade e a época em que aconteceram.

Se podemos perceber os valores que permeiam a sociedade durante uma festa, é porque a festividade é composta de ritos que carregam em si os princípios que se pretende ecoar. Esses rituais fazem parte do processo de geração, destruição e reafirmação de valores de uma sociedade, bem como de sua identidade. Segundo Abreu, existe uma forte tendência de se identificar a festa no Brasil “como o local do encontro, mistura e comunhão entre todas as etnias e classes sociais, base importante do que seria a marca singular e positiva de uma pretensa nacionalidade brasileira” (ABREU, 1998, p. 1).

Refletindo sobre a realização das festas coletivas, Duvignaud (1983, p. 67) irá afirmar que elas

insinuam-se nos interstícios das civilizações no momento em que estas são abaladas pelas mudanças – transformações, causadas pelo contato intercultural, por uma guerra, uma epidemia, mudanças que podem resultar de uma modificação interna, destruidoras da cultura estabelecida. Nestas fases de metamorfose, as representações e os símbolos que, ordinariamente, satisfazem os desejos humanos não conseguem mais reter a expansão de uma “libido” brutalmente desvelada. Nenhum dos regulamentos obedecidos, nenhum dos ideais fixados que definem a coragem, a glória, a sabedoria mantém seu caráter mandatário e as pessoas se vêem, de fato, despojadas dos seus pontos vivos de apoio.

Relacionando o nosso trabalho com o entendimento de Duvignaud para o tema das festas coletivas, entendemos que o ponto de abalo da sociedade brasileira do século XIX é a luta pelo fim do regime escravocrata, a qual gerou uma ocupação do espaço público com atividades festivas. A festa, a um só tempo, enterra a sociedade antiga e saúda a vindoura. Ao celebrar o fim da escravidão, os brasileiros estariam a sepultar o que era compreendido como um atraso, “uma nódoa imensa no planisfério terrestre”⁵⁰ (SILVA L., 1988a, p. 142) e,

⁵⁰TH. FREIRE. 13 de Maio. **A Republica**, Recife, ano II, n. 14, 17 maio 1888. *A Republica*, p. 2.

simultaneamente, a demarcar a entrada do Império em uma era de civilidade, representada pelo modo de vida europeu. Assim, foi expresso no jornal *O Artista* (SILVA L., 1988a, p. 90):

Ao raiar o dia 13 de Maio, principiou para o Brasil uma era nova. Há três séculos que ele vivia submisso, sempre com a fronte curvada ao chão. Mas hoje ele ergueu-se e ergueu-se tanto, que ficou quase da altura de todas as nações da Europa.⁵¹

Rita Amaral (2009, p. 13-22) vai nos oferecer um estudo, ainda que conciso, sobre a possibilidade do festejo se estabelecer como mediador entre dois sentidos paradoxais, comumente vinculados a ele: o de eliminar e o de reafirmar a sociedade em que se realiza. Com relação, mais especificamente, às festas comemorativas pelo fim da escravidão, percebemos que elas exercem esse duplo papel, pois suas manifestações revelam a função de extinguir – literal e simbolicamente – tudo o que a escravidão representa. De fato, os libertos de Campinas, por exemplo, queimaram todos os materiais de tortura que puderam encontrar e, de forma simbólica, exerceram o direito de caminhar livremente, segundo as suas vontades, sem haver a necessidade da permissão senhorial (SILVA E., 2001, p. 117). Quanto à reafirmação dos valores da sociedade, podemos observá-la a partir da organização dos préstitos, pois eles são coordenados com a mesma hierarquia social vigente. São os integrantes da elite, como a intelectual (acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife⁵²), que vão sistematizar as comemorações do 13 de Maio. A moderada participação popular na organização dos eventos reforça a limitada expressão política do povo.

As festas em prol da libertação dos escravizados surgem no momento de reivindicação de mudanças da estrutura social, política e econômica vigente, que se baseava na exploração do trabalho escravo. Para o desenvolvimento de novos padrões de conduta e mentalidade, a repetição é um aliado constante.

Nas celebrações relacionadas ao 25 de Março e posteriormente à Abolição, mecanismos recorrentes são utilizados pelos promotores dos eventos: saudações às redações dos jornais; o envio de telegramas felicitando os abolicionistas na Corte, a Princesa e o Ministério; os discursos direcionados aos libertos insistindo na necessidade deles continuarem trabalhando. Alocuções com esse caráter foram proferidas por abolicionistas, como o capitão Elisio Pugas, Juiz de Paz de Vicência pelo Partido Liberal⁵³ e por um frei. Este último, ao discursar em

⁵¹PRYSTHON, MANOEL. Nova Era. *O Artista*, Recife, n. especial, 13 maio 1888, p. 2.

⁵²Passeiata Acadêmica. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

⁵³Vicência. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXIX, n. 152, 07 jul. 188. Gazetilha, p. 1. Vicência. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 124, 02 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

homenagem ao feito do Gabinete 10 de Março, na Igreja do Convento do Carmo do Recife, suplicou a Maria que inspirasse os ânimos dos abolicionistas e do governo a libertar os negros da “ociosidade e vícios; ministrando-lhes logo uma ocupação séria: o trabalho fonte do pão, e a instrução fonte do bem, do engrandecimento da pátria e do florescimento da religião”.⁵⁴

Alonso (2015, p. [92]) nos mostra que desde o início da campanha abolicionista, em 1868, seus participantes recorriam ao uso das artes, promoviam cerimônias para persuadir a opinião pública, formavam associações e buscavam articulação e apoio com outros países. E se é verdade, como cremos, que as festas podem assumir um caráter pedagógico, o teatro emerge como um dos elementos que contribuem para essa função. Foi o que evidenciou Le Roy Ladurie (2002, p. 35), ao tratar do carnaval, em 1580, na cidade de Romans: ali, fazia-se uso da representação teatral para exibir os mistérios cristãos e reforçar essa fé. Para Castilho (2016, p. 20), a produção do teatro abolicionista contribuiu para identificar a percepção dos contemporâneos sobre o tema da abolição e dos escravizados no processo emancipacionista. Em vista disso, o teatro tornou-se um lugar e uma forma de fazer política que foi apropriado pelos sujeitos históricos desejosos de pôr termo ao cativeiro, no Império de D. Pedro II.

⁵⁴Na Igreja. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. p. 2-3.

2.2. A abolição cearense

O processo de libertação do Ceará teve múltiplas origens (MARTINS 2012, p. 31-34). A província sofreu com bastante intensidade as consequências da seca no final da década de 1870, fato que impactou negativamente na economia local. Diante deste acontecimento, a venda de escravizados para as regiões cafeeiras do sul do país se revelou uma medida para atenuar as perdas advindas com o estio.

Preocupado com o possível esvaziamento dessa mão de obra nas províncias do Império e tentando “propiciar uma sobrevida ao sistema, já então bastante solapado” (MARTINS, 2012, p. 33), um deputado da Assembleia Provincial de São Paulo apresentou, em 1878, um projeto em que taxava a entrada de escravizados neste local, mas não foi aprovado. Em 1888, o mesmo deputado levou esse intento à Câmara de Deputados da Corte. O projeto não foi aceito pelo parlamento nacional, pois os deputados do norte se impuseram contra ele (CONRAD, 1978, p. 209). Contudo, no final de 1880, Rio de Janeiro e Minas Gerais adotaram tais medidas. No ano seguinte, foi a vez de São Paulo acolher o projeto. Não obstante a intenção das regiões sulistas de que os senhores cearenses também se ocupassem da manutenção da escravatura no seu território, estes continuaram a comercializar seus escravizados em lugares onde não havia a cobrança de taxas. Assim, a atitude dos escravocratas, de recolher um imposto alto sobre a compra de cativos para as províncias cafeeiras, diminuiu o tempo de vida da escravidão brasileira. O comércio entre as províncias destruía o equilíbrio da escravatura e ameaçava sua própria existência (CONRAD, 1978, p. 207-210).

A legislação aprovada nas províncias teve como efeito o fortalecimento do abolicionismo do norte, local em que “o valor dos escravos dependia quase totalmente da existência do mercado do sul” (CONRAD, 1978, p. 211). Com o baixo preço do escravizado – devido aos impostos implantados pelas províncias do sul –, o movimento abolicionista do Ceará se fortaleceu, sob uma ótica menos humanista e mais financeira, consoante Martins (2012). Assim, em dezembro de 1880, formou-se a maior sociedade abolicionista cearense – Sociedade Cearense Libertadora – “nascida de uma associação comercial, a Perseverança e Porvir” (MARTINS, 2012, p. 33). Essa agremiação de comércio fundada em 1879, era uma organização pequena, emancipacionista e humanitária (CONRAD, 1978, p. 215).

Uma outra faceta que merece destaque é a participação dos populares no movimento abolicionista. Em janeiro de 1881, os libertos Francisco José do Nascimento e José Luis

Napoleão lideraram uma greve dos trabalhadores marítimos, a qual contou com as anuências do presidente da província, do chefe de polícia e do comandante do 15º Batalhão de Infantaria. Esse fato representou um golpe no tráfico entre o Ceará e o Pará (MARTINS, 2012, p. 34-35). Esta última província não havia criado impostos sobre a comercialização de escravizados, a qual, por isso, ainda era uma atividade lucrativa. O Pará, portanto, continuou recebendo cativos até 1882 (CONRAD, 1978, p. 220). Para reverter a situação, os senhores proprietários tentaram embarcar os escravizados em agosto de 1881, mas foram impedidos por uma concentração de seis mil pessoas. Os envolvidos na contenda foram transferidos da província ou demitidos dos cargos públicos (ao prático do porto, Francisco José do Nascimento, foi imposta a segunda penalidade). Com o sucesso das ações que impediram o embarque dos cativos no porto de Fortaleza, o abolicionismo cearense desenvolveu um caráter de associação de massas e passou a ameaçar a escravatura no país (CONRAD, 1978, p. 218). As reações dos agentes do Estado, de transferência e uso da força, são respostas às agências dos libertos, escravizados e abolicionistas, e nos revelam que o porto era um local de tensão e disputa pelo poder.

Apesar da libertação do Ceará em 25 de março de 1884, Martins (2012) nos revela que, em 1886, um deputado provincial cobrou explicações sobre o fato do município de Milagres ainda possuir escravizados, evidenciando que a libertação cearense foi um fenômeno litigioso entre as pessoas e que a escravidão não deixou de existir mesmo depois de 1884. Se havia interesses em extinguir a escravatura, conforme demonstrou a abolição do Ceará, também havia para a sua manutenção. Em relatório do Ministério da Agricultura datado de catorze de maio de 1888, a instituição ainda contabilizou a existência de cento e oito escravizados no Ceará (CONRAD, 1978, p. 229).

A descoberta de escravizados mesmo após a libertação cearense foi um tema que gerou discussões, na década de 1960, no Instituto Histórico Geográfico Antropológico do Ceará. Seus membros não quiseram publicar na revista da instituição um artigo no qual se questionava o pioneirismo do Ceará na Abolição. Minimizaram a descoberta alegando que a pequena quantidade de cativos encontrada na então província não significava que ela fosse escravista (MARTINS, 2012, p. 28-31). Nesses debates se localiza a disputa pela criação da memória de um Estado, onde as entidades não se dispõem a rever sua história. A revisão, afinal de contas, poderia ter como consequência a perda do caráter vanguardista cearense no contexto abolicionista. Independentemente de sua primazia, a Abolição no Ceará foi

importante para reunir novamente as forças que lutavam pelo fim da escravatura. Além disso conferiu ao movimento abolicionista uma “expressão popular com a progressiva adesão de diferentes setores da sociedade, capitaneados por nomes da vida intelectual e pela entusiástica filiação de estudantes” (MELLO, 2007, p. [441]).

2.3. As celebrações do 25 de Março em Pernambuco no ano de 1884

Segundo Castilho (2010, p. 317), havia desde o começo da década de 1880 um movimento abolicionista em Pernambuco – assunto tratado no capítulo anterior –, mas foi somente com o 25 de Março que houve o maior evento abolicionista do período no Recife, o qual só foi superado “em escala pela euforia” (CASTILHO, 2011, p. 5) nas celebrações do 13 de Maio de 1888. Com a libertação do Ceará, o movimento abolicionista pernambucano tomou outras características e assumiu posturas e discursos distintos. A partir deste momento, a imprensa precisou assumir mais claramente sua opinião sobre o fim da escravatura, o movimento abolicionista foi associado com o passado histórico revolucionário pernambucano (CASTILHO, 2010, p. 319), os abolicionistas que antes defendiam o uso da lei de 1871 para extinguir a escravidão passaram “a rejeitar cada vez mais o direito legal à escravatura” e os escravocratas passaram a advogar em favor da Lei do Ventre Livre (CASTILHO, 2011, p. 9).

O preparo das festas em comemoração à libertação do Ceará se deu por meio de um convite feito pela Sociedade Nova Emancipadora às sociedades abolicionistas para constituir uma comissão, a qual foi integrada por Barros Sobrinho, João Ramos e outros.⁵⁵ Os organizadores dos eventos relataram que obtiveram apoio do presidente da província, que, por sua vez, garantiu presença nas festividades, inclusive entregando cartas de alforria. Além disso, a execução das músicas se daria pela banda de música do corpo policial.⁵⁶ Complementando a contribuição da política oficial às festividades, o comitê pediu aos moradores da cidade que enfeitassem e iluminassem suas casas, “concorrendo todos eles com as suas presenças e as de suas famílias para a feição verdadeiramente popular que a mesma comissão deseja dar [sic] a dita festa”.⁵⁷ Além do convite feito diretamente ao povo, os organizadores também dirigiram uma convocação específica às mulheres, para que elas comparecessem à sessão literária e musical.⁵⁸ Demonstra-se que os membros da comissão se empenharam em angariar o apoio dos diversos setores da província pernambucana às ideias emancipacionistas, inclusive entre os acadêmicos.⁵⁹ Segundo Pereira da Costa (1984, p. 20), as festas em Recife eram excessivamente populares. “Era o povo saudando a seu irmão – o povo”.

⁵⁵Libertação do Ceará a 25 de Março. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 53, 04 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁵⁶Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 56, 07 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁵⁷Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 57, 08 mar. 1884. Publicações Solicitadas, p. 2.

⁵⁸Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 59, 11 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁵⁹Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 61, 13 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

Para subsidiar as festividades, a sede da Sociedade Nova Emancipadora manteve-se aberta diariamente no período das nove às dezesseis horas, a fim de arrecadar donativos e cartas de alforrias para realizar as comemorações.⁶⁰ Reproduzindo uma característica frequente do movimento abolicionista – a de publicizar seus atos –, a comissão divulgava nos periódicos os nomes e os valores ofertados por indivíduo, bem como aqueles que ofereciam cartas de liberdade e que figurariam no Livro de Ouro, feito em homenagem à libertação cearense.⁶¹

As celebrações do 25 de Março em Pernambuco revelam que o movimento abolicionista brasileiro conseguia estabelecer interlocuções entre as diversas províncias e, com isso, propagar suas ideias e dar publicidade a seus acontecimentos. Não podemos esquecer do quanto o avanço tecnológico na área de comunicação contribuiu para aumentar a conexão entre as províncias brasileiras, o que permitiu às sociedades abolicionistas pernambucanas o envio, no dia 25, de telegramas às agremiações do Ceará, Rio de Janeiro e Mossoró, além de cumprimentos ao Imperador.⁶²

Houve diversas atividades nas celebrações do dia 25 de março, as quais duraram o dia todo e contaram com inúmeros sujeitos. Observamos que os abolicionistas Barros Sobrinho (presidente do Club Abolicionista), Manoel Gomes de Matos (pertencente à Sociedade Nova Emancipadora) e José Mariano estiveram presentes nos eventos, como o do Teatro Santa Isabel. Esses personagens se mantiveram ativos nas comemorações do 13 de Maio de 1888, como veremos no próximo capítulo.

O dia 25 começou com uma passeata às cinco horas da manhã. Composta por diversas sociedades abolicionistas, duas bandas de música “e muito povo, talvez em número superior a 1000 pessoas”⁶³, a passeata saiu do Campo das Princesas em direção aos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista e terminou às oito horas no mesmo local do seu início.⁶⁴

Inaugurando um tipo de comemoração, o fim da escravatura cearense foi festejado, no Recife, com uma parada abolicionista (CASTILHO, 2010, p. 315). A marcha abolicionista compôs-se de uma grande quantidade de pessoas reunidas no Campo das Princesas, que dispostas “em forma de pelotões, e em ordem de marcha, seguiu em romaria patriótica ao som das bandas de música (...), erguendo entusiásticos vivas à liberdade, desfaldando-se no centro do improvisado batalhão o auri-verde pendão da nossa nacionalidade” (PEREIRA DA

⁶⁰Libertação do Ceará. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 69, 22 mar. 1884. Revista Diária, p. 1.

⁶¹Festa do 25 de março. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 69, 22 mar. 1884. Revista Diária, p. 1-2.

⁶²Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 72, 27 mar. 1884. Gazetilha, p. 2.

⁶³Libertação do Ceará. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 72, 27 mar. 1884. Revista Diária, p. 3.

⁶⁴Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 72, 27 mar. 1884. Gazetilha, p. 2.

COSTA, 1984, p. 11). Os estudos de Ryan (1992, p. 178) indicam que a parada é um tipo de performance comemorativa inventada pelos Estados Unidos no século XIX, na qual a população se organizava em “pelotões, companhias, regimentos, tropas e colunas, e desfilava ao longo das vias públicas (...) uma adaptação do termo relativo à reunião de tropas militares com objetivos cívicos e cerimoniais”. Ao desfilar pelas ruas, os sujeitos demonstram uma identidade social comum (RYAN, 1992, p. 179).

A partir das doze horas e trinta minutos, começou no Teatro de Santa Isabel a sessão literária e musical. O povo esteve presente neste evento, em número aproximado de duas mil pessoas. O evento foi presidido por Antonio de Barros Sobrinho e teve como primeiro orador José Mariano. Após discursar, este último, entregou setenta e uma cartas de alforrias aos escravizados. O teatro, como ao longo da década de 1880, “mais uma vez abriu espaço para centenas de pessoas participarem coletivamente de alforrias, faceta básica na construção de um amplo movimento popular” (CASTILHO, 2010, p. 316).

Entre apresentações musicais e leituras de poemas, subiu ao palco o pernambucano e agricultor Pedro Affonso Ferreira, genro do Visconde de Rio Branco. Ferreira fez um discurso em favor da emancipação, mas afirmou que os senhores de escravos não deveriam “ser privados dos seus agentes de trabalho sem imediata indenização” (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 23). Em sua alocução, Pedro Affonso pareceu tentar estabelecer uma relação com as ideias de seu sogro, chefe do Conselho de Ministros quando da promulgação da lei de 1871, que instituiu o direito de liberdade dos escravizados por meio de uma compensação financeira. O discurso de Ferreira evidencia a dificuldade dos proprietários de terras em defender uma postura única e radical contra o fim da escravidão. Ao final da cerimônia, José Mariano deu vivas ao Ceará e a Pernambuco, “de quem esperava que dentro em breves dias acompanharia à heroína do dia”.⁶⁵

À noite, no jardim do Campo das Princesas houve uma festa com quatro bandas de música, iluminação elétrica e queima de foguetes, local para onde foram mais de dez mil pessoas, “de todas as classes e condições sociais”.⁶⁶ Como informado, tudo aconteceu na melhor ordem. De acordo com Mello (2007, p. [2846]), no século XIX, a associação entre energia elétrica e ideais de progresso e liberdade era uma prática comum, devido ao impacto que a eletricidade gerou nas pessoas. Nas festas públicas que aconteciam no Rio de Janeiro, a iluminação especial era uma garantia do seu atrativo e sucesso. Nas celebrações no Recife, os edifícios

⁶⁵Libertação do Ceará. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 72, 27 mar. 1884. Revista Diária, p. 3.

⁶⁶Libertação do Ceará. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 72, 27 mar. 1884. Revista Diária, p. 3.

públicos estiveram iluminados devido ao aniversário da Constituição do Império, mas diversas associações e casas particulares se embandeiraram e se iluminaram em homenagem à Abolição do Ceará (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 19).

Identificamos que as sociedades abolicionistas foram as canalizadoras dos esforços para comemorar a libertação do Ceará em Pernambuco. As instituições Nova Emancipadora e Club Abolicionista organizaram essas festas, que contaram com a participação de amplos setores da vida pernambucana. Esses esforços se alinharam com as ideias nas quais se pautava o movimento abolicionista para justificar o fim da escravidão: direito, progresso e compaixão (ALONSO, 2015, p. [161]), os quais puderam ser comprovados nas alocações realizadas durante os festejos. Estudantes de Direito e bacharéis fizeram um panfleto em comemoração à Abolição cearense e, dentre os textos, há um que remete à multiplicidade de argumentos nos quais se baseava o abolicionismo: para o autor, a libertação do Ceará representava a “reabilitação frente aos países cultos; o raiar luminoso de um futuro de grandeza e prosperidade; um passo ascensional na senda da civilização. (...) ideia altamente humanitária” (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 204).

Os editoriais dos jornais da capital, a respeito da libertação do Ceará ilustram uma tensão existente na sociedade pernambucana. Por um lado, o *Jornal do Recife*, que servia de instrumento para as publicações da campanha pelo fim da escravatura (NASCIMENTO, 1966, p. 112), manifestou-se de forma dura contra o governo, dizendo que a Constituição de 1824 teve “falseando nela o princípio de igualdade entre os brasileiros”.⁶⁷ Pelo outro, o *Diario de Pernambuco*, “periódico que até 1911 foi o órgão oficial do governo” (NASCIMENTO, 1968, p. 36), apresentou seu apoio e entusiasmo à libertação do Ceará, mas não esqueceu de reforçar que a libertação não deveria ferir os direitos instituídos e reiterou que ela ocorreu “sem sair dos limites da lei de 28 de Setembro de 1871, sem ofender os princípios de justiça, sem tocar na liberdade individual, sem espinhar nenhum direito!”.⁶⁸

Os pernambucanos tinham um movimento abolicionista organizado em várias associações, tendo sido fundadas, somente no intervalo de 1880 a 1883, treze agremiações (ALONSO, 2015, p. [9082]). Com a libertação do Ceará, aproveitaram a ocasião para reforçar seu apoio à Abolição e inúmeros textos, insuflando os habitantes a aderirem à causa, foram publicados, como podemos ver no artigo anônimo do *Jornal do Recife*:

⁶⁷Vinte e Cinco de Março. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 71, 25 mar. 1884. *Jornal do Recife*, p. 1

⁶⁸Recife, 25 de março de 1884 – O Ceará emancipado. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 71, 25 mar. 1884. *Diario de Pernambuco*, p. 1-2.

O que esperam os Pernambucanos? Em todos os tempos a liberdade tem sido o farol que os tem guiado. A liberdade, esse dom do céu em que se resume a expressão da vida inteira dos povos, não é a liberdade de que gozamos, distribuídos por uma raça privilegiada! Voemos à conquista da liberdade, que nivela todos os homens no gozo de seus direitos.⁶⁹

A libertação do Ceará é entrelaçada à história pernambucana, sendo exaltado o caráter revolucionário desta última província. Castilho nos diz que a associação do passado de luta de Pernambuco no conflito de 1817 com o ideal de liberdade é iniciado com a Abolição cearense. Assim, nos discursos proferidos em 1888, que relacionam a Revolução Pernambucana à Abolição, são reativadas práticas que começaram com o 25 de Março (CASTILHO, 2010, p. 319). No envio do Livro de Ouro – que congregava assinatura das entidades abolicionistas, de particulares e instituições –, e de seus ofícios à província cearense, podemos identificar a conexão feita pelos organizadores das festas quando lemos o seguinte:

É assim que essa falange de libertadores cearenses de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, oferecendo a própria vida em prol da liberdade dos escravos eleva-se em seu conceito a estatura grandiosa dos mártires da revolução pernambucana de 1817.⁷⁰

É interessante notar que até mesmo os membros da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco poderiam corroborar essa relação. Constatamos este fato no debate sobre a participação da sociedade nas festas do 25 de Março de 1884. Assim votou um associado:

O Ceará sem a escravidão dos negros é uma data tão célebre quanto aquela, por exemplo, da memorável revolução de 1817, que foi o prenúncio da independência do Brasil; e assim é igualmente digna de ser glorificada como uma daquelas em que este Império deu mais um passo na senda da civilização. Eu concordo com essa glorificação.⁷¹

A despeito do voto favorável à adesão às festas, temos, em oposição aos abolicionistas, um contramovimento dos escravocratas, articulação que se caracterizou “como uma ação política organizada (...) que lutou pela manutenção da escravidão” (ALONSO, 2015, p. [4056]). Os escravistas fizeram reuniões nas sedes dos seus clubes para decidirem se aceitariam ou não o convite para participar das comemorações do 25 de Março. No dia vinte do mesmo mês, a

⁶⁹25 de Março. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 71, 25 mar. 1884. Collaboracao, p. 2.

⁷⁰Livro de Ouro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 142, 21 jun. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁷¹Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 71, 25 mar. 1884. Associacao, p. 2.

Sociedade Auxiliadora da Agricultura, em assembleia, decidiu não comparecer aos festejos. Em ata publicada no *Jornal do Recife* é possível identificar a insatisfação da maioria dos membros do grupo com a libertação cearense. Os integrantes alegavam que o Ceará devia obediência ao ordenamento jurídico nacional. À sua nova situação, a província era tachada de “fora da lei” pelos associados. Apesar de se manifestarem contrários à libertação cearense, lembravam que o fim da escravidão era necessário, mas que a “abolição imediata não é a forma de emancipação que nos convém; pelo menos já”.⁷²

Após as celebrações do 25 de Março, vemos nos periódicos os críticos e favoráveis à escravidão se enfrentando. A Abolição no Ceará levou os senhores de escravos, que antes se opunham à lei de 1871, a defendê-la como método para o fim da escravatura. A partir de então, fazem uso de narrativas para desqualificar a libertação cearense e usam os jornais para diminuir a importância dela. Alegavam que os escravocratas do Ceará haviam vendido os seus melhores escravos para atravessar as dificuldades decorrentes da seca e que “o resto composto de vaqueiros inservíveis foi libertado a troco de bodes!”.⁷³ Acreditava-se que o melhor era uma abolição lenta, gradual e com indenização do que uma imediata que traria desordem econômica e social, afinal a riqueza dos proprietários se confundia com a da nação, conforme atestou um senhor de engenho de Goiana:

É do agricultor que provêm os maiores recursos do Estado, e em troca do labor incessante e heroico, de todos esses milagres de atividade e economia que ele realiza, das privações a que submete-se paciente e resignado, não pede aos que gozam e filosofam em posições cômodas, mais do que paz e tranquilidade com a tolerância simplesmente temporária de um fato, de que não é culpado (...) Não me oponho, nem conheço proprietário que sistematicamente se oponha, aos adiantamentos prudentes e graduais da emancipação, conforme o plano da lei de 28 de Setembro de 1871; ao contrário, admito e desejo, e todos admitem e desejam qualquer solução definitiva, com tanto que se respeite a propriedade adquirida e mantida de boa fé e não se perturbe a produção do país.⁷⁴

Em outubro de 1884, contrariando as desqualificações feitas à libertação cearense pelos escravocratas pernambucanos, a tesouraria da Fazenda do Ceará publicou uma nota, no *Diario de Pernambuco*, para dirimir as dúvidas que existiam, tanto no Brasil quanto no exterior, sobre a quantidade da população escrava existente na província à época da Abolição. Na

⁷²Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 71, 25 mar. 1884. Associação, p. 2.

⁷³O AGRICULTOR. O abolicionismo. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 82, 8 abr. 1884. Publicações Solicitadas, p. 2

⁷⁴ANDRADE, BELLARMINO CORREIA DE OLIVEIRA. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 263, 14 nov. 1884. Publicações a Pedido, p. 3.

matrícula de escravos feita em 1873, havia, no Ceará, 31.975 pessoas vivendo em cativeiro. A compilação dos dados dos municípios, entre 1800 a 1884, revela que foram alforriados neste período 14.458 escravos, distribuídos da seguinte maneira: 1.805 – pelo fundo de emancipação; 2.689 – a título oneroso particular; 9.964 – a título gratuito particular. Essas informações mostram que somente 31% dos escravos do Ceará foram libertados com alguma forma de compensação, o que enfraquece a argumentação de quem atacava o esforço dos cearenses em abolir a escravidão em seu território.⁷⁵

Os senhores de escravos de Pernambuco, ao se depararem com as mudanças causadas pelo 25 de Março, como a maior intensidade dos debates sobre o fim da escravatura, nos periódicos, e o percebimento do aumento da fuga de escravos para o Ceará depois de sua abolição, organizaram um congresso para discutir essas questões a fim de proteger seu patrimônio. (CASTILHO, 2011, p. 7)

Nas publicações do *Diario de Pernambuco* e do *Jornal do Recife*, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco convidou seus membros, a Associação Comercial Beneficente, a Associação Comercial Agrícola e demais interessados em defender o direito de propriedade, a comparecerem ao evento. Sua realização era uma forma de reagir às ameaças que a lavoura sofria “em suas condições de estabilidade pelos desmandos do abolicionismo intransigente”.⁷⁶ Assim, aconteceu, nos dias dezessete e dezoito de julho de 1884, o 2º Congresso Agrícola do Recife promovido pela referida sociedade. Diferentemente dos abolicionistas que faziam suas conferências no teatro ou nas praças, liberando o acesso aos populares – espaços que foram importantes para a disseminação das ideias em favor da extinção da escravatura –, os produtores realizaram seu encontro no palacete da Associação Comercial Beneficente e franquearam a entrada somente àqueles que possuíssem convites.

É curioso verificar que os abolicionistas Izidoro Martins Junior – Emancipadora Acadêmica (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 251) – e Phaelante da Camara – Clube Litterario Caruarense e redator da *Folha do Norte* (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 265, 247) – tenham participado do congresso e proposto uma emenda ao projeto apresentado pelos escravocratas, a qual, ainda que não conheçamos o seu conteúdo, foi obviamente rejeitada.⁷⁷

⁷⁵Manumissões concedidas no Ceará. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 239, 16 out. 1884. Revista Diaria, p. 2.

⁷⁶Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. 2º Congresso do Recife – Convite. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 158, 11 jul. 1884. Declarações, p. 4. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. 2º Congresso do Recife – Convite. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 160, 13 jul. 1884. Publicações Solicitadas, p. 2.

⁷⁷Segundo congresso do Recife. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 165, 19 jul. 1884. Gazetilha, p. 1.

Outro destaque nesse congresso foi a presença, como orador, de Manoel Gomes de Mattos, rico abolicionista que integrava a diretoria da Associação Comercial de Recife (CASTILHO, 2010, p. 329) e presidente da Comissão Central Emancipadora. Em seu discurso, se apresentou como um abolicionista que defende a atuação dentro da esfera legal e que teria aceitado o convite, pois acreditava que seria possível encontrarem juntos uma solução para a emancipação dos escravos. Iludido, declara que o congresso não pretende levar a questão ao Parlamento, mas chamar atenção dos tribunais para os crimes que são cometidos em nome da causa abolicionista. E encerra sua alocução protestando contra a realização do congresso.⁷⁸

O caráter legalista de Gomes de Mattos parece ter contribuído para a saída de João Ramos das sociedades abolicionistas de que participava ao lado dele. Ao condenar João Ramos por suas práticas ilegais de libertação dos escravizados, fez com ele se aliasse a outros abolicionistas e criasse, em oito de outubro de 1884, a sociedade Relâmpago. Essa situação denota que o movimento abolicionista era marcado por ideias e procedimentos diversos por parte de suas lideranças. Ao perder seu caráter sigiloso, foi renomeada para Club do Cupim, no dia quinze do mesmo mês (SILVA L., 1988b, p. 28). Mas retornemos a julho de 1884.

No congresso dos produtores agrícolas, ao relatarmos os problemas que a abolição imediata causava à riqueza nacional e de particulares, os senhores de escravos nos permitem identificar a agência dos escravos. Verifica-se que a libertação do Ceará impactou nas relações entre os proprietários e escravizados, uma vez que os senhores reclamam da indisciplina deles nas fábricas, a qual se agravava dia a dia, “a ponto de ser bem rara a fazenda, em que o espectro da insurreição não esteja a perturbar dia e noite a tranquilidade, que ali deve sempre reinar fecundando o trabalho”.⁷⁹

Com as manifestações favoráveis à Abolição cearense e a realização do congresso agrícola, verifica-se que os abolicionistas e os escravocratas disputam o espaço público como forma de obter apoio para a sua causa. Esses dois acontecimentos aumentaram as tensões existentes entre esses setores e mostraram os novos meios de mobilização e expressão da opinião pública (CASTILHO, 2010, p. 329).

Um mês depois da Abolição do Ceará, foi apresentado um projeto de lei, na Assembleia Provincial de Pernambuco, cujo objetivo era alterar o fundo de emancipação da província. Nessas modificações, os impostos sobre transações com escravizados – prisão, venda, doação

⁷⁸MATTOS, MANOEL GOMES DE. Discurso. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 165, 19 jul. 1884. Publicações Solicitadas, p. 2.

⁷⁹Projeto de representação. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 163, 17 jul. 1884. Agricultura, p. 2.

– iriam compor o fundo de emancipação junto com a arrecadação da loteria. Incluiu-se também, um valor máximo a ser pago por um escravo de até trinta anos: setecentos mil réis.⁸⁰ Além disso, se aumentaria o número de bilhetes de loteria vendidos, mas diminuiriam a quantidade de prêmios, o que contribuiria para aumentar o arrecadamento e a quantidade de libertações. Essas propostas geraram reações inflamadas, “dado o contexto politicamente explosivo de março de 1884” (CASTILHO, 2010, p. 323).

Identificamos que após a libertação no Ceará, nos meses de março e abril, foram criadas quatro associações abolicionistas em Pernambuco, o que evidencia a combatividade dessa província contra a escravidão. Uma delas, chamada Club Musical 25 de Março, foi criada em regozijo pela libertação no Ceará.⁸¹ A Grêmio Emancipador José Mariano, por sua vez, tinha como objetivo “pugnar pela grande causa da emancipação dos escravos”;⁸² e uma folha⁸³ originada para celebrar a abolição – *Ceará Livre* – tornou-se uma comissão emancipadora de caráter permanente. E, por último, formou-se uma associação de mulheres, cuja tesoureira era Leonor Porto. Essa agremiação que se chamou Sociedade de Senhoras Abolicionistas 25 de Março, trocou seu nome para Sociedade de Senhoras Abolicionistas Ave Libertas devido a uma instituição homônima.⁸⁴

Entrelaçando-se o movimento abolicionista à questões humanitárias ou sentimentais e o afastando do Parlamento – local das leis, dos homens, dos combates –, o processo de emancipação se torna mais “feminino” (KITTLESON, 2006, p. 100, apud CASTILHO, 2011, 4). A presença das mulheres no movimento abolicionista revela um desafio ao exercício da sua cidadania, em um tempo em que a sua subordinação aos homens era vista como algo legítimo (não que essa interpretação tenha mudado plenamente nos dias de hoje). O discurso de criação da Sociedade de Senhoras Abolicionistas expõe as dificuldades que elas precisaram enfrentar para colaborar com o fim da escravatura. Lembrando a importância das cearenses

⁸⁰Fundo de emancipação. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 97, 27 abr. 1884. Gazetilha, p. 1. A título de comparação, em 1881, o preço médio das libertações no Ceará pelo fundo de emancipação era de 437 mil-réis (CONRAD, p. 1978, p. 220).

⁸¹Os abolicionistas. Viva o progresso! **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 74, 29 mar. 1884. Publicações Solicitadas, p. 2.

⁸²Gremio Emancipador José Marianno. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 78, 3 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁸³Ceará Livre. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 68, 21 mar. 1884. Gazetilha, p. 1. Ceará Livre. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 79, 4 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁸⁴Sociedade de Senhoras Abolicionistas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 92, 22 abr. 1884. Gazetilha, p. 2. Sociedade de Senhoras Abolicionistas 25 de Março. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 92, 22 abr. 1884. Revista Diaria, p. 2. Sociedade de Senhoras Abolicionistas Ave Libertas. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 104, 6 maio. 1884. Revista Diaria, p. 2.

para a libertação da sua província, as associadas são convidadas a ajudar os cidadãos que lutavam pela libertação brasileira, mas reconheciam as adversidades:

É certo que a nossa posição social, o nosso sexo e até os muitos preconceitos em que é educada a mulher brasileira, oferecem sérios obstáculos ao desempenho da missão libertadora; mas, reunidas no pensamento do bem, agrupadas em derredor do estandarte do Progresso, nos havemos de reciprocamente animar, e prosseguiremos pela, si não fácil, sempre brilhante senda que nos há de levar ao grito de: Viva o Brasil livre.⁸⁵

Identificamos uma personagem cuja presença é constante nas comemorações pelo fim da escravidão nos anos de 1888 e 1889. É a professora Maria Amelia Queiroz. Não localizamos nenhum registro de sua participação nas celebrações do 25 de Março de 1884, o que nos causou estranheza, visto ser ela uma pessoa ativa nas lutas abolicionistas. Em 1883, por exemplo, graças à sua iniciativa e esforços, foi instalada uma sociedade composta de oitenta e seis mulheres, chamada Libertadora Cearense no Club Curitibano.⁸⁶ Os indícios sugerem que sua ausência deve-se ao falecimento de sua irmã, ocorrido no início do ano de 1884.⁸⁷ Provavelmente vivendo o luto ao longo do ano, encontramos seu retorno apenas em outubro, participando de um evento abolicionista promovido pela Sociedade Musical 28 de Setembro e realizado no Teatro Santa Isabel, no qual recitou um poema.⁸⁸

Refletindo sobre a criação dos sentidos e das memórias do 25 de Março, em que os sujeitos se envolvem nos eventos e se relacionam com os outros que também participam, eles acabam elaborando uma identidade coletiva. Notamos o engajamento de diversos municípios em tomar parte nas celebrações, o que ocorre através de telegramas enviados à comissão responsável pelas festas do Recife. As cidades de Goiana e Palmares são prova disso.⁸⁹ Em Goiana⁹⁰, foi realizada uma celebração no Club Abolicionista, com direito a entrega de cartas de alforrias. Por sua vez, a gazeta *Echo de Palmares* elaborou uma edição especial para

⁸⁵Sociedade de Senhoras Abolicionistas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 92, 22 abr. 1884. Gazetilha, p. 2.

⁸⁶Paraná. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVI, n. 238, 16 out. 1883. Revista do Interior, p. 1.

⁸⁷QUEIROZ, MARIA AMELIA. À memória de minha jovem irmã Maria Clara Villela de Queiroz Fonseca, no trigésimo dia do seu passamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LX, n. 52, 2 mar. 1884. Publicações a Pedido, p. 3.

⁸⁸Sociedade Musical 28 de Setembro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 243, 21 out. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁸⁹Libertação do Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 72, 27 mar. 1884. Gazetilha, p. 2.

⁹⁰Goyanna. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 77, 2 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

celebrar a libertação cearense e enviou uma cópia ao *Jornal do Recife*⁹¹ (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 167).

Os organizadores das festas da capital também fizeram uso dos telegramas, enviando-os, por exemplo, ao Ceará, a fim de partilhar a alegria da conquista mas, provavelmente, desejavam também se atrelar às memórias de luta pelo fim da escravidão. Além dessa atividade, a comissão dos festejos produziu um livro no qual constavam as assinaturas das sociedades abolicionistas, autoridades provinciais, eclesiásticas e de pessoas que concederam gratuitamente a alforria a seus escravos. O livro ficou exposto nos eventos que ocorreram no dia vinte e cinco e depois foi colocado na sede da Nova Emancipadora para assinaturas de associações e particulares que quisessem registrar sua participação.⁹² Cumprindo seu caráter de elaboração e de preservação da memória, o Livro de Ouro foi enviado à Câmara Municipal do Ceará acompanhado de dois ofícios, em que se identificava a intenção desse ato: “para que se conserve em seu arquivo como uma prova eloquente da admiração dos contemporâneos pelos feitos gloriosos do povo cearense; na questão do elemento servil”.⁹³ Por sua vez, as sociedades abolicionistas de Pernambuco decidiram registrar nas suas atas um voto de louvor ao Ceará pela sua libertação, como pudemos ver na Emancipadora Pernambucana⁹⁴ e no Gremio Emancipador.⁹⁵

Ainda que não tenhamos explicitamente declarada a presença da população negra nos eventos celebrativos do 25 de Março de 1884, exceto no momento em que recebeu a carta de alforria no Teatro Santa Isabel, acreditamos que ela tenha comparecido aos eventos. Noticiou-se que pessoas de diversas classes sociais acompanharam as festas. Além disso, se os escravos estiveram envolvidos em atividades mais complexas, como na “busca pela liberdade nos tribunais ou em acordos de alforrias com os donos (...), no desenvolvimento da ferrovia subterrânea que funcionou entre Pernambuco e o Ceará” (CASTILHO, 2010, p. 331-332), como não poderiam ter participado das festas?

Em 20 de março, a imprensa pernambucana noticiou a passagem de Francisco José do Nascimento a bordo de um navio que navegava em direção ao Rio de Janeiro. Atendendo ao convite que recebera para participar dos festejos pela libertação do Ceará, Nascimento viajava para a Corte acompanhado de dois companheiros e levava consigo a jangada que utilizou nas

⁹¹Echo de Palmares. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 74, 29 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁹²Livro de Ouro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 73, 28 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁹³Livro de Ouro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 142, 21 jun. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁹⁴Emancipadora Pernambucana. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 82, 8 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁹⁵Gremio Emancipador. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 82, 8 abr. 1884. Gazetilha, p. 1.

revoltas cearenses. Na descrição de Nascimento, são expostos atributos físicos, de sua personalidade e a sua participação na libertação cearense. O autor da nota revela que o jangadeiro é uma pessoa agradável, modesta, que expressa bons sentimentos. Propaga ainda que ele é um “homem de cor bronzeada”. A exposição continua dizendo que ele foi o primeiro homem a se opor a transportar escravizados para os navios que aportavam em Fortaleza, tendo sido acompanhado pelos outros jangadeiros. Sua atitude “deu origem ao generoso movimento abolicionista que elevou a província do Ceará sobre todas as outras do império, lavando-a da nódoa repelente da escravidão e fazendo dela a terra da promessa no Brasil”.⁹⁶ Em explanação sobre a relação da Perseverança e Porvir e os empregados marítimos, Conrad nos diz que o presidente da associação obteve “o apoio de dois antigos escravos, líderes dos trabalhadores do porto. (...) Estes eram os jangadeiros Francisco José do Nascimento, o piloto do porto, (...) e José Napoleão, um líder dos jangadeiros” (1978, p. 217). Se Nascimento havia sido escravo, a tonalidade de sua pele deveria ser informada de acordo com as nomenclaturas da época: preto, pardo, negro... Mas na nota publicada com o título “Ave Libertas”, sua cor aparece como bronzeada. Ao se matizar o seu fenótipo, a ele é atribuído a fundação do movimento abolicionista cearense. Entendemos que, apesar do discurso progressista das pessoas em favor da emancipação dos escravos, elas ainda carregam em si as contrariedades de viver em uma sociedade cujo modo de produção econômica e de distinção social se baseia na posse de um homem de pele mais escura.

Um outro convite realizado pela Confederação Abolicionista foi direcionado a José Mariano. Desejava-se que ele fosse orador das festas na Corte. O pernambucano agradeceu, mas declinou da solicitação.⁹⁷ Os organizadores das festas do Rio de Janeiro pareciam querer concentrar os símbolos e pessoas ligados à luta pelo fim da escravidão, em suas comemorações. Talvez por sua representatividade como capital do Império, almejasse ser o ponto central do movimento e das festas abolicionistas.

As comemorações pelo fim da escravatura no Ceará ocorreram em várias províncias e refletiram a integração do movimento abolicionista no território brasileiro. Em fevereiro de 1884, os jornais da Corte convidaram a população para celebrar a Abolição cearense, marcada para o dia 25 de março. As celebrações duraram três dias e foram compostas de diferentes atividades. O evento angariou o apoio de vários setores da sociedade e também o descontentamento por parte dos escravistas. Esse desagrado foi expresso por meio da

⁹⁶Ave libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 67, 20 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

⁹⁷Honroso convite. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 59, 11 mar. 1884. Gazetilha, p. 1.

imprensa conservadora. Nos periódicos, fizeram-se críticas ao depósito da jangada de Francisco José do Nascimento no Museu Nacional, pois se entendia que aquele era um lugar de guarda de “objetos raros e preciosos”⁹⁸, atributos que uma jangada popular não carregava (FERREIRA Lusirene, 2009, p. 6-7). A adesão aos festejos foi tão grande, que se proibiu a venda de ingressos da conferência realizada no Teatro Politeama. O lugar se encontrava lotado e poderia oferecer risco ao público. Ocorreu, também, uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, a qual reuniu mais de dez mil pessoas, “tornando, a partir daí, o abolicionismo um movimento popular” (MELLO, 2007, p. [452]).

A libertação cearense também repercutiu na Bahia. Por lá também ocorreram várias manifestações, como o desfile de um cortejo pelas ruas de Salvador, entregas de cartas de alforria e discursos dos abolicionistas (BRITO, 1996, p. 17).

O fato do Ceará ter eliminado a escravidão em seu território foi importante para o movimento abolicionista por lhe emprestar um caráter mais popular, mas também por representar a materialização de um objetivo desejado, o que provavelmente alimentou as esperanças e o espírito combativo do movimento, nas distintas províncias brasileiras.

⁹⁸A jangada no museu. **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 105, 9 maio 1884. *Diário do Brazil*, p.1.

2.4. Festejar após 1884?

O ano de 1885 começou com grande agitação política, afinal haveria um segundo escrutínio para eleger o deputado provincial pelo 1º distrito do Recife, cuja vaga era disputada por Joaquim Nabuco. O evento ocorreu em nove de janeiro e confirmou a vitória do abolicionista.⁹⁹ Neste mês, ocorreram conferências na cidade, nas quais Nabuco discursou. No último dia de janeiro, houve o lançamento do livro *Pernambuco ao Ceará*, composto de relatos das festas celebradas em favor da Abolição cearense na província pernambucana. A iniciativa da publicação foi da Comissão Central Emancipadora e objetivava aumentar os recursos do fundo de emancipação de escravos.¹⁰⁰ Essa obra guarda importância por compilar os diversos acontecimentos festivos pelo 25 de Março. Nela se encontram editoriais de periódicos, folhetos avulsos que foram distribuídos, exemplares de jornais dedicados ao tema, uma cópia do Livro de Ouro com os nomes de quem o assinou, nomes das sociedades abolicionistas que participaram da festa, dentre outros.

Em dez de março de 1885, ainda não havia sido publicada nenhuma informação sobre as celebrações do dia vinte e cinco, mas nota-se a existência de rumores e expectativa pelos eventos no relato assinado por “Plebeus”. Ele disse que haveria a bênção do estandarte da Ave Libertas – em presença de pessoas gradas –, conferência no Teatro Santa Isabel, discursos e distribuição de um jornal feito por mulheres.¹⁰¹ No dia doze, a Ave Libertas publicou o convite às famílias para que elas participassem das festas pela libertação do Ceará. Justificavam a importância de sua presença alegando que a instituição familiar estava desmoronando por ter se imiscuído com a escravidão ilegal e ilegítima. A atitude da Sociedade Ave Libertas se confunde com o papel esperado da mulher no século XIX, que educa, cuida e moraliza sua casa. Os argumentos do convite reforçam a responsabilidade de regeneração material e moral para a família, mas enfatiza a da mulher, visto ser o título da nota “Às Senhoras”.¹⁰²

⁹⁹ Eleição do Sr. Dr. Joaquim Nabuco. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 7, 1 jan. 1885. Gazetilha, p. 1.

¹⁰⁰ Pernambuco ao Ceará. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXI, n. 25, 31 maio 1885. Revista Diária, p. 2. Pernambuco ao Ceará. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 25, 31 jan. 1885. Gazetilha, p. 1.

¹⁰¹ Plebeus. 25 de Março... **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 56, 10 mar. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹⁰² A DIRECTORIA DA AVE LIBERTAS. Às Senhoras. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 58, 12 mar. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

No esforço para realização da festa, as senhoras dizem que contam com o auxílio material das pessoas e de doações de cartas alforrias.¹⁰³ Em um outro momento, as abolicionistas publicam uma nota pedindo que um homem “crioulo” de nome Antonio compareça à sede da sociedade. Esse homem, segundo informam, trabalha como carregador de açúcar em Recife. O fato do escravo ter fugido da Paraíba, município de Areias – região próxima à Campina Grande – e ter vindo para o Recife, em vez do Ceará, terra livre de escravos, é intrigante. Se pensarmos que os movimentos abolicionistas se articulavam entre as províncias, poderemos supor que Antonio tivesse conhecimento da *Underground Railroad* – rota para envio de escravos do Recife até Mossoró e posterior transferência para o Ceará (SALES, 1990, p. 105, apud SANTOS, M., 2017, p. 11) –, mas desejasse realizar a fuga com sujeitos que possuíssem alguma experiência e que tivessem mais chance de obter sucesso.

Retomando as celebrações do primeiro aniversário da Abolição cearense, identificamos que ela era composta de atividades cívicas, religiosas e culturais, abarcando diversos aspectos da vida dos pernambucanos. As festas começaram com a alvorada às cinco horas; posteriormente, houve passeio cívico até a igreja para bênção do estandarte da Ave Libertas e evento no Teatro Santa Isabel. A sessão neste último local foi aberta pela presidente da sociedade Leonor Porto e seguida pelo discurso da oradora Maria Amelia Queiroz. A atriz Ismênia dos Santos recitou um poema da professora e abolicionista Ignez Sabino Pinho Maia. Houve uma conferência, executada por Fernando de Castro Paes Barreto, cujo tema versou sobre a escravidão do Brasil, e foi destinada especialmente às senhoras, conforme anunciado nos jornais.¹⁰⁴ Além dessas atividades, ocorreu a entrega de setenta e oito cartas de alforria – sete a mais do que no ano anterior – e a publicação de um jornal pela Ave Libertas, chamado *Vinte e Cinco de Março*, cuja maioria dos artigos foi escrita por mulheres. Verificamos que as celebrações do primeiro aniversário de libertação do Ceará tiveram um caráter feminino, diferentemente do que aconteceu em 1884. Em 1885, as festas foram organizadas e realizadas por mulheres, no caso pela Ave Libertas, as quais tiveram uma participação ativa nos festejos. Acreditamos que a saída das mulheres da Nova Emancipadora, sociedade da qual faziam parte, e a fundação de uma associação exclusivamente feminina tenham dado a elas maior autonomia para conduzir as festividades.

¹⁰³Sociedade Ave Libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 62, 17 mar. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹⁰⁴Grande Festival. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXI, n. 69, 25 mar. 1885. Declarações, p. 4.

Um outro ano se iniciou, mas em 1886 as pessoas não foram às ruas celebrar a libertação do Ceará com passeatas. O Barão de Cotegipe assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 1885 e seu governo implantou medidas duras para enfraquecer o movimento abolicionista. Quando assumiu a presidência do Conselho de Ministros, fez aprovar a lei que ficou conhecida como dos Sexagenários, mas também criou outras que prejudicavam a vida da população cativa e as atividades do movimento abolicionista. As modificações que ficaram conhecidas como “Regulamento Negro” incluíram a fixação do período de matrícula dos escravos entre março de 1886 a março de 1887, e somente a partir deste inventário seria possível aplicar a lei de 1885. Com isso, os escravizados idosos que deveriam estar em liberdade ficaram trabalhando por mais um ano e meio. Outra ação tomada diz respeito aos critérios da matrícula, pois não se perguntaria a origem do escravo, mas a sua filiação, como forma de garantir a regularização dos escravizados que entraram por meio do tráfico ilegal (ALONSO, 2015, p. [4659]). Ao longo do seu governo, manipulou as leis para defender a escravidão, punir quem acoitasse escravos (ALONSO, 2015, p. [4693]), proibir conferências e eventos em espaços públicos (ALONSO, 2015, p. [4711]) e autorizar “a polícia a caçar escravos fugidos e abolicionistas” (ALONSO, 2015, p. [4717]). Essas ações incluíram pressionar os proprietários de teatros para que eles não concedessem o espaço aos defensores do fim da escravidão (ALONSO, 2015, p. [4761]). Outra atitude estabelecida foi a fixação e o aumento do preço dos escravos. Ferrenho conservador, nas eleições de janeiro de 1886 impediu que Joaquim Nabuco tivesse o mandato reconhecido (ALONSO, 2015, p. [4649]).

Encontramos poucos relatos, nos jornais, sobre as celebrações do ano de 1886. A Comissão Redentora, composta por Gomes de Mattos, João de Oliveira e Barros Sobrinho, realizou a entrega de cartas de alforria no Theatro de Variedades, pois o responsável pelo Teatro de Santa Isabel se recusou a receber a festa. As proibições de Cotegipe do uso do espaço público nos levam a considerar que esse tenha sido o motivo para não realizar as festas da libertação do Ceará no Teatro Santa Isabel, palco que serviu para inúmeras conferências abolicionistas, inclusive as que celebraram a Abolição cearense, nos anos de 1884 e 1885. O visconde de Mecejana comprou às suas expensas cinquenta manumissões, que foram entregues no dia vinte e cinco, e a Ave Libertas concedeu outras quatro.¹⁰⁵ Além das cartas de alforria, a

¹⁰⁵Grande festa abolicionista. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 68, 24 mar. 1886. Publicações a Pedido, p. 4. Festa da Liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 66, 21 mar. 1886. Revista Diária, p. 4.

Sociedade Ave Libertas confeccionou retratos de José Mariano e Joaquim Nabuco¹⁰⁶, que foi um dos objetos foi entregue ao *Diario de Pernambuco*.¹⁰⁷ Alguns rituais foram mantidos, como os discursos, recitação de poemas, libertações dos escravizados e jornais especiais. A banda de música que tocou no evento foi a do Corpo de Polícia.¹⁰⁸ Algo, aliás, a se estranhar, pois se o governo imperial não apoiava o movimento abolicionista e inclusive o reprimia, como um representante do governo poderia participar de tais comemorações? Por outro lado, houve um evento que contou com a presença do presidente da província: a colocação da pedra fundamental do edifício destinado às oficinas do Lyceu de Artes e Offícios. Na nota que tratava deste assunto, é mencionado o aniversário da Constituição de 1824 e a Abolição cearense é ignorada.¹⁰⁹

Notamos que houve um esvaziamento das festas em favor da Abolição cearense, quando o Barão de Cotegipe assumiu o governo. Se, em 1886, as celebrações ocorreram mas foram diminutas em relação às dos anos anteriores, no ano de 1887 elas simplesmente não existiram ou não foram noticiadas. As pesquisas nas publicações *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, nos meses de janeiro a abril, nos levaram a encontrar apenas uma atividade de cunho abolicionista e outra que nos indica dúvida. Em Paudalho, foi criada, no mesmo dia que carregava a sua denominação, a agremiação dançante Recreativa 25 de Março.¹¹⁰ Nesta data, além da Abolição no Ceará comemorava-se a promulgação da Constituição de 1824. Desta maneira, não podemos afirmar qual era a intenção dos criadores do referido clube. Outro fato, claramente abolicionista, foi a fundação da Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão no dia vinte e dois de março de 1887, no escritório de José Mariano. Esta reunião contou com a presença de vários abolicionistas e teve sua comissão composta por José Mariano (presidente), Manoel Gomes de Mattos (tesoureiro) e Pedro Affonso Ferreira (segundo vice-presidente), dentre outros.¹¹¹ Encontramos neste evento um personagem que em 1884, nas comemorações da libertação do Ceará no Teatro de Santa Isabel, fez um discurso em homenagem ao fato, mas que lembrou a importância da indenização, evidenciando a discordância entre os abolicionistas sobre o modo de libertar os escravos. O que teria feito o

¹⁰⁶Retratos. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 69, 25 mar. 1886. Gazetilha, p. 1.

¹⁰⁷Retratos. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 66, 21 mar. 1886. Revista Diaria, p. 4.

¹⁰⁸Festa da Liberdade. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 66, 21 mar. 1886. Revista Diaria, p. 4.

¹⁰⁹Lyceu de Artes e Offícios. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 66, 21 mar. 1886. Revista Diaria, p. 2. Lyceu de Artes e Offícios. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXII, n. 68, 24 mar. 1886. Revista Diaria, p. 2.

¹¹⁰Páó d'Alho. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIII, n. 61, 16 mar. 1887. Revista Diaria, p. 3.

¹¹¹Nova sociedade. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXX, n. 69, 25 mar. 1887. Gazetilha, p. 1.

genro do visconde do Rio Branco se associar aos abolicionistas históricos José Mariano e Gomes de Mattos aproximadamente um ano antes da Abolição? Teria sido o endurecimento das leis por Cotegipe contra a um movimento que ele considerava legítimo? Durante as conferências realizadas por Joaquim Nabuco e José Mariano, na mata sul de Pernambuco no ano de 1887, eles se hospedaram no engenho Japaranduba, no município de Palmares, de propriedade de Pedro Affonso Ferreira.¹¹²

A criação desta nova associação está em relação direta com o que acontecia no restante do Império. Através do jornal *A Redenção*, Luis Gama incentivava a criação de sociedades abolicionistas e publicava instruções sobre como fazê-la. Assim, sociedades abolicionistas apareceram no país todo (ALONSO, 2015, p. [4732]). Obviamente, a quantidade de novas instituições – trinta e oito – foi menor do que no governo liberal de 1878 a 1885, no qual se criaram duzentas e vinte e sete instituições (ALONSO, 2015, p. [4739]).

O ano de 1888 chegou e Cotegipe ainda se mantinha no governo. Se olharmos para o ano anterior, não poderemos esperar por comemorações em favor da libertação do Ceará, mas os problemas enfrentados pelo governante levaram à sua queda em sete de março, dezoito dias antes da data da Abolição cearense (ALONSO, 2015, p. [5554]).

Neste ano, identificamos esforços para a libertação de cidades, medidas que os abolicionistas tomaram já durante o governo de Cotegipe. As ações incluíam privilegiar municípios que fossem importantes para o escravismo. Para isso organizavam-se libertações de quarteirões até que houvesse a extinção da escravatura completa na localidade (ALONSO, 2015, p. [4879]). Esse movimento começou em 1882, no Ceará, quando José do Patrocínio lá esteve. Ele era “um programa sistemático de libertação através de concentração de áreas geográficas: em ruas, bairros de cidades, vilas municípios, capitais provinciais e, finalmente, províncias” (DUQUE-ESTRADA, 1918, p. 112, apud, CONRAD, 1978, p.226).

Acompanhando o movimento de libertação municipal¹¹³, Goiana estabeleceu uma comissão emancipadora para libertar a cidade. Foi decidido que na data de vinte e cinco de março ocorreria uma

grande festa abolicionista (...) dia em que heroica cidade de Goiana conquistará mais uma página de ouro na história pátria e em que todos os goianenses, possuídos

¹¹²O Sr. Dr. Nabuco. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXX, n. 57, 11 mar. 1887. Gazetilha, p. 1.

¹¹³Villa livre. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 72, 27 mar. 1888. Gazetilha, p. 1.

do mais vivo entusiasmo, se unificarão no mais estreito e patriótico amplexo para solenizar essa gloriosa e imorredoura data.¹¹⁴

A festa goianense foi composta dos rituais que se estabeleceram como tradicionais: passeatas, discursos, edição de jornais e libertações de escravizados – no caso, pelo senhor José Ferreira Guimarães, que alforriou seus escravos sem condição, a fim de regozijar o convite recebido para organizar o ministério de João Alfredo. Além da libertação de Goiana, comemorou-se a do Ceará.¹¹⁵ Apesar da iniciativa de Abolição no município, ocorreram relatos de que, após o dia vinte e cinco de março, libertos sob condição apanharam de um major, a pedido do seu ex-senhor.¹¹⁶ Sabemos que a liberdade dos escravos foi desrespeitada mesmo após a Abolição do Brasil. Desse modo, não é surpreendente que o fim da escravidão de uma província ou um município não tenha sido cumprido por seus cidadãos.

No ano da Abolição, as comemorações pela libertação no Ceará, no Recife, ocorreram por meio de espetáculos realizados no Teatro Santa Isabel. Quando os abolicionistas utilizaram os teatros para fazerem as conferências e a promoção à desobediência do “Regulamento Negro”, Cotegepe dificultou a liberação desse lugares para os eventos. Como reação, o movimento abolicionista passou a realizar espetáculos artísticos em vez da conferência-concerto. Foi nesse contexto que aconteceram as festas pela libertação cearense no ano de 1888 (ALONSO, 2015, p. [4761]).

Em dezoito de março de 1888, retornou ao Recife José Mariano, porém não localizamos sua participação nos eventos celebrativos da libertação no Ceará. Em virtude de sua atuação constante no movimento abolicionista, é provável que ele tenha comparecido às comemorações.¹¹⁷ A programação das duas celebrações, que não tiveram como propósito maior a Abolição cearense, somente começou a ser publicada em vinte e um de março, três dias após a chegada do abolicionista pernambucano à capital. Os objetivos da primeira festa eram fazer um espetáculo em benefício e despedida dos atores Izolina Monclar e Soares de Medeiros. Foi escolhida a data vinte e quatro de março para solenizar a libertação do Ceará.¹¹⁸ A outra atividade realizou-se no próprio dia vinte e cinco e também foi composta pela apresentação de uma peça teatral – *As ruínas do Castelo Negro* – mas em benefício da atriz

¹¹⁴Goyanna. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 57, 9 mar. 1888. Gazetilha, p. 1.

¹¹⁵Cidade de Goyanna. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 71, 25 mar. 1888. Gazetilha, p. 2. Goyanna livre. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 73, 28 mar. 1888. Revista Diária, p.2.

¹¹⁶Goyanna. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 80, 7 abr. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹¹⁷Dr. José Marianno. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 65, 18 mar. 1888. Gazetilha, p. 1.

¹¹⁸Espectaculo em beneficio. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 67, 21 mar. 1888. Gazetilha, p. 1. Theatro Santa Isabel. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 68, 22 mar. 1888. Revista Diária, p.2.

Rosa Manhoça. Anunciava-se que o espetáculo seria em grande gala e em solenização ao aniversário da libertação cearense e ao do juramento da Constituição de 1824. Desta segunda solenidade, participou o vice-presidente da província.¹¹⁹

A presença do representante do governo em uma cerimônia que festeja também a liberdade cearense não o fez determinar a iluminação dos prédios públicos em sua homenagem, prática comum em datas comemorativas. Publicou-se uma nota informando que haveria salvas de tiros às seis da manhã, às treze e às dezoito horas, feitas pelos navios e fortalezas, os quais manteriam o pavilhão nacional hasteado. Informou-se ainda que os consulados e estabelecimentos públicos se iluminariam à noite. O motivo de tal cerimônia é claramente exposto: comemorar o sexagésimo quarto aniversário da Constituição Política do Império.¹²⁰

Não há relatos, nas duas cerimônias, de entrega de cartas de liberdade, ritual que era comum durante as conferências abolicionistas. Acreditamos que isso se deva ao fato de Cotegipe, durante seu governo, ter aumentado e fixado o valor dos escravos, o que levou à diminuição das cessões de liberdade, pois “diante da perda econômica, a concessão voluntária de alforria ficou mais difícil: o prestígio, títulos beneméritos, nome em Livro de Ouro, não valiam o rasgo no bolso” (ALONSO, 2015, p. [4750-4756]).

No ano de 1888 ocorreu a Abolição brasileira, cujas festas serão tema do nosso próximo capítulo. Porém, há um fato neste ano que merece ser destacado aqui. Quando o Ceará foi liberto em 1884, a província pernambucana confeccionou um Livro de Ouro para registro dos esforços deste povo em solenizar a data, como dissemos. Em junho de 1885, o referido exemplar, por eles chamado de “mimo”, foi enviado à Câmara Municipal de Fortaleza para ser conservado nos seus arquivos e para demonstrar a “eloquente admiração dos contemporâneos” de Pernambuco pelo fato.¹²¹ Porém, nas comemorações do 13 de Maio de 1888, o referido livro foi depositado no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, conforme podemos ver em inúmeros relatos, e especialmente na ata do Instituto, onde se encontra a fala de Barros Sobrinho, que compunha a Comissão de 25 de Março, em 1884. Disse ele:

A extinta comissão 25 de Março de 1884 composta dos abaixo-assinados, que foi encarregada dos festejos que naquela época se fizeram para comemorar a sempre

¹¹⁹Theatro Santa Isabel. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 68, 22 mar. 1888. Gazetilha, p. 2. Theatro Santa Isabel. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 70, 24 mar. 1888. Declarações, p. 2.

¹²⁰Anniversario. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 71, 25 mar. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹²¹Livro de Ouro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 142, 21 jun. 1884. Gazetilha, p. 1.

memorável data da libertação do Ceará, veio recolher a este Instituto o álbum intitulado Livro de Ouro, que foi composto naquela ocasião em homenagem à primeira província do Brasil!¹²²

Os relatos do ano de 1884 não sugerem que tenha sido produzido mais de um livro. Procuramos nos jornais qualquer indício de devolução da obra pela Câmara Municipal de Fortaleza, mas não localizamos qualquer referência a ele. Ficamos em dúvida sobre a origem do exemplar entregue ao IAGP, se foi o mesmo enviado ao Ceará, uma cópia do original, ou se ele foi elaborado em duas vias, apesar de, como dissemos, não haver indícios para tal possibilidade.

Chegamos ao fim do nosso recorte temporal: 1889. Com o fim da escravidão brasileira, a libertação cearense quase foi esquecida pelos abolicionistas pernambucanos. A cidade de Olinda decidiu construir uma escultura para celebrar o 13 de Maio – “primeiro monumento comemorativo da abolição no Brasil inteiro”¹²³ – e decidiu colocar a sua pedra fundamental no dia vinte e cinco de março de 1889. Contudo, a ata da cerimônia registra também como motivo da festa a libertação de Olinda, no dia doze de maio de 1888.¹²⁴

Os olindenses se orgulhavam de terem sido os primeiros a instalar, em seu território, um monumento brasileiro em todo o país e, também, do município ter sido o primeiro da província a se libertar.¹²⁵ Vimos anteriormente que a cidade de Goiana aboliu a escravidão em vinte e cinco de março de 1888, embora ainda houvesse escravos por lá.

As publicações não nos informam o motivo para a escolha da instalação da pedra fundamental da escultura de Olinda, se a Constituição de 1824 ou a Abolição no Ceará. Em todo o caso, explicitam que foi numerosa a presença popular no evento.¹²⁶ Não havia passado um ano da extinção da escravatura brasileira, mas as pessoas ainda estavam, obviamente, ligadas a ela: pois três séculos de escravidão não seriam e nem poderiam ser esquecidos tão facilmente. Acreditamos que dentro da palavra “povo” coubessem muitos ex-escravos e que eles tenham comparecido a essa cerimônia, pois mesmo que o 25 de Março tenha perdido importância ao longo dos anos, ainda deveria guardar alguma relevância para os libertos.

¹²²Livro de Ouro. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVII, n. 142, 21 jun. 1884. Gazetilha, p. 1.

¹²³Estatua da liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 66, 22 mar. 1889. Revista Diária, p.2.

¹²⁴Estatua da liberdade em Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 70, 28 mar. 1889. Revista Diária, p. 3.

¹²⁵Festa abolicionista em Olinda. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 105, 10 maio 1889. Publicações Solicitadas, p. 4.

¹²⁶**Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 61, 16 mar. 1889. Gazetilha, p. 1.

Ao longo da análise das fontes, durante os anos de 1885 a 1889, identificamos que as festas relacionadas à libertação do Ceará desenvolveram, no sentido protocolar, um caráter mais formal, nesse período do que no ano da Abolição cearense. O Barão de Cotegipe assumiu o governo em 1885 e, a partir de então, empreendeu uma série de medidas para diminuir a presença dos movimentos abolicionistas nas ruas. Em Pernambuco, o Teatro Santa Isabel, palco de inúmeras atividades relacionadas à luta pela libertação dos escravizados, não pôde receber as festividades dos anos de 1886 e 1887. Entretanto, atividades de menor porte continuaram acontecendo em outras casas de espetáculo, como Theatro de Variedades, no período em questão.

Se, em 1884, o apoio às celebrações foi relevante e contou com diferentes componentes da sociedade pernambucana, em 1885 ele se tornou menos amplo e ganhou um perfil mais educativo e religioso. Talvez por sua organização ter ficado a cargo da Sociedade Ave Libertas, instituição composta e comandada por senhoras, foram realizadas a bênção do estandarte da sociedade (uma vez que a agremiação completava um ano de sua instauração)¹²⁷ e, dentre outros eventos, uma palestra sobre a escravidão brasileira, realizada pelo acadêmico Fernando de Castro Paes Barreto, destinada especialmente às mulheres.¹²⁸

No ano de 1886, sob o governo de Cotegipe, a organização do evento retorna à responsabilidade de Barros Sobrinho e de Manoel Gomes de Mattos, concentrando-se na entrega de cartas de liberdade.¹²⁹ Nos jornais, não encontramos evidências da participação de José Mariano – apenas que ele esteve em Ipojuca no dia 16 de março, seu reduto eleitoral. É preciso recordar que, em julho deste ano, o tribuno pernambucano foi retirado do seu cargo de deputado geral.

O ano de 1887 continua com forte combate ao movimento abolicionista, conforme podemos verificar em notícia oriunda de Palmares: “apesar dos entraves que por parte do governo do país, se tem oposto a grande causa da abolição, a ideia caminha e filantropia particular vai sempre em aumento”.¹³⁰ Nos meses de fevereiro e março, Joaquim Nabuco e José Mariano realizaram conferências na província de Pernambuco sobre o fim da escravatura. Porém, no dia 21 de março, o chefe do Abolicionismo brasileiro partiu em um navio para a Europa.¹³¹

¹²⁷Ave Libertas. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 57, 11 mar. 1885. Gazetilha, p. 1.

¹²⁸Grande Festival. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXVIII, n. 69, 25 mar. 1885. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹²⁹Grande festa abolicionista. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXIX, n. 68, 24 mar. 1886. Declarações, p. 2.

¹³⁰Ave!. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXX, n. 63, 18 mar. 1887. Gazetilha, p. 1.

¹³¹Embarque. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXX, n. 66, 22 mar. 1887. Gazetilha, p. 2.

Em 1888, o mês de março teve vários eventos promovendo o abolicionismo brasileiro. Houve peças em comemoração à Abolição no Ceará¹³² e festas pela libertação da cidade de Goiana, a qual se tornou livre de escravos no dia 25 de março.¹³³ Em março de 1888, o censor do movimento abolicionista – Barão de Cotegipe – não estava mais no governo, sendo chefe do Gabinete João Alfredo Correia de Oliveira. Assim, em 1889, com a Abolição já realizada, temos apenas a instalação da pedra fundamental do monumento alusivo ao fato, na cidade de Olinda. Com direito à bênção do Governador do Bispado, terminado o ato solene, lavrou-se a assinatura da ata do evento.¹³⁴

¹³²Theatro Santa Isabel. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 71, 25 mar. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹³³Cidade de Goyanna. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 71, 25 mar. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹³⁴**Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 69, 27 mar. 1889. Gazetilha, p. 2.

3. As celebrações do 13 de Maio nos anos de 1888 e 1889

3.1. As ideias em torno das festas de 1888

Quando pensamos em festa, partimos do pressuposto de que são necessários alguns elementos para que ela realmente se efetive. Segundo o dicionário de Caldas Aulete (1881, p. 790), algumas das acepções possíveis para esse vocábulo são: “solemnidade, regosijo por qualquer faeto; o conjunto das cerimônias com que se celebra qualquer acontecimento” e “divertimento, função pública ou particular”. Esses conceitos parecem ter se imiscuído nas celebrações do 13 de Maio em Pernambuco, nos anos de 1888 e 1889.

Este capítulo objetiva discutir como a sociedade pernambucana se organizou para realizar as comemorações pelo fim da escravidão brasileira, além de refletir sobre os significados dos festejos para os diferentes sujeitos envolvidos na sua promoção ou atravessados por eles de alguma forma, como os libertos, ex-proprietários, abolicionistas, autoridades policiais etc. Neste sentido, buscamos entender os esforços empreendidos para implementar as experiências em torno do que chamamos de Festas da Abolição. Constatamos que a materialização desses festejos ocorreu por meio de passeatas, discursos, publicações de jornais, peças teatrais, iluminações da cidade etc., e que foram importantes para a construção dos sentidos atrelados às celebrações em questão. Além de tudo isso, estamos interessados em captar a construção dos significados que se pretendeu atrelar às Festas da Abolição na província pernambucana.

Na pesquisa realizada com os periódicos *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Provincia*, percebemos de que modo a sociedade pernambucana se organizou para expressar os valores por ela desejados, como patriotismo e civilidade, nas celebrações do 13 de Maio de 1888 e 1889. Uma dessas manifestações ocorreu por meio dos préstitos cívicos. Além disso, discutiremos, ao longo desse capítulo, como foi importante reforçar aos participantes dos festejos a importância do aspecto ordeiro (que se opõe ao tumulto), para o desenrolar das comemorações.

Se pensarmos com Serge Bernstein (1998, p. 350) que “a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade que dela se reclama”, visualizaremos que a célere manifestação dos diferentes grupos sociais, para apoiar a aprovação ao fim da escravatura, vai ao encontro do vínculo com uma identidade civilizatória associada ao mundo europeu.

Em Pernambuco, vários grupos sociais trabalharam de maneira organizada e engajada para declararem o seu apoio à lei número 3.353, que extinguiu a escravidão brasileira. A Colônia Portuguesa – associação formada por imigrantes e descendentes de portugueses – é um notório exemplo de dedicação para celebrar a data: seus esforços repercutiram, inclusive, no ano de 1889 (nessa ocasião, a Colônia Portuguesa recebeu a medalha comemorativa pelo fim da escravidão oferecida pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – IAGP).¹³⁵ Parece-nos que a dedicação dos portugueses em celebrar o fim da escravidão resulta do desejo de acompanhar a ideia de progresso atrelada ao fato, mas também de se distanciar do seu passado de traficantes de escravos. Afinal, foram os portugueses que dominaram o tráfico negreiro nesta província (ALBUQUERQUE; VERSIANI; VERGOLINO, 2013, p. 214). Era necessário provar a superação de um passado incompatível com o ideal de civilização que se apresentava.

As palavras “entusiasmo” e “delírio” fizeram parte do vocabulário utilizado pelos jornais para expressar o contentamento da população com o grande feito. Após veicular-se, através de um telegrama no domingo à tarde, a notícia da Abolição na Corte, “a satisfação popular manifestou-se como que em delírio”.¹³⁶ O *Diario de Pernambuco*, por sua vez, orgulhoso de ter sido o primeiro na cidade a receber os telegramas sobre a sanção da lei, relatou que imprimiu, deles, várias cópias, e que foi indescritível o entusiasmo com que o público recebeu a notícia.¹³⁷ Refletindo sobre os ritos e as festas, Émile Durkheim observou que a festa “tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio (...). Pode-se observar (...) gritos, cantos, música (...)” (DURKHEIM, 1968 apud AMARAL, 2009, p. 13). Percebemos que as manifestações delirantes, de forma análoga, tomaram as ruas de Pernambuco, em especial as de Recife.

As comemorações entusiasmadas foram possíveis graças à inovação tecnológica do telégrafo, pois ele possibilitou que a Lei Áurea fosse imediatamente divulgada nas províncias do Brasil e no exterior. No *Diario de Pernambuco*, uma nota confirmou a rapidez dessa informação: “E imediatamente a eletricidade telegráfica comunicou ao país esse grandioso acontecimento, o mais importante do presente século”.¹³⁸ Os avanços tecnológicos do século

¹³⁵ ALVES, MIGUEL JOSÉ. Colonia Portuguesa. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 182, 14 ago. 1889. Declarações, p. 5. A pessoa que assina a notícia é o presidente do Gabinete Português.

¹³⁶ Regosijo popular. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, v. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

¹³⁷ Festas da liberdade – Dia 13. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹³⁸ João Alfredo. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

XIX conferiram à nova lei um caráter de modernidade. Deve-se isso ao seu conteúdo, pois tratava da liberdade dos escravos e de igualar os homens civilmente. Apontava-se, também, a sua veloz forma de propagação (SILVA E., 2001, p. 110).

Após o recebimento da notícia da sanção da lei, como se deveria festejar esta data? Moraes nos revela que a Corte tinha a pretensão de realizar uma comemoração que servisse de molde ao restante do país. Acreditamos que a missão de reproduzir celebrações era quase impossível de ser implementada, principalmente para os mais longínquos lugares desse imenso território, devido à falta de recursos materiais e, em alguns casos, do apoio dos ex-senhores. Este modelo a ser copiado pelas províncias deveria dar o destaque principal aos

responsáveis pelo fim da escravidão: o parlamento, a Princesa e a imprensa. Assim como o Rio de Janeiro era a capital do Império, a Corte seria a capital dos festejos pela abolição, o que causaria ressonância em todo país, servindo o que acontecia na Corte como roteiro que deveria ser repetido em outros locais e até mesmo para além das fronteiras do país (MOARES, 2012, p. 56).

Quando os jornais noticiaram o fim da escravidão, as ruas do Recife foram tomadas por enorme contentamento das pessoas que já se encontravam nas vias públicas acompanhando a votação no Senado. A fim de demonstrar a recepção da notícia pelos pernambucanos e de felicitar a Princesa pelo fato, o presidente da província de Pernambuco, Joaquim José de Oliveira Andrade, enviou telegrama à Regente. O texto afirmava que “o povo exulta de prazer afluindo às ruas e praças com as maiores manifestações”.¹³⁹ O clima na capital, após a promulgação da lei, é de euforia, como evidenciado nos periódicos, visto que em curto lapso de tempo milhares de pessoas se organizaram e percorreram a cidade.¹⁴⁰

Nas páginas dos jornais pernambucanos, imediatamente publicados após a sanção da lei, ou seja, em 17 de maio de 1888, apenas há espaço para entusiasmo. Conforme notas do *Diario de Pernambuco* e do *Jornal do Recife*, as impressões destes periódicos e d’*A Provincia* foram suspensas devido a um pedido dos funcionários daquele primeiro jornal, para que eles pudessem participar das festas da liberdade. As três redações paralisaram suas oficinas.¹⁴¹

Entusiasmo é a palavra que está corriqueiramente presente quando relacionada aos festejos na província – sentimento que reforça as expectativas compartilhadas por parte significativa

¹³⁹Do Presidente da Província à sua Alteza Imperial, Regente, em 13 de Maio de 1888. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. Telegrammas, p. 1.

¹⁴⁰Do Presidente da Província à sua Alteza Imperial, Regente, em 13 de Maio de 1888. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. Telegrammas, p. 1.

¹⁴¹Diario de Pernambuco. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 111, 17 maio 1888. Revista Diaria, p. 3; **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, v. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

dos pernambucanos à época. Mas esse entusiasmo pertence a quem? Seriam os ex-cativos os mais entusiásticos? Infelizmente, as fontes apresentam indícios mais comedidos acerca da presença de libertos nos festejos do 13 de Maio. Sua participação de forma direta é pouco noticiada. Talvez eles apareçam como uma massa homogênea que leva nos jornais o nome de trabalhadores, operários, populares. De forma clara, são mostrados, principalmente, como figurantes de novela, seja para preencher os espaços vazios de uma cena, seja para dançar em volta dos protagonistas. Mas não sejamos de todo negativos. Encontramos festas – poucas, é verdade – em que eles assumem um papel principal e ressignificam os sentidos que tentavam lhes impor.

O *Diario de Pernambuco*¹⁴², graças ao seu correspondente na Corte, pôde acompanhar, através de telegramas, a votação que ocorria no Senado sobre o fim da escravidão. Quando da chegada do último telegrama, informando sobre a sanção da lei, a notícia foi divulgada por telefone. Por esses meios é que José Mariano soube da notícia, no Prado Pernambucano. Ali mesmo ele fez um discurso e saudou o conselheiro João Alfredo, o Ministério 10 de Março, o presidente da província e a Princesa. Pediu, ainda, que fossem interrompidas as corridas e que as pessoas se dirigissem à Rua do Imperador, lugar onde ficava instalada a sede do jornal *A Provincia*.

O movimento abolicionista, na década de 1880, ao utilizar os locais públicos para realização de seus eventos e ao ter como seus participantes a imprensa, os populares e as associações abolicionistas, gerou uma nova forma de atuação política, na qual projetos de lei foram apresentados considerando os interesses desses setores (SANTOS C., 2015, p. 338). José Mariano soube utilizar o apoio popular, que obteve desde a eleição de 1884, para se tornar o centro das festejos da Abolição. Ele, ao organizar as festas do 13 de Maio, contribuiu para que os espaços públicos fossem democratizados. Sua centralidade para o movimento abolicionista perdurou até 1889, quando sofreu ataques por meio do *Diario de Pernambuco*¹⁴³, ao ter convidado a população para o desembarque de João Alfredo em Recife. José Mariano, chamado por seus detratores de Cabelleira, é tido como o chefe da Guarda Negra local, em 1889. Neste momento, após a Abolição, há um debate sobre como deve ser a participação popular nos movimentos políticos e nos parece que a atitude de José Mariano – ao convocar o povo – desagrade alguns setores pernambucanos, como observamos nas críticas

¹⁴²Festas da liberdade – Dia 13. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹⁴³PETRARCHA. Manifestação abolicionista. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 287, 17 dez. 1889. Publicações a Pedido, p. 4.

noticiadas. Segundo Cláudia Regina dos Santos (2015, p. 347), essa discussão sobre “o grau ‘aceitável’ de participação popular” gerou dissensões entre os abolicionistas.

Sendo o Prado Pernambucano uma diversão paga, é de se supor que nem todos os recifenses tivessem acesso a ela, ainda que as corridas de cavalos não fossem, para a Corte “mais caras do que usualmente se cobrava para a maioria das diversões na ocasião”, conforme observou Melo (2015, p. 9). O préstito comandado por José Mariano percorreu um longo caminho, mas não sabemos se os libertos tomaram parte no cortejo. A distância percorrida – segundo nos informa hoje o *Google Maps* – foi de 4,5km. Ao longo do trajeto, houve foguetes e vivas, e a banda de música que estava no Prado os acompanhou. Finalmente, ao escurecer, chegaram ao seu destino. Talvez evidenciando ser uma prática comum – a de caminhar por longos percursos – o corpo acadêmico da Faculdade do Recife organizou uma “grande passeata”¹⁴⁴ (SILVA L., 1988a, p. 138), no dia 17 de maio de 1888. Esse préstito convidou a “congregação de lentes”¹⁴⁵ (SILVA L., 1988a, p. 138) a atravessar as ilhas do Recife e de Antônio Vaz em celebração ao fim da escravatura. O percurso noticiado pelo *Jornal do Recife* e calculado no *Bing Maps* (sistema de localização por satélite desenvolvido pela *Microsoft*) foi de aproximadamente 8,8 km, perfazendo quase o dobro da distância da passeata que saiu do Prado Pernambucano.

A passeata do dia 13 de Maio de 1888 comandada por José de Mariano, ao chegar à redação d’*A Província*¹⁴⁶ ouviu aloquções do abolicionista, do jornalista Martins Júnior, Fernando de Castro – um dos fundadores do Club do Cupim, dentre outros. Havia mais de 6 mil pessoas na Rua do Imperador. Saíram de lá em direção ao Palácio do Campo das Princesas, para cumprimentar o presidente da província, o desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade. Na varanda do seu palácio, o representante político maior da província agradeceu à “imponente manifestação do povo pernambucano (...)”.¹⁴⁷ Oliveira Andrade aproveitou a ocasião, mais uma vez, para saudar a Princesa, o conselheiro João Alfredo, o Ministério 10 de Março, o senador Dantas, Joaquim Nabuco e José Mariano. Este último, representando o povo que ali se encontrava, pediu que fosse enviado um telegrama à Princesa e ao conselheiro João Alfredo, felicitando-os pela Abolição. Ao saírem do palácio em passeata, percorreram diversas ruas, erguendo vivas e soltando foguetes.

¹⁴⁴ *A Província*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888. Alguns Detalhes, p. 4.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 4.

¹⁴⁶ A grande reunião. *A Província*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁴⁷ Festas da liberdade – Dia 13. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

A cultura política vai utilizar-se de componentes que sejam compreendidos pelo maior número de pessoas para difundir uma “visão institucional que traduz o plano da organização política do Estado” (BERSTEIN, 1998, p. 351). No auxílio a essa disseminação, se fará uso de um discurso em que o “vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante” (BERSTEIN, 1998, p. 351). Deste modo, percebemos que, nas Festas da Abolição em Pernambuco, as performances seguem esse mesmo princípio, como é o caso da passeata que saiu do Prado Pernambucano, durante a qual foram empregadas aloquções para repetir as ideias de civilidade e ordem. Além disso, os rituais serviram para delinear os papéis ocupados pelos grupos sociais no novo sistema constituído. Tais atividades, organizadas por uma elite política, econômica e intelectual, contribuíram para a difusão das concepções desses grupos acerca do fim do escravidão. Contudo, também ocorreram festas em que os populares subverteram os sentidos iniciais, como veremos adiante.

As festividades no Recife se estenderam por mais de uma semana. Houve diferentes tipos de eventos – peças, passeatas e bailes – para saudar o fim da escravidão no Brasil. Perguntamo-nos qual a semântica atribuída às comemorações nos anos de 1888 e 1889. Acreditamos que os diversos grupos sociais que participaram das festas buscaram dar um significado próprio a elas – como os portugueses, que na qualidade de estrangeiros, imprimiram a noção de pertencimento ao evento. Ao participar das celebrações, a sociedade ocupa o espaço público – prática que vinha acontecendo desde a década de 1880, por exemplo, com os *meetings* (SANTOS C., 2015) – e cria memórias relativas ao fim da escravatura. Verificamos que essas memórias são disputadas, ainda que não aconteça de forma declarada, entre os partícipes dos festejos, como a imprensa. O *Diario de Pernambuco* e *A Provincia* relatam que foram os primeiros a receber a notícia da Abolição. Os discursos que exaltam a Princesa Isabel, os pernambucanos que contribuíram para o 13 de Maio e o fim da escravatura ter acontecido sem sangue – revelando superioridade ao processo ocorrido nos Estados Unidos – são fatos reproduzidos de maneira constante. Verificamos, assim, as disputas pela construção de uma memória das Festas da Abolição.

Distinguimos um “campo de batalha”, ainda que não formalmente declarado, entre o *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Recife*, ao noticiar práticas contrárias à implantação da lei (situações em que proprietários rurais insistiam na permanência dos libertos nas unidades

agrícolas). Em ambos os periódicos, encontramos duas denúncias, embora não tenham sido confirmadas pela polícia, de abusos cometidos contra os recém-libertos na área rural. No dia 15 de maio de 1888, em nota a Joaquim José de Oliveira Andrade, desembargador e presidente da província, o então Chefe de Polícia, Francisco Domingues Ribeiro Vianna, informou que o proprietário do engenho Penedo de Baixo, Antonio Xavier, por telegrama, pediu providência contra a insurreição da fábrica do mesmo engenho. Vianna ordenou que a força policial de São Lourenço negociasse com o proprietário (mas sem o aparato de força), garantindo aos libertos o direito de se moverem para onde quisessem. A partir da resposta do delegado local, no dia 16, o Chefe de Polícia Ribeiro Vianna concluiu que "nada digno de menção se passou no mesmo engenho, sendo ali respeitado em toda sua plenitude o decreto de 13 do corrente, acabando a escravidão no Império".¹⁴⁸ No dia 20 de maio, Vianna recebeu a notícia de que os libertos dos engenhos Cachoeira e Nova Cruz, do município de Itambé, continuavam acorrentados e recomendou ao delegado de polícia que verificasse a veracidade do fato. Segundo o articulista, atestou-se que esta notícia também era inexata.¹⁴⁹

Ainda que as denúncias tenham sido declaradas como falsas, existe a possibilidade delas terem ocorrido desta maneira, considerada a resistência dos grandes proprietários de engenhos em se desfazer de seus cativos até a véspera da Abolição. As autoridades policiais e políticas, bastante irmanadas, procuraram não enxergar esses conflitos e violências decorrentes da aprovação da lei de 1888. O jornal até denunciou a resistência em pôr fim ao cativeiro, mas as autoridades pensaram e agiram de forma diversa, defendendo seus interesses. Maria Emilia Vasconcelos (2014, p. 160), ao estudar os trabalhadores dos engenhos da Mata Sul pernambucana na segunda metade do século 19, nos revela que os senhores de engenho mantiveram controle sobre os ex-escravizados castigando seus corpos mesmo após a Abolição, pois a utilização da “coerção física como recurso para manter a disciplina e a hierarquia foi comum nos engenhos açucareiros antes e depois do 13 de maio de 1888”.

No *Diario de Pernambuco*, há somente notícias expressas na coluna Repartição de Polícia (local onde se reproduzem as comunicações oficiais do Chefe de Polícia ao presidente da província, a fim de informá-lo sobre os crimes e prisões em Pernambuco). Por outro lado, no

¹⁴⁸VIANNA, FRANCISCO DOMINGUES FERREIRA. Repartição da Policia. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 112, 18 maio 1888. Actos Officiaes, p. 1. VIANNA, FRANCISCO DOMINGUES FERREIRA. Repartição da Policia. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 112, 18 maio 1888. Parte Official, p. 1. A pessoa que assina a notícia é o Chefe de Polícia de Pernambuco.

¹⁴⁹VIANNA, FRANCISCO DOMINGUES FERREIRA. Repartição da Policia. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 116, 23 maio 1888. Actos Officiaes, p. 1. VIANNA, FRANCISCO DOMINGUES FERREIRA. Repartição da Policia. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 116, 23 maio 1888. Parte Official, p. 1.

Jornal do Recife, além das notas da polícia, encontramos um relato particular, cujos dados sobre sua investigação não localizamos, no qual o autor anônimo afirma que o delegado e outras pessoas do município de Bom Jardim não ficaram felizes com o fim da escravidão. O articulista optou em não publicar sua acusação no jornal que era o veículo oficial do governo: o *Diário de Pernambuco*. Além disso, o texto revela desconfiança das autoridades do município em fazer cumprir a nova lei, pois elas parecem formar uma aliança com a elite local. Desse modo, acusa

[...] ser certo que algumas autoridades policiais e indivíduos protegidos por elas, ainda conservam nos cativo muitos infelizes; cumpre ao governo sem demora providenciar de modo a fazer cessar tão revoltante escândalo, mandando uma autoridade de confiança a diversos engenhos desta comarca, que em uns encontrará ex-escravos presos em troncos, em outros ex-escravas com ferros ao pescoço e presas em quartos e em outros ingênuos substituindo ex-cativos.¹⁵⁰

Acreditamos que práticas escravistas tenham permanecido em Pernambuco, tal como em outras províncias, apesar de termos encontrado menos de cinco notícias sobre o assunto. A pouca publicidade desse tipo de conteúdo demonstra, possivelmente, a existência de uma estreita relação entre as autoridades policiais e políticas – vínculo que levou à relativização dos enfrentamentos entre ex-proprietários e ex-escravizados. Iacy Maia Mata (2007, p. 175) relata que, na Bahia, ocorreu violência contra os libertos, bem como no Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais, evidenciando tentativas dos proprietários de engenhos manterem sua autoridade sobre os ex-escravos.

O diminuto número de notas desfavoráveis ao não cumprimento da lei não foi uma prática exclusiva dos periódicos pernambucanos. Evidencia-se um esforço em abafar as notícias desfavoráveis ao fim do cativo e, ao mesmo tempo, exaltar a grandeza do acontecimento, pois “as resistências à aplicação da lei não ocorreram apenas em províncias distantes, como a do Maranhão, por exemplo. Na Corte, as notícias a esse respeito foram relativizadas nos jornais que se preocuparam com a euforia da liberdade e das suas festas” (MORAES, 2018, p. 40).

Se para algumas publicações era como se o país estivesse a comemorar a sua entrada, ao abolir a escravidão, em um mundo civilizado e de valores superiores, tornava-se compreensível a ocultação de notícias de práticas escravistas que ainda se mantinham, as quais poderiam diminuir a glória representada pela Abolição. Reforçando o ideal evolutivo a

¹⁵⁰Bom Jardim. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 125, 03 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

ser alcançado pela nação, o jornal *A Província*, em edição de 17 de maio de 1888, publicou o seguinte: “Só a começar deste momento o nosso regime político poderá ser verdadeiramente democrático, porque a democracia e a liberdade são, em absoluto, incompatíveis com o sistema de castas, com uma legislação que distingue entre escravos e senhores”.¹⁵¹

Não somente a escravidão era vista como sinal de decadência em uma sociedade. Maria Tereza Chaves de Mello (2007), ao refletir sobre as estruturas sociopolítica e econômica do Império brasileiro, identificou a existência de um desejo por reformas na sociedade que não poderia ser realizado pela monarquia, pois esta era associada ao atraso, à retrogradação, o que contribuiu para a divulgação das concepções republicanas ao longo do século XIX. Para atender às aspirações nacionais, seria necessário um novo sistema político – a república – o qual estaria alinhado às ideias de progresso, de democracia, pensamentos então vigentes à época.

Apesar dos discursos que propagavam a ideia de entrada em uma nova era, de progresso e ainda, que a palavra democracia estivesse presente, não se deve entender que com o fim da escravidão terminariam as hierarquias raciais, pois o critério da raça continuaria a ser um fator de distinção social. Albuquerque (2009, p. 123), ao estudar a Abolição e a cidadania negra na Bahia, revela que, no imediato pós-Abolição, o responsável por aplicar a lei numa localidade baiana informou que alguns libertos não eram dignos de gozarem da cidadania conferida aos homens livres, pois o samba e a “vadiagem” ainda eram praticados, colocando-os em uma posição social inferior devido à cor de sua pele e aos seus costumes.

Corroborando a ignomínia representada pela escravidão, em nota no *Diário de Pernambuco*, o diretor-geral de Instrução Pública de Pernambuco, João Barbalho, explicou o júbilo das festas dizendo que “o Brasil, o único país civilizado que ainda possuía escravos, achava-se cansado da tamanha vergonha (...), ansiava por figurar entre as nações de modo mais digno. A lei n. 3.353 de 13 de Maio é por isso recebida com imenso alvoroço”.¹⁵²

Neste contexto de constrangimento, as comemorações da Abolição ganham um sentido de incluir o Brasil no mundo das nações civilizadas, equiparando-o a elas. Significava retirar a marca da vergonha, ascender ao patamar dos europeus e distanciar-se da África, como pudemos ver n’*A Província*: “Encetamos agora uma existência nova: somos também convivas de banquetes da civilização ocidental; e para os estrangeiros que aportarem às nossas plagas,

¹⁵¹ 13 de Maio. *A Província*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 1.

¹⁵² JOÃO, BARBALHO. Treze de Maio. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 3.

não será mais o Brasil um triste prolongamento do continente africano”.¹⁵³ O Brasil, após a Abolição, completa a independência nacional com a independência cívica e individual, apropriando-se dela como ponto de partida para a construção de um novo tempo. Era o que atestava o jornal: “O fato da abolição da escravatura é para nós o início da regeneração social e moral de um povo”.¹⁵⁴ Tal opinião era dividida com a nota A Nova Era, no *Diario de Pernambuco*, escrita pelo Dr. Democrito Cavalcante. Pernambucano de Vitória de Santo Antão e ex-delegado de polícia, afirmou: “o que eu vejo é que abre-se uma era nova para nossa pátria”.¹⁵⁵

Acreditamos que um olhar mais humanista para com os escravos, deixando de enxergá-los somente como coisa, além de uma pressão internacional (exercida pela Inglaterra e ganhando um verniz moral com o processo de abolição em outros países), tenha se juntado a esse sentimento de vergonha para estabelecer o fim da escravidão. Apesar dos motivos, a Abolição trouxe, embora de maneira pouco efetiva para a vida dos libertos, a possibilidade deles se tornarem cidadãos. Inicialmente, isso pode parecer pouco, pois é apenas uma formalidade jurídica. Mas a cidadania representa, ainda que de forma limitada, a possibilidade de os egressos do cativeiro alcançarem outras condições de vida, acessando direitos sociais e políticos, bem como exercendo a sua mobilidade. Para o caso de Pernambuco, verificamos negros manifestando seu posicionamento político no município de Escada quando, em 12 de julho de 1889, mil pessoas se organizaram para impedir a conferência do republicano Silva Jardim. Dentre estas, segundo o *Jornal do Recife*, aproximadamente cinquenta homens de cor – “ingênuos e libertos”¹⁵⁶ – vivaram o Imperador. A contenda só não ocorreu devido aos esforços do delegado local, que impediu “uma luta pouco agradável entre libertos e republicanos na retirada do Dr. Silva Jardim”.¹⁵⁷ Eric Foner (1988, p. 24) afirma que os historiadores estão mais preocupados com os processos de continuidade gerados pelo fim da escravidão. Porém, segundo ele, os intelectuais “poderiam se lembrar de que, para os negros, a emancipação representava a principal linha divisória em suas vidas”.

Evidenciando a agência dos negros, Flavio Gomes (2005), em *Negros e Política*, relata que, mesmo em uma historiografia na qual a participação dos negros na Guarda Negra era

¹⁵³ 13 de Maio. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 1.

¹⁵⁴ 13 de Maio. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 1.

¹⁵⁵ DEMOCRITO, CAVALCANTE. A Nova Era. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 3.

¹⁵⁶ Escada – Conferencia Republicana. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 154, 12 jul. 1889. Publicações Solicitadas, p. 2.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 2.

retratada como massa de manobra dos monarquistas, ainda assim é possível identificar ações dos libertos nas quais eles se movimentam para exercer seus direitos legais. Um exemplo dessa luta ocorreu quando uma comissão de libertos do Vale do Paraíba enviou uma carta a Rui Barbosa, em abril de 1889, solicitando seu apoio a fim de denunciar o mau uso da legislação de 1871. Acusavam os seus autores que esta lei, que versava sobre o fundo de emancipação,

previa recursos do governo imperial e principalmente responsabilidade dos proprietários de escravos em relação àqueles nascidos livres e beneficiados pela lei — pouco havia sido cumprida, especialmente no caso da parcela do imposto a ser destinada à educação dos filhos dos libertos. (GOMES, 2005, p. [44-50]).

Na construção das narrativas das Festas da Abolição, deparamo-nos com um momento em que as pessoas se juntam para celebrar a vitória da civilização sobre a barbárie e, para isso, diziam frequentemente que não era preciso saber quem organizou a festa, conforme os diversos relatos da época. Essa era a mensagem transmitida em várias notas dos jornais pernambucanos, a despeito dos esforços de inúmeras organizações em celebrar o 13 de Maio e de registrá-lo nos periódicos. Amaral (1998, p. 14), ao analisar a reflexão de Émile Durkheim sobre as festas, nos dirá que no “divertimento em grupo, do mesmo modo que na religião, o indivíduo ‘desaparece’ no grupo e passa a ser denominado pelo coletivo. (...) São reafirmadas as crenças grupais e as regras que tornam possível a vida em sociedade”. Coincidentemente com as ideias do sociólogo, o *Jornal do Recife* atestará: “Como e por quem foi feita a abolição dos escravos? É inútil investigar. Ela foi feita pelo povo brasileiro, pela coletividade, como todas as grandes coisas, que não perecem na humanidade”.¹⁵⁸

Se algumas declarações enfatizam a falta da necessidade de se conhecer os responsáveis pela Abolição, as fontes dizem-nos o contrário e revelam quais foram os autores dos eventos e aqueles que fizeram os discursos. Tais evidências refutam o desaparecimento dos indivíduos na coletividade. Na verdade, eles se destacam. Além disso, não obstante essas falas que minimizaram a importância de se identificarem os agentes das celebrações, encontramos representantes da Faculdade de Direito e da Ave Libertas agindo para permanecerem nas memórias do evento. Os alunos e professores da instituição de ensino realizaram uma passeata nas ruas e uma sessão acadêmica no Teatro Santa Isabel, ao passo que a Ave Libertas foi uma das associações que depositou seu estandarte no Instituto Arqueológico e Geográfico

¹⁵⁸ A lei da abolição. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. *Jornal do Recife*, p. 1.

Pernambucano. Sobre a entrega das flâmulas, noticiou o *Diário de Pernambuco*: “ali ficarão depositados, atestando aos pósteros os esforços feitos pelos pernambucanos para a libertação da pátria”.¹⁵⁹ Seria mesmo indispensável não conhecer os patrocinadores do fim da escravidão? As práticas revelam o contrário do discurso.

Uma individualização que ocorreu constantemente foi relacionada a José Mariano. Seu nome é lembrado no erguimento de vivas. Foi ele quem comandou as atividades comemorativas, como as iniciadas no Prado Pernambucano, e se responsabilizou pelos festejos na capital. Além disso, fez inúmeros discursos e se colocou como mediador do povo com o presidente da província. José Mariano foi um homem que participou ativamente do movimento abolicionista em Pernambuco. Sua zona de atuação se estendeu na política, tendo sido eleito deputado geral no ano de 1878, como integrante do Club do Cupim e redator d’*A Província*, jornal de vertente abolicionista. O pernambucano deu ao movimento abolicionista “uma dimensão mais popular, saindo dos limites das disputas nas tribunas” (REZENDE, 2002, p. 89). Sua legitimidade para agir em favor dos escravos parece ter advindo da sua luta em favor da Abolição, juntamente com a sua esposa – Olegária da Costa Gama Carneiro da Cunha. O poder do abolicionista não é somente justificado “pelo fato de detê-lo [poder], mas também de procurar assentá-lo sobre um sistema de representações (...) morais decorrentes de crenças e doutrinas” (FLAMARION, 2012, p. 41), as quais iam ao encontro do desejo de libertação dos negros. Roberto DaMatta dirá que todo ritual tem um centro, para o qual se deve olhar como referencial. Talvez assim desejasse sê-lo José Mariano. Sobre a questão ritual, o autor fará uma afirmação, a qual corrobora a nossa hipótese. Para ele,

é por meio do rito que se podem atualizar estruturas de autoridade, permitindo situar, dramaticamente e lado a lado, quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles (2012, p. [531]).

Ao refletir sobre o fim da escravatura, Eduardo Silva (2001, p. 111) afirmou que a rápida difusão da aprovação da lei e as festas que se seguiram quase imediatamente ao evento foram agentes limitadores para um movimento contrário, uma reação de oposição à Abolição. Apesar da agilidade na transmissão da notícia – que começou às quatro horas da tarde, no próprio dia 13 de maio, após a saída da Princesa do palácio – (SILVA E., 2001, p. 110), é de

¹⁵⁹Festas da liberdade – Hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

causar surpresa a descoberta de que outros países tenham sabido primeiro da notícia da Abolição do que cidades brasileiras. Um telegrama recebido em 15 de maio, do Rio de Janeiro, informava que festas pelo fim da escravidão no Brasil aconteceram na República Argentina e na cidade de Lisboa.¹⁶⁰ Por outro lado, pessoas da localidade de Taquaritinga, no Agreste Pernambucano, escreveram ao *Diario de Pernambuco*, no dia 18 de maio, informando que no dia 17, às nove horas da manhã, souberam do evento através de um “expresso de Limoeiro trazendo oficialmente o telegrama que noticiava a abolição imediata da escravatura no Império”.¹⁶¹ A demora no conhecimento do fim da escravidão também ocorreu no município de Pesqueira, conforme nota relatando que, ao receberam a notícia, no dia 19 de maio, os moradores fizeram uma passeata, à noite, pelas ruas da cidade.¹⁶² Devido às diferenças de tempo no acesso ao conhecimento da lei, tínhamos festejos que ocorriam, nas diversas localidades da província, em um compasso desigual ao que acontecia no Recife.

Os moradores dos diversos municípios de Pernambuco buscaram associar a sua localidade ao ideal de progresso advindo do fim da escravatura. Para se afirmarem como apoiadores da Abolição, informaram aos jornais da capital as comemorações realizadas e, também, as possíveis obstruções às festas. Destacamos, mais uma vez, que as notícias desfavoráveis às comemorações pelo fim da escravatura eram publicadas apenas no *Jornal do Recife*. No município de Vicência, por exemplo, houve comemorações, mas o delegado da comarca ameaçou “com o sabre de sua soldadesca os que tomassem parte na festa da abolição, porém não aconteceu, mercê de Deus...”.¹⁶³ Em Bom Jardim, a banda de música não quis tocar na passeata promovida para celebrar a Lei Áurea, apesar de já estarem presentes diversas pessoas, inclusive libertos. A notícia relata que, ao tomar conhecimento da Abolição, o delegado da comarca e outros indivíduos “deram tantos diabos que fazia dó, acrescentando o 1º que agora nos roubaram os escravos e mais tarde seriam as terras...”.¹⁶⁴ Na localidade de Catende, um autor desconhecido fez questão de afirmar, em nota ao redator do *Jornal do Recife*, que, apesar das dificuldades, comemorações foram realizadas em favor da Abolição nesta região:

A maioria da população deste povoado (...) é pobre; os influentes que podiam
abrilhantar a nossa humilde expansão de sentimentos fraternais – não cogitaram digo

¹⁶⁰Serviço Particular do Jornal. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. Telegrammas, p. 1.

¹⁶¹Taquaritinga. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 120, 27 maio 1888. Revista Diária, p. 2.

¹⁶²Pesqueira. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 123, 31 maio 1888. Gazetilha, p. 2.

¹⁶³Vicência. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 124, 02 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹⁶⁴Bom Jardim. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 125, 03 de jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

por qualquer pretexto e outros por coerência de princípios anteriores não queiram, talvez, sair desse engano d'alma ledô e cego.¹⁶⁵

A atitude dos municípios pernambucanos, em dividir com os periódicos do Recife as suas celebrações, talvez possua raiz no desejo de se criar uma identidade com a capital da província, vista como símbolo de progresso. Apesar da questão material ser um problema para a realização de uma festa nos moldes do Rio de Janeiro, notamos que, nas saudações por meio de vivas, os pernambucanos exaltaram a imprensa, os abolicionistas, José Mariano, Joaquim Nabuco, o senador Dantas, a Princesa e o conselheiro João Alfredo, como deliberadamente norteava a capital do Império. Além desses personagens, por aqui também era aclamado o presidente da província, o desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade, talvez por ser primo-irmão do conselheiro João Alfredo (ANDRADE, 1988, p. 180).

¹⁶⁵Catende. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 118, 25 maio 1888. Gazetilha, p. 2.

3.2. As celebrações pernambucanas de 1888

Os jornais de Pernambuco, ao exercerem a função de disseminar a notícia da Abolição, criaram as suas próprias narrativas sobre o fato. Segundo Martins e Luca (2006, p. 11), os jornais “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público”. Deste modo, identificamos uma diferença entre os relatos sobre a continuidade ou não da passeata que se dirigiu ao palácio do presidente Oliveira Andrade. Para *A Província*¹⁶⁶, o préstito se dissolveu no Campo das Princesas (SILVA L., 1988a, p. 138); por sua vez, o *Diario de Pernambuco* relatou que a multidão continuou a percorrer as ruas do Recife, “erguendo-se muitos vivas e soltando-se muitos foguetes”.¹⁶⁷ O *Jornal do Recife* não se pronunciou sobre o fim do préstito, apenas destacou que estiveram iluminadas as redações do seu jornal, d’*A Província*, do *Diario de Pernambuco* e da Sociedade Ave Libertas, tendo esta última se embandeirado.¹⁶⁸

A disputa pela memória da Abolição parecia já ter começado. Afinal, uma passeata que começou a partir da iniciativa de José Mariano, no Prado Pernambucano, seguiu pela redação do jornal que ele fundou em 1872 e continuou, a partir do seu convite, em direção ao palácio do presidente da província, deveria, supostamente, terminar com a presença de quem a iniciou. José Mariano exercia um poder carismático entre os populares, tanto que congregava diversas pessoas quando desembarcava em Pernambuco, tendo sido “o líder mais popular do Recife em todos os tempos” (GOUVÊA, 1988, p. 157). Ao pensarmos nos locais de poder dos quais falavam os editores, é compreensível que os periódicos se mantivessem num embate para a criação das memórias das Festas da Abolição. O *Diario de Pernambuco*, alinhado com o governo, tendo-lhe sido órgão oficial até 1911, não “poderia” dar o crédito do término do cortejo a quem lhe fazia oposição através do Partido Liberal. Por sua vez, *A Província*, periódico criado por José Mariano, utilizando-se da importância do seu fundador para o movimento abolicionista pernambucano, reforçava a sua centralidade nas celebrações do 13 de Maio. É preciso recordar que as rixas entre estes veículos ocorreram desde a eleição de 1887, quando Machado Portela, do Partido Conservador e apoiado pelo *Diario de*

¹⁶⁶A Grande Reunião. *A Província*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁶⁷Festas da liberdade – Dia 13. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹⁶⁸Regosijo popular. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

Pernambuco, sofria oposição d'A *Provincia*, a qual, por sua vez, apoiava a candidatura de Joaquim Nabuco (GOUVÊA, 1988, p. 156).

Os jornais, ao elaborarem representações das Festas da Abolição, enfatizam acontecimentos em que sua participação foi mais evidente. Chartier (2002, p. 16) mostrará que é necessário ter atenção ao relacionamento entre o discurso proferido e os lugares de onde eles são enunciados, pois “as representações do mundo social (...), embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”. Com o suporte dado às festividades, a imprensa foi de fundamental importância para a disseminação da notícia do fim da escravatura e para os relatos das celebrações. Tencionando contribuir com a difusão, o *Diario de Pernambuco* fez uma edição especial com quatro folhas, apenas para tratar do fim da escravatura. Por seu turno, o *Jornal do Recife* publicou uma edição com seis páginas (quando, normalmente, sua edição era de quatro folhas). D'A *Provincia*, encontramos apenas a publicação do dia 17 de maio, contida no livro *A Imprensa e a Abolição* e nos arquivos microfilmados da Fundação Joaquim Nabuco.

A despeito do sucesso dos festejos improvisados, era necessário organizá-los de modo a lhes garantir um caráter oficial e a permitir que a sociedade se visse representada na celebração do “fato grandioso e memorável nos anais da história, e que é um diadema no presente século para o Brasil”.¹⁶⁹

Segunda-feira, 14 de maio de 1888: o dia amanheceu chuvoso na cidade do Recife. Este poderia ser um motivo para atrapalhar os festejos comemorativos pelo fim da escravidão, mas ele não foi capaz de estragar o empenho dos recifenses em celebrar a sanção da grande lei. Nesta data, havia mais gente na rua do que no dia 13¹⁷⁰ (SILVA L., 1988a, p. 138):

Aumentaram as iluminações. O regozijo cresceu ainda. Todo o comércio fechou. Não houve expediente nas repartições públicas. Fortalezas, telégrafo, consulados e outras estações públicas içaram seus pavilhões. As ruas começaram a embandeirarse.¹⁷¹

A *Provincia* continuará a nos informar que, de manhã, em *todas* as freguesias da cidade, houve reuniões e que as sociedades abolicionistas as acompanharam com seus estandartes. Após o encontro, saíram em passeatas pelas ruas do Recife e se reuniram, novamente, na Rua

¹⁶⁹Catende. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 118, 25 maio 1888. Gazetilha, p. 2.

¹⁷⁰Pelas Ruas. *A Provincia*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁷¹*Ibid.*, p. 4.

do Imperador, em frente à sede do mesmo jornal. Para o periódico¹⁷² (SILVA L., 1988a, p. 138), esta rua, dentre as que se ornamentaram, foi a que mais se destacou. Isso se deve, provavelmente, por ter sido o ponto principal de todo o movimento festivo e pelo fato de lá ficarem as redações do *Jornal do Recife* e d'*A Província*.

Continuando os festejos, às quatro e meia da tarde ocorreu a passeata da classe caixeiral, que desfilou pelas ruas da cidade. *A Província*¹⁷³ (SILVA L., 1988a, p. 138) relatou que foi a melhor passeata do dia e que o povo aderiu à manifestação dos empregados do comércio. O *Jornal do Recife* também expressou que “a passeata caixeiral [foi] uma das melhores e que com mais ordem se tem realizado nesta capital”.¹⁷⁴ Por outro lado, o *Diario de Pernambuco* não fez qualquer menção a esse evento. Tal veículo, em sua edição especial sobre os festejos da Abolição, discorreu de maneira genérica sobre os eventos ocorridos no dia 14, como “à noite houve passeatas regularmente concorridas”¹⁷⁵, mas enfatizou os eventos que tinham caráter oficial – como o recebimento do telegrama enviado ao presidente da província pelo ministro da Agricultura, solicitando a aplicação imediata a lei. Além disso, enalteceu a iluminação e os enfeites da casa do joalheiro comendador Joseph Krause, à rua 1º de Março. As publicações do *Diario de Pernambuco* evidenciaram um alinhamento do jornal com a elite política e econômica pernambucana. A entidade recreativa Sociedade Juventude também fez uma passeata no dia 14. No percurso do préstito, uma comissão subiu até a sede d'*A Província* para cumprimentar seus funcionários¹⁷⁶ (SILVA L., 1988a, p. 138). O evento foi noticiado pelo *Jornal do Recife*. Verificamos que os diversos grupos sociais estavam de fato disputando um lugar de destaque nas lutas pelo fim da escravidão e queriam, assim, que suas atuações ficassem registradas na memória dos pernambucanos.

Por serem lugares de estabelecimento de uma memória, os jornais disputam espaços na construção das memórias relativas à Abolição. De um lado temos o *Diario de Pernambuco*, transformado, conforme sublinhamos, em órgão oficial dos governos de Pernambuco até 1911 (NASCIMENTO, 1968, p. 36) e ligado às classes conservadoras (SILVA L., 1988a, p. 125). Neste canal de imprensa, em 1887, há embates entre os conservadores e o Partido Liberal, pois este utilizava o *Jornal do Recife* para fazer acusações contra aqueles (NASCIMENTO, 1967, p. 92). O *Jornal do Recife* foi criado em 1859 por José de Vasconcellos e, a partir do

¹⁷²A Rua do Imperador. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁷³Classe Caixeiral. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁷⁴Regosijo popular. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

¹⁷⁵Festas da liberdade – Dia 14. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹⁷⁶Sociedade Juventude. **A Província**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

ano de 1883, começou a apoiar a campanha abolicionista através da coluna “Publicações a Pedido” (SILVA L., 1988a, p. 93). No primeiro dia de abril de 1887, publicou-se a última edição sob comando do seu fundador, pois o *Jornal* foi vendido a uma sociedade anônima, cujos representantes eram os doutores Sigismundo Gonçalves e Ulysses Viana.¹⁷⁷ O órgão foi adquirido pelo senador Luiz Filipe Sousa Leão, chefe do Partido Liberal de Pernambuco, para “servir como veículo oficial” (HOFFNAGEL, 1991, p. 148) deste mesmo partido. Frente aos debates sobre as mudanças inevitáveis nas formas de trabalho, o *Jornal do Recife* noticiou: “(...) temos empenho em dar pulso a essa transformação, calma e legal em honra do nosso país, em preparar o leito à corrente a fim de que não transborde e danifique em vez de fertilizar as margens extensas”.¹⁷⁸ Segundo Hoffnagel (1991, p. 148), quando o jornal passou às mãos dos liberais, empreendeu-se uma campanha contra os integrantes do movimento abolicionista que fomentavam rebeliões e fugas de escravos. O outro periódico que buscava construir uma memória das Festas da Abolição era *A Provincia*, fundado em 1872 por José Mariano e de cunho liberal. Em 1878, sua publicação foi interrompida e retornou somente em 1885, como “órgão ostensivo do Partido Liberal” (NASCIMENTO, 1966, p. 187). No ano de 1888, José Mariano voltou à condição de redator da gazeta.

Se por um lado temos, na edição do dia 17 de maio, *A Provincia*¹⁷⁹ (SILVA L., 1988a, p. 138) relatando que, no dia 13, o presidente daquela divisão regional abraçou José Mariano como se o estivesse a fazer à população, a mesma informação não se fez presente no *Jornal do Recife* e nem no *Diario de Pernambuco*. Este último informou que “a fábrica Bougard, à Rua da Imperatriz, acendeu em frente do seu estabelecimento um bonito foco de luz elétrica”.¹⁸⁰ O *Jornal do Recife*¹⁸¹, por sua vez, enfatizou que a Companhia de Bombeiros também participou da festa, tendo iluminado o seu edifício com bom gosto e galhardia e decorado seu interior com os telegramas do mesmo periódico. Exclusivamente, *A Provincia* noticiou: “todas as festas têm sido promovidas pela Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão, dirigindo-as o Sr. Dr. José Mariano”¹⁸² (SILVA L., 1988a, p. 138). Conforme orienta Chartier, identificamos que as publicações de cada veículo são escolhas dos seus

¹⁷⁷VASCONCELLOS, JOSÉ DE. Despedida. **Jornal do Recife**, Recife, ano LXIII, n. 74, 01 abr. 1887. *Jornal do Recife*, p. 1.

¹⁷⁸O Nosso Programa. **Jornal do Recife**, Recife, ano LXIII, n. 75, 02 abr. 1887. *Jornal do Recife*, p. 1.

¹⁷⁹A Grande Reunião. **A Provincia**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁸⁰Festas da liberdade – Dia 14. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹⁸¹Regosijo popular. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. *Gazetilha*, p. 3.

¹⁸²Alguns Detalhes. **A Provincia**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

editores, revelando os seus interesses políticos e econômicos em promover ou ocultar determinados fatos.

Essa disputa de narrativa e de constituição de uma memória entre os periódicos fica mais evidente quando o *Diario de Pernambuco*¹⁸³ e *A Provincia*¹⁸⁴ (SILVA L., 1988a, p. 138) informam que foram os primeiros a divulgar a notícia da Abolição. Na competição, ainda que não formalmente declarada, por esta primazia, o *Jornal do Recife* não se pronuncia.

Ao recordarmos um dos aspectos defendidos para o fim da escravidão – o de acesso ao mundo de nações civilizadas (SCHWARCZ, 1993, p. 75), que representava sair de uma espécie de estado de barbárie para entrar em um mundo “elevado” –, poderemos entender a importância dessas disputas em atrelar a imagem de uma instituição, cidade, associação ou sujeito à do evento da Abolição.

A busca por associar-se a um mundo moderno – sem escravidão – não foi uma exclusividade do Recife. Também as diversas cidades da província de Pernambuco festejaram a Abolição. A fim de mostrar apoio ao grande fato, as populações dos diversos municípios enviaram notícias sobre as comemorações para os jornais da capital. Os moradores de Águas Belas já sabiam ser impreterível o fim da escravidão, “e isto foi bastante para que os habitantes desta vila, que nunca foram indiferentes ao movimento abolicionista, se tomassem de entusiasmo esperando o momento da confirmação da notícia”¹⁸⁵, assim foi publicado no dia 19 de maio. Do mesmo modo, o município de Vitória informou ao *Jornal do Recife* sobre as suas comemorações.¹⁸⁶

No desfile cívico do dia 15 de maio teremos, pela primeira vez, explicitamente declarada a presença de libertos nas celebrações. Na demonstração de apoio ao evento, o comércio e as repartições públicas se mantiveram fechados. Às quatro horas da tarde, as pessoas começaram a se reunir no largo do Corpo Santo, de onde saiu, às dezoito horas, um cortejo com mais de dez mil pessoas¹⁸⁷ (SILVA, 1988a, p. 138). O *Jornal do Recife* informou que o número de pessoas foi superior a quinze mil.¹⁸⁸ Neste cortejo,

à frente da grande massa popular via-se um carro alegórico, tirado a seis animais com a figura da Liberdade, tendo na base um grupo de escravos redimidos. Dois

¹⁸³Festas da liberdade – Dia 13. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

¹⁸⁴A Notícia. **A Provincia**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁸⁵Águas Bellas. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 119, 26 maio 1888. Revista Diaria, p. 3.

¹⁸⁶Victoria. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 114, 20 maio 1888. Gazetilha, p. 2.

¹⁸⁷O Cortejo Cívico. **A Provincia**, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁸⁸Regosijo popular. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 111, 17 maio 1888. Gazetilha, p. 3.

esquadrões patrióticos guardavam esse carro, um comandado pelo Sr. Capitão Justiniano Rocha e outro pelo Sr. Dr. José Marianno, que dirigia o cortejo. Um outro carro conduzia uma jangada alusiva ao grande libertador cearense, o jangadeiro Nascimento, tendo na vela inscrita a data da gloriosa da libertação do Ceará. Um grupo de homens do povo carregava a barcaça Cupim¹⁸⁹ (SILVA, 1988a, p. 138).

O periódico *Lanterna Mágica* (SILVA, 1988a, p. 152, 153 e 156), que se declarava livre e humorístico, expressou, por meio de imagens de litografias, os diversos festejos em comemoração à Abolição, que aconteceram no Recife. No seu exemplar de 20 de maio de 1888, exibiu o retrato da Princesa Isabel na capa e publicou algumas imagens como a da liberdade, representada por uma jovem, e a da participação dos libertos ao redor dos símbolos que lhes eram caros, como a jangada de Nascimento e a barcaça do Cupim. As figuras abaixo retratam as celebrações do cortejo cívico ocorridas no dia 15 de maio. Para Leonardo Dantas Silva (1988a, p. 148), o *Lanterna Mágica* fez uma excelente representação, pois as litografias se configuram como um documentário das diversas manifestações comemorativas da Abolição, como a passeata cívica, a entrega dos estandartes das sociedades abolicionistas no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, a passeata dos africanos, dentre outras.

Quando DaMatta (2012) nos diz que o rito tem uma zona central, na qual se destaca um aspecto da realidade, acreditamos que os organizadores do evento pretendiam definir como foco a imagem da liberdade, que tem aos seus pés os redimidos cativos numa postura dócil e submissa. Essa figura se coaduna com o espírito ordeiro que se esperava das festas e das expectativas geradas sobre o comportamento dos libertos. Porém, contrariando desejos das elites, os libertos parecem definir um outro centro: a barcaça do Club do Cupim – uma vez que nesta representação eles são sujeitos ativos, que se movem em direção à fuga. Vemos, inclusive, uma disputa entre eles, para carregar o objeto (figura 1). Ao longo de uma passeata composta por pessoas das classes mais elevadas da sociedade – econômica ou intelectualmente – é no encontro entre a barcaça do Cupim e a jangada de Nascimento que os ex-escravizados se veem realmente retratados no cortejo. Segundo o *Diário de Pernambuco*, “uma onda de povo cercava este símbolo [jangada] e quase não deixava transitar à vontade um outro esquadrão (...)”¹⁹⁰. Assim, verificamos indícios de uma negritude próxima da barcaça.

Sobre a manifestação em torno da Barcaça de João Ramos, o mesmo veículo nos informa que “fazia gosto ver a faina que empregavam todos em carregá-la [Barcaça de João Ramos]

¹⁸⁹O Cortejo Cívico. *A Província*, Recife, ano XI, n. 111, 17 maio 1888, p. 4.

¹⁹⁰Festas da liberdade – Dia 15. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888, p. 2.

nos ombros, levando-a em triunfo (...). Novas ondas de povo envolviam a comitiva da barcaça pernambucana...”¹⁹¹ Jaime de Almeida (1994, p. 169), ao refletir sobre a teatralização das festas, nos revela que as minorias optam por organizá-las de modo a fazer com que o grande público seja apenas um espectador do evento, conferindo aos festejos um caráter de festa-espetáculo e não de festa-participação, na qual os indivíduos são ativos no processo. Porém, os libertos não se ativeram a assistir ao cortejo como meros espectadores; eles se integraram ao desfile a partir dos símbolos que os representavam, transformando, neste momento, a comemoração numa festa-participação.

Grande passeata cívica do dia 15, em regozijo pela Abolição da escravidão no Brasil.



Figura 1 - Recorte do cortejo ao redor da barcaça do Cupim (SILVA, 1988a, p. 153).

¹⁹¹Ibid., p. 2.

Ao discutir as paradas cívicas nos Estados Unidos no século XIX, a autora Mary Ryan (1992) mostra que, dentre outros sentidos, o cortejo buscava afirmar positivamente a democracia. Nas solenidades cívicas de Pernambuco, os indivíduos se esforçavam em demonstrar apoio ao fim da escravidão, tida como “a hedionda nódoa com que se via manchado o Império do Brasil”.¹⁹² Assim como nas norte-americanas, as passeatas da província incorporaram a população local ao desfile, como também congregaram indivíduos das mais diversas origens sociais, como pudemos localizar na parada cívica do dia 15 de maio.

Como a escravidão era a base da política e da economia brasileira, o seu fim punha em risco a estrutura social do Brasil. Consequentemente, era preciso haver alguma atividade que orientasse as pessoas – mais precisamente os libertos – sobre a nova condição do Brasil. Assim como a parada norte-americana era a base da “linguagem pública e cerimonial através da qual os norte-americanos do século XIX conferiam ordem a um universo urbano onde proliferavam a diversidade e as transformações” (RYAN, 1992, p. 188), aqui as passeatas também assumiram a função de ordenar a sociedade livre de escravos. Sobre as comemorações do Dois de Julho, diz Wlamyra Albuquerque que, “ao estabelecer quem seriam os participantes e suas posições no cortejo, interpretava-se e/ou propagandeava-se uma ordem social fundada em *status* e prestígio” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 172).

Em consonância com as práticas dos desfiles, o discurso que se mostrará recorrente para adjetivar as comemorações será o de que elas ocorreram de forma organizada. Segundo Moraes (2012, p. 50), o “13 de maio de 1888 (...) deveria ser comemorado de forma exaustiva e ordeira, assim como foi a aprovação da lei”. A eliminação de um sistema político e econômico que estava presente no Brasil desde longo período (e que dava suporte para o funcionamento da sociedade) acabava por gerar inquietações sobre o futuro do país. Na verdade, sempre que o Estado se organizava para discutir as práticas escravistas (ALONSO, 2015), o país – digo os senhores proprietários de escravos – entrava em um frenesi, devido às supostas consequências do fim da escravidão, as quais incidiriam sobre os aspectos moral e econômico da sociedade. Podemos supor que esse receio tenha contribuído para a insistência em associar o sucesso de um festejo com a ordem, conforme observamos no *Jornal do Recife*, sobre as comemorações da Colônia Portuguesa, no dia 12 de junho de 1888. Diz o texto:

¹⁹²**Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. Na Igreja, p. 3.

“Observou-se à risca o itinerário anunciado, dispersando-se o cortejo às 8 horas da noite tendo havido a melhor ordem”.¹⁹³

Ao Brasil, ingressando na lista dos países civilizados – tendo feito desaparecer “do solo da pátria a negra e degradante instituição que atrofiava o nosso progresso, corrompia os nossos costumes e riscava o nosso nome da lista que brilha dos países civilizados”¹⁹⁴ –, seria necessário estabelecer outros comportamentos para que as pessoas se adequassem à nova situação.

No sentido de contribuir para a construção de novos modelos de comportamento, os eventos comemorativos para a Abolição desenvolveram um caráter pedagógico. Era essencial instruir as pessoas sobre a maneira como elas deveriam se comportar, pois se acreditava existir um modo correto de fazê-lo. Wlamyra Albuquerque (1999, p. 74), quando discute as celebrações do Dois de Julho, revela que a festividade com samba, por exemplo, era vista como uma forma não adequada de comemoração, pois contrastava com os padrões de civilidade europeus. Almeida (1994, p. 169), ao tratar dos protocolos das festas religiosas que são transferidos para as profanas, nos dirá que “as autoridades preocupam-se em controlar estritamente os comportamentos festivos populares, em especial os jogos de azar (...), a dança (...) e o tumulto”.

Se, como se queria fazer crer, os libertos eram pessoas não preparadas para a liberdade, eles deveriam ser orientados. Alonso (2015, p. [909]), a respeito dos debates sobre a Lei do Ventre Livre, sublinha que um dos argumentos contrários à aprovação da nova legislação era o de que “a situação de escravidão produziria indivíduos incapazes, precisados de regramento e orientação”. Devido a essa “incapacidade”, a ideia de tutela percorreu as relações entre os supostos moralmente elevados (Estado e senhores proprietários de escravos) e os negros. Sobre o 2 de Julho, exemplifica Albuquerque (1999, p. 75): “Pessoas que usufruíram de prestígio social exerciam uma certa tutela sobre os populares, personalizando relações, uma recorrência na sociedade baiana colonial e imperial”. Em sintonia com a ideia de educar os libertos e prepará-los para a sua nova condição social, em reunião no dia 13 de maio, o Núcleo Artístico Abolicionista – associação criada, em fevereiro de 1888, por estudantes de Direito envolvidos com o teatro (CASTILHO, 2016, p. 164) – decidiu continuar a existir para

¹⁹³As festas da colonia portugueza. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 133, 13 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

¹⁹⁴Correntes. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 119, 26 maio 1888. Gazetilha, p. 2.

proporcionar instrução aos ingênuos e libertos.¹⁹⁵ O jornal *O Artista*, em sua edição especial datada de 13 de maio de 1888 e dedicada à libertação dos escravos, também manifestou sua preocupação com a educação dos egressos do cativeiro. Em texto destinado aos abolicionistas, articulistas do jornal os encorajaram a continuar a trabalhar pelos ex-escravizados, escrevendo: “Conseguistes os vossos intentos; vencestes a vossa honrosa batalha (...). Pois bem! concluiu a vossa marcha; libertaste, agora instrui-vos, porque a liberdade sem instrução de nada vale, pois que a ‘A escravidão é filha da ignorância’” (SILVA, 1988a, p. 92).

Compreendemos que a prática dos abolicionistas em oferecer educação aos libertos é uma atitude que se relaciona à ideia de paternalismo – devido à imagem dos negros como seres não condicionados para a vida livre e de não possuírem moral (“a ‘imoralidade’ era um dos estigmas da escravidão” [SILVA N., 2017, p. 131]) e a de progresso, pois o fim da escravidão aproxima o Império do ideal de civilidade representado pelos países europeus. Entendemos que a postura de prover aos libertos escolarização pode ter partilhado, em certa medida, dois princípios aparentemente contraditórios: tutela e autonomia. O interesse pela educação dos escravos foi uma preocupação de Joaquim Nabuco quando, em 1880, apresentou um projeto de lei para acabar, no ano de 1890, com a escravidão, os castigos corporais e, dentre outras propostas, oferecer educação aos escravizados (ALONSO, 2015). Por outro lado, em texto de Noemi Santos da Silva sobre a educação dos ingênuos, escravos e libertos no Paraná, identificamos o empenho exercido por essas pessoas para manterem as escolas que frequentavam, sinalizando um reconhecimento da educação como parte do exercício de autonomia e liberdade pelos sujeitos submetidos à escravidão (SILVA N., 2017).

Nas comemorações da Abolição, autoridades públicas ou privadas aproveitaram a ocasião para revelar aos libertos como eles deveriam passar a agir, e sublinharam que o trabalho deveria ser o seu norte. Na cidade de Gameleira, o tabelião João Baptista da Rocha Baixa Lins, ao fazer seu discurso, pediu aos ex-escravos que

para honra e glória do gabinete 10 de Março e da nação, fizessem bom uso da liberdade (...) continuando no trabalho em que foram educados, e que não tomassem prevenção alguma contra aqueles que autorizados por lei tinham sido senhores (...) que não supusessem que com a liberdade somente tinham completado sua felicidade, que para se manterem, mais do que nunca tinham necessidade do trabalho, e que de modo algum se entregassem à vagabundagem, porquanto aquele que não pautasse o

¹⁹⁵Núcleo Artístico Abolicionista. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 113, 19 maio 1888. Revista Diária, p. 3.

seu procedimento pelos trâmites do justo e do honesto, só devia esperar punição das autoridades constituídas.¹⁹⁶

Em uma tentativa de se colocar como um “mecanismo de afirmação de uma determinada ordem social e moral, de certa visão global do homem e de suas relações com o mundo” (ALMEIDA, 1994, p. 169) – o que contribuiria, também, para a manutenção da mão de obra em suas terras –, alguns ex-proprietários realizaram festas para os novos cidadãos. Os relatos indicam que, tanto em Palmares quanto em Una, ocorreram festejos proporcionados pelos senhores e que eles transcorreram de forma pacífica.¹⁹⁷

No dia 18 de maio, tivemos o primeiro registro de uma festividade dos negros, composta por uma passeata que, segundo o *Diario de Pernambuco*, “andou pelas principais ruas da cidade (...). Era composta de africanos livres, a que se incorporaram os que, em virtude da áurea lei n. 3.353, acabam de recobrar tão gloriosamente a liberdade”.¹⁹⁸ O préstito foi precedido por músicos que utilizavam instrumentos típicos dos afro-brasileiros. Na litografia reproduzida no *Lanterna Magica* (SILVA, 1988a, p. 156), é possível visualizar os instrumentos musicais utilizados pelos alforriados e observar como as pessoas estavam dispostas em ordem, qual numa formatura militar, e vestidos de acordo com os costumes da época mas também com elementos africanos, como os turbantes e panos da costa colocados no torso das mulheres. No percurso, soltavam foguetes e davam vivas aos abolicionistas, à imprensa e ao Ministério 10 de Março.¹⁹⁹ Mantendo os ritos das demais passeatas, os entusiasmados manifestantes foram cumprimentar o presidente da província, que “bastante comovido agradeceu em eloquentes frases aquela original manifestação”.²⁰⁰ Verificamos que os libertos, ainda que repetissem os rituais das outras comemorações, utilizaram os objetos relativos à sua cultura a fim de caracterizar a sua procissão. A marcha dirigiu-se para a rua do Vigário, local onde se estabelecia o escritório de Barros Sobrinho, membro efetivo do Club do Cupim, sociedade abolicionista que ajudou na fuga de inúmeros escravizados. Neste lugar, ocorreram discursos dos acadêmicos André Lopes e Monteiro Lopes, tendo este último pedido que, “concluída aquela festa que exprimia gratidão, competia a todos que se retirassem em

¹⁹⁶Gammelleira. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 114, 20 maio 1888. Revista Diaria, p. 3.

¹⁹⁷Una, 15 de Maio, à 1 hora e 52 minutos da tarde. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. Telegrammas, p. 1.

¹⁹⁸Festas da liberdade. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 113, 19 maio 1888. Revista Diaria, p. 3.

¹⁹⁹Festas da Liberdade. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 113, 19 maio 1888. Revista Diaria, p. 3.

²⁰⁰Festa Africana. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 114, 20 maio 1888. Revista Diaria, p. 2.

toda calma e paz”.²⁰¹ Vislumbrava, portanto, mais uma atitude a tutelar os libertos. Aqui, não temos orientações quanto à dissolução do préstito.

Passeata entusiástica dos Africanos e Africanas que festejaram assim a libertação de seus filhos e netos.



Figura 2 – Recorte da passeata dos africanos e africanas (SILVA, 1988a, p. 156).

Os africanos, conforme demonstrado na figura 2, reconfiguraram as passeatas ao fazerem uso de seus típicos instrumentos musicais, os quais produziam sons diferentes dos demais préstitos, nos quais era comum a música tocada por uma banda da polícia ou de uma associação. Por sua vez, ao carregar a bandeira do Império, os negros enalteciam esta instituição e reforçavam a ideia da Abolição como graça concedida pela Princesa Isabel – a Redentora. Em um exercício de constituição de sua identidade, os libertos utilizavam elementos que rompiam com o seu passado escravista, ao se vestirem como pessoas livres, inclusive portando chapéus, mas também reforçavam seus valores ao usarem símbolos de sua cultura. Apesar do caráter imitativo das comemorações dos libertos, percebemos que as demais manifestações de outros grupos sociais, como a Colônia Portuguesa, também realizaram iguais procedimentos: passeata e envio de telegramas. Os ex-escravizados condensaram aspectos das manifestações “oficiais” com características culturais próprias, a

²⁰¹Ibid., p. 2.

fim de que as comemorações tivessem significado para eles. Em reconhecimento à manifestação dos libertos de Pernambuco, o conselheiro João Alfredo respondeu aos africanos, em 22 de maio de 1888, endereçando o telegrama aos mediadores culturais dos ex-escravizados, os estudantes negros de Direito – Feliciano André Gomes e Manoel da Motta Monteiro Lopes (em 1909, este último foi eleito o primeiro deputado brasileiro, declaradamente negro [CASTILHO, 2016, p. 164]). O chefe do Ministério 10 de Março agradeceu aos africanos da cidade as felicitações que eles lhe enviaram.²⁰²

A realização de uma passeata composta por negros é “uma oportunidade periódica de exercer um poder transitório e limitado”, uma vez que “a festa tempera e corrige, parcialmente, as desigualdades de condição e previne a contestação social, fortalecendo enfim a coesão da coletividade por meio da emulação” (ALMEIDA, 1994, p. 169). Ainda que algumas expressões populares para legitimar a Abolição tenham sido feitas a partir do presidente da província, é relevante destacar que, ao não dispor de meios “oficiais” para manifestar seu apoio, como a imprensa, a população negra se apropriou dos mecanismos legais e possíveis para realizá-lo e, de maneira ativa, se posicionou sobre os fatos. Ao pedir que Oliveira Andrade enviasse um telegrama à regente, as camadas populares partilhavam do regozijo que adveio com o fim da escravatura e, além disso, se empenharam em “construir condutas que permitissem não se manter à parte, mas de inserir-se na sociedade”, conforme refletiu Maria Emilia V. dos Santos (2014, p. 169) sobre a tentativa de eliminar/modificar o entendimento acerca do estereótipo sexual relacionado às mulheres negras. Na pesquisa da historiadora, verifica-se que os libertos procuraram conservar as ex-escravas no espaço doméstico, afastando-as das ruas, tal como os homens brancos faziam com suas companheiras, tutelando-as sobre a sua circulação em ambientes públicos. Tal prática levou a conflitos entre os pares, visto que a negra, diferentemente da branca, estava acostumada a ocupar as ruas para trabalhar e produzir o seu sustento (SANTOS M., 2014, p. 168).

Os organizadores das festas, ao conceberem modelos plurais de celebrações, inseriram diversos grupos sociais nas solenizações. Os tipos de comemorações em Recife contemplaram passeatas de crianças e adultos, com representantes de diferentes ramos da economia, com senhoras e africanos. Além disso, temos a apresentação de uma peça teatral, sessões magnas, *Te-Deum* (hino sacro em ação de graças) etc.

²⁰²Telegrama. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 118, 25 maio 1888. Gazetilha, p. 1.

Constatamos que diversas passeatas aconteceram para educar as crianças, como no dia 17, em que dois professores fizeram “uma imponente festa escolar em honra à Abolição, com uma sessão magna e depois uma passeata”.²⁰³ Este evento contou com a presença do inspetor geral da Instrução Pública João Barbalho Uchoa Cavalcante, o delegado literário João Joaquim de Freitas Henriques e demais autoridades. Todos os participantes saíram em marcha até o palácio da presidência da província para mostrar “os sentimentos patrióticos de que se achavam possuídos os professores e alunos de instrução primária (...) pelo brilhante triunfo da causa abolicionista”.²⁰⁴ Caracterizando-se por ser um momento de construção de valores da sociedade, as passeatas são instrumentos utilizados nas celebrações do 13 de Maio que incluem, também, crianças, as quais estão na fase inicial de formação do caráter. Desse modo, parecendo-nos concordar com as reflexões de Mary Ryan sobre os rituais, Roberto DaMatta nos revela que eles servem “para promover a identidade social e construir seu caráter. É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores” (DA MATTA, 2012, p. [311]).

Evidenciamos que até mesmo um segmento da sociedade que era excluído das atividades políticas formais no século XIX engajou-se nas celebrações: as mulheres. A presença delas ocorreu em diferentes eventos e misturou-se à dos homens. Mas houve, também, uma comemoração particularmente feminina: uma passeata pelas ruas do Recife, a qual contou com mais de duzentas senhoras “elegantemente vestidas”,²⁰⁵ ou seja, mulheres que compunham os estratos médio e alto da sociedade pernambucana. O evento contou com a presença de bandas de música, compondo-se de discursos de alguns senhores e da professora Maria Amélia Queiroz.²⁰⁶ Acompanhando os relatos da passeata feminina, encontramos, no jornal *O Artista* (SILVA, 1988a, p. 92), dois pequenos textos, de no máximo vinte linhas, escritos por mulheres. Pertencem eles a Beatriz de Castro e a Laura da Fonseca. Os artigos contêm elementos patrióticos, religiosos e de progresso, que exaltam os vultos responsáveis pelo fim da escravidão – Joaquim Nabuco e João Alfredo – e equiparam a importância das

²⁰³Manifestação Escolar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 113, 19 maio 1888. Recife, p. 3.

²⁰⁴Ibid., p. 3.

²⁰⁵RODRIGUES, JOSÉ DA SILVA. Colonia Portuguesa. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 119, 26 maio 1888. Publicações a Pedido, p. 3. RODRIGUES, JOSÉ DA SILVA. Colonia Portuguesa. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 130, 9 jun. 1888. Publicações a Pedido, p. 3.

²⁰⁶Marche aux flambeaux. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n.114, 20 maio 1888. Gazetilha, p. 1.

datas 13 de maio de 1888 e 28 de setembro de 1871, afirmando que a liberdade nasceu de Deus, evidenciando a importância religiosa na vida das mulheres.

Alguns embaraços nas comemorações do fim da escravidão ocorreram devido às condições clínicas de D. Pedro II. O próprio monarca, que estava na Europa para tratar da saúde, só tomou conhecimento do fato no dia 22 de maio, em Milão, quando teve uma melhora em seu quadro (SCHWARCZ, 1998, p. 436). Em Caruaru, os festejos foram cancelados devido à notícia da morte do Imperador.²⁰⁷ No Recife, a passeata e a sessão magna ocorrida no Teatro Santa Isabel, organizadas pelos estudantes da Faculdade de Direito, ambas no dia 22 de maio, contaram com a presença do presidente da província, o desembargador Oliveira de Andrade. Este foi duramente atacado pelo *Jornal do Recife*, pois, para o periódico, o estado de Sua Majestade não permitia que o “delegado do governo Imperial”²⁰⁸ tomasse parte em tais festejos.

A ideia de comemoração se atrela a uma noção de futuro e à escolha de quais imagens e símbolos relativos às celebrações serão legados à posteridade. Essa concepção perpassou os festejos no Recife. Constatamos que vários setores da sociedade se empenharam em registrar material e, simbolicamente, a Abolição.

No ensejo de retratar os acontecimentos gerados a partir da sanção da Lei Áurea e celebrar o grande feito, os jornais do Recife fizeram edições especiais ou com maior número de páginas, assim contribuindo para a construção da memória das festas da Abolição. Os jornais possuem diferentes orientações políticas, o que nos permite contemplar diversas abordagens para o mesmo tema. Em *A Tribuna*, que “possuía forte cunho abolicionista” (SILVA, 1988a, p. 7), vemos um discurso que enaltece conquistas da Abolição: a igualdade civil, o abraço fraterno entre vencidos e vencedores, a entrada da província em uma nova era. Por sua vez, *O Rebate* (SILVA, 1988a, p. 63), veículo de ideias republicanas, destacou, em sua primeira publicação após a Abolição – 19 de maio de 1888 –, o orgulho que sentia do conselheiro pernambucano João Alfredo, por essa conquista. O presidente do Gabinete 10 de Março foi comparado a Abraham Lincoln e posto em lugar superior a ele, por ter conseguido extinguir a escravidão sem derramamento de sangue. Além desse destaque a João Alfredo, o jornal incentivava a adoção do federalismo no Brasil. *O Artista*, um jornal como sugere o nome – da classe artística de Pernambuco, publicou uma edição com textos mais poéticos e reforçou a

²⁰⁷Caruaru. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 124, 02 jun. 1888. Gazetilha, p. 2.

²⁰⁸Agonia Imperial. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 116, 23 maio 1888. *Jornal do Recife*, p. 1.

lembrança das datas imorredouras do país: 7 de setembro de 1822 e 13 de maio de 1888 (SILVA, 1988a, p. 89).

A despeito da ruptura com a escravidão, cujas festas comemorativas pela Abolição evidenciavam a suspensão da continuidade de algo visto como uma marca de atraso nas civilizações, a festa não significava desordem, muito pelo contrário. A ideia de ordem constantemente era enfatizada. Segundo Natalie Zemon Davis (1990, p. 87), “a festa tem o caráter de perpetuar os valores da sociedade na qual se realiza e também de fazer uma crítica da ordem social estabelecida”.

O esforço de manter o caráter ordeiro dos festejos também se fez presente nos setores de maior escolaridade, como na sessão magna ocorrida no Teatro Santa Isabel, promovida pelos alunos da Faculdade de Direito. A comissão organizadora²⁰⁹ do evento fez um apelo para que os oradores não se demorassem nos discursos, bem como evitassem falar sobre política, pois o motivo da festa era exclusivamente a Abolição. Contudo, neste 22 de maio, um estudante, ao fazer sua alocução, desobedeceu às instruções recebidas e “provocou aclamações do auditório e censuras dos promotores da festa, por ter falado em prol da causa republicana (...): ‘só aos republicanos cabe expandirem-se alegremente quando o rei agoniza!’ ”.²¹⁰

Por sua vez, o *Diário de Pernambuco*²¹¹, apesar de ter noticiado o evento, não mencionou a fala do orador republicano. Ressaltou, contudo, ao ser lido o telegrama que dava notícias da melhora no estado de saúde do Imperador, não faltou entusiasmo aos presentes. Assim, o jornal reforçou seu apoio ao governo e seu caráter de veículo da propaganda oficial, ao não publicar fatos que atacassem a monarquia.

No processo de criação dos objetos simbólicos relativos à Abolição, as celebrações ocorridas em Olinda foram muito significativas, pois se enfatizou o discurso de libertação do município no dia 12 de maio. Ou seja, antes da Abolição no país, por meio de seus próprios esforços. No dia 16 de maio²¹², as sociedades abolicionistas do Recife foram convidadas a participar das comemorações olindenses. O convite feito por “Olinda” ao “Recife”, sendo este último o local dos festejos oficiais da província, tinha o objetivo de associar os olindenses à identidade de civilização e modernidade que estava sendo forjada na capital da província, a partir dos festejos pelo fim da escravidão. Ao se compartilharem os mesmos valores, no

²⁰⁹E. AUTRAN. Aos senhores oradores da festa academica. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 115, 22 maio 1888. Publicações a Pedido, p. 5.

²¹⁰Regosijo Popular. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXI, n. 117, 24 maio 1888. Gazetilha, p. 1.

²¹¹Festival academico. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n.117, 24 maio 1888. Revista Diaria, p. 2.

²¹²Festas pela liberdade, em Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife ano LXIV, n. único, 17 maio 1888. p. 2.

momento da celebração, se tem o “sentimento de serem parte de uma mesma comunidade, para a qual todos são igualmente importantes” (MEYER; MONTES, 1985, p. 10).

Ainda no mês de maio, na busca por exceder a transitoriedade das festas, a comunidade de Olinda se reuniu para subsidiar a construção de um obelisco comemorativo ao fim da escravidão. Para os olindenses, “os monumentos são de certo entre todos os povos um dos meios mais eloquentes de glorificar os grandes feitos e os grandes homens, que brilham na história desses povos”.²¹³ As faces do obelisco deveriam contemplar as datas 12 e 13 de maio, lembrando à posteridade a glória da cidade ter se libertado da escravidão antes da Lei Áurea. O monumento, uma escultura, assim representa: “elegante figura de mulher em trajes de guerreira, tendo na cabeça uma estrela, e empunhando na mão direita uma lança (...), pousa a mão esquerda na cintura, e em atitude de vitória contempla o horizonte”.²¹⁴

José Murilo de Carvalho (2017, p. 82) analisando a representação feminina ao longo das repúblicas francesas e a sua posterior apropriação pelos republicanos brasileiros, nos informará que a figura da mulher era utilizada para transmitir diversas mensagens, como a da própria república, da pátria e da liberdade. Em seu livro sobre a Revolução Francesa, Lynn Hunt examina a importância dos símbolos e rituais para a construção do ideal revolucionário. Segundo a autora, foram mesclados elementos legitimados pela cultura popular, e que posteriormente eram legalizados por seus representantes, bem como foram criados ritos e distintivos por estes últimos, constituindo um novo referencial simbólico para o novo governo. Afinal, “o exercício do poder sempre requer práticas simbólicas” (HUNT, 2007, p. 78). Dessa maneira, entendemos que o monumento de Olinda reforça o ideal de liberdade nesta nova conjuntura e deixa presente a lembrança do município não ter precisado da Lei Áurea para se libertar, tendo agido de modo vanguardista.

No Recife, as autoridades estatais também tomaram medidas a fim de construir símbolos ligados à memória da Abolição. Os integrantes da Câmara Municipal do Recife²¹⁵, em sessão no dia 23 de maio, decidiram que se realizasse um *Te-Deum* em ação de graças pelo fim da escravidão e que se trocassem os nomes de algumas ruas, como o da rua do Progresso para Dr. Barros Sobrinho; do Príncipe para Dr. Gomes de Mattos; da Amizade (na Capunga) para Antonio Carlos; das Crioulas para João Ramos e a rua e praça da Detenção para Abolição. Com essas homenagens, os agentes políticos reafirmavam o seu protagonismo e o dos

²¹³J.V.M.V. O monumento à abolição em Olinda. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n.123, 31 maio 1888. Publicações a Pedido, p. 2.

²¹⁴Estatua da liberdade. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXIV, n. 247, 28 out. 1888. Revista Diaria, p. 3.

²¹⁵Camara Municipal. *Jornal do Recife*, Recife, ano XXXI, n. 117, 24 maio 1888. Gazetilha, p. 1.

personagens do movimento abolicionista pernambucano, nos esforços empreendidos na causa. É importante salientar que a preocupação em construir uma memória vinculada às Festas da Abolição permite aos indivíduos tornarem-se senhores do esquecimento e da memória (LE GOFF, 2003, p. 422).

Aliada ao Estado, a sociedade civil recifense também se organizou para arrecadar fundos e construir um monumento em favor da Abolição. Em novembro de 1888, a fim de dar início à obra, formou-se um comitê para promover a edificação do Passeio Público 13 de Maio. José Mariano não compôs tal associação, mas outros abolicionistas, como Barros Sobrinho e Gomes de Mattos, integraram-na. Suspeitamos que, apesar de ter organizado os festejos pelo fim da escravidão, José Mariano não tenha participado da agremiação devido às discussões que frequentemente aconteciam entre *A Província* e o *Diario de Pernambuco*, pois Miguel Figueirôa Faria era um dos membros da associação e proprietário do *Diario de Pernambuco*. No ano de 1888, os esforços para construir o monumento se dão apenas no estabelecimento de uma comissão organizadora.

Os responsáveis pelos festejos da Colônia Portuguesa, em consonância com o desejo de construir uma memória da Abolição, providenciaram a confecção de uma medalha comemorativa ao evento, a qual teve um exemplar recolhido, em 12 de junho de 1888, no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano – local de depósito de vários símbolos da causa abolicionista, à época dos acontecimentos.²¹⁶ Outros grupos da sociedade civil também resolveram cunhar uma medalha. Esta era subvencionada pelos cidadãos, os quais deveriam procurar as redações dos periódicos *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Província* ou a secretaria do IAGP, para fazerem suas doações. Ao contribuírem para a condecoração, os indivíduos que tivessem ofertado uma quantia relativa ao preço da insígnia teriam direito a um exemplar do objeto.²¹⁷ Fato semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, para a confecção da pena de ouro a ser utilizada na assinatura da futura Lei Áurea. Segundo Moraes (2012, p. 169), foi permitido que diferentes pessoas, ao subvencionarem a compra da pena, pudessem participar da construção das memórias da Abolição, somando-se àquelas desejadas pela imprensa, organizadora dos eventos na Corte.

²¹⁶RODRIGUES, JOSÉ DA SILVA. Colonia Portuguesa. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 131, 10 jun. 1888. Publicações a Pedido, p. 3.

²¹⁷Medalha Commemorativa. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 114, 20 maio 1888. Revista Diaria, p. 2.

No dia 18 de maio²¹⁸, os estandartes das sociedades abolicionistas que haviam sido depositados na igreja de S. Frei Pedro Gonçalves saíram em passeata comandada por José Mariano. O cortejo se dirigiu ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e ali se realizou uma sessão extraordinária. Na ocasião, após o discurso de José Mariano, fez-se a entrega de nove estandartes das sociedades abolicionistas²¹⁹, da barcaça denominada João Ramos, do Livro de Ouro (registro das celebrações pelo aniversário da libertação do Ceará) e das bandeiras que enfeitaram as janelas das sedes das sociedades Nova Emancipadora, Club Abolicionista e Ave Libertas. Os estandartes estiveram presentes em diversos festejos ocorridos no Recife, como as passeatas e as sessões no Teatro Santa Isabel. Com o depósito dos objetos acima mencionados, buscou-se legar ao futuro o acesso a esses símbolos que foram amplamente utilizados nas comemorações, os quais constituíam uma prova da participação do povo pernambucano na luta pelo fim da escravidão.

O ato de se depositarem as bandeiras das sociedades abolicionistas no IAGP relaciona-se aos objetivos iniciais de criação dos institutos históricos brasileiros. Segundo Schwarcz (1993), o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, fundado em 1839, tinha como finalidade elaborar e disseminar uma memória oficial. O estabelecimento do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862, objetivava recuperar a “história da pátria” (SCHWARCZ, 1993, p. 154), o que contribuía para as aspirações do grêmio da Corte, bem como buscava demonstrar a relevância da província pernambucana nos fatos ocorridos no Império. Sendo um local de salvaguarda dos objetos que constituíam a história de Pernambuco e de produção de memória a partir deles, é compreensível que as entidades abolicionistas tenham entregues seus estandartes à instituição (IAGP), a fim de que tivessem registrado seu envolvimento nas Festas da Abolição. O esforço das sociedades abolicionistas não parece ter sobrevivido ao século XX. Na comemoração pelos cinquenta anos da Abolição, realizou-se uma exposição no Teatro de Santa Isabel, na qual foram exibidas, além das “coleções da Biblioteca Pública e Museu do Estado e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico, contribuições valiosas de famílias e arquivos particulares” (SILVA, 1988b, p. 65), tendo sido catalogadas apenas as bandeiras das associações Nova Emancipadora e Club Abolicionista.

²¹⁸Festas da Liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXIV, n. 113, 19 maio 1888. Revista Diária, p. 3.

²¹⁹Club Abolicionista, Ave Libertas, Comissão Central Emancipadora, Nova Emancipadora, União Liberal Abolicionista, União Abolicionista Comercial, Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão, Acadêmica de 1888 e Club Ceará Livre.

Entrega das bandeiras e emblemas abolicionistas ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano



Figura 3 – Recorte da entrega dos estandartes (SILVA, 1988a, p. 156).

O ano de 1888 chega ao fim. Quais foram os esforços empreendidos para celebrar o 13 de maio em 1889 e para produzir memórias relativas ao fim da escravidão?

3.3. A Abolição completa um ano

O *Diario de Pernambuco*, em sua primeira edição no ano de 1889, fez um retrospecto político de 1888 e afirmou que “a abolição da escravatura no Brasil foi o acontecimento político ou social mais importante do ano decorrido”, cujos benefícios excederão os limites do Brasil para “tornarem-se uma brilhante conquista do mundo contemporâneo”.²²⁰ O jornal²²¹ atesta que o país já desfrutava dos benefícios advindos da Abolição, pois a economia se expandiu graças à maior participação popular.

Constatamos que o fim da escravatura não contemplou a inclusão dos negros na sociedade, pois nas décadas subsequentes à Abolição eles ainda enfrentavam dificuldades para se inserirem na sociedade. A qualificação do indivíduo pela sua cor, de onde se extraía seu valor e seu caráter, restringiu o acesso da população negra às atividades laborais, conforme evidenciou Alvaro Pereira do Nascimento (2007), em texto sobre a presença negra na Armada do Brasil. A Abolição não representou de fato melhores condições de vida material e nem de inserção social aos egressos do cativo. Alguns ex-senhores se “vingaram” da Lei Áurea não oferecendo aos libertos doentes e idosos amparo àqueles que lhes serviram por tanto tempo, deixando-os em estado de abandono (FRAGA, 2014, p. [4442]). Em registros policiais feitos na Bahia, no ano de 1889, a população negra ainda recebeu o *status* de liberta (FRAGA, 2014, p. [4296]).

Nos meses iniciais de 1889, o recente fim da escravatura ainda ecoava em Pernambuco. Localizamos que diferentes setores da sociedade continuavam produzindo memórias relacionadas à Abolição e, com isso, acabavam se associando a este processo. Ao fabricarem uma centralidade em torno de si, vinculavam-se ao ideais de civilidade e de progresso atrelados à extinção do cativo. Em janeiro de 1889, por exemplo, o *Diario de Pernambuco* noticiou o recebimento do mimo, oriundo da Europa, que o Partido Conservador pernambucano mandou fazer para oferecer ao conselheiro João Alfredo, em comemoração à Lei Áurea.²²² Em fevereiro do mesmo ano, foi noticiado que as aulas gratuitas e noturnas, do

²²⁰Retrospecto político do anno de 1888 – Política Geral. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 1, 03 jan. 1889. *Diario de Pernambuco*, p. 2.

²²¹*Ibid.*, p. 3.

²²²Serviço Particular do Diario – Rio de Janeiro, 22 de Março, às 12 horas e 50 minutos da tarde. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 67, 23 mar.1889. *Telegrammas*, p. 1.

professor Julio Soares de Azevedo, destinadas aos ingênuos e libertos, tinham-se iniciado no dia 07 do mesmo mês.²²³

Em Olinda, os municípios, nos meses de fevereiro e março, organizaram-se para realizar a colocação da primeira pedra do monumento comemorativo da Abolição.²²⁴ Não é por acaso que a comissão organizadora tenha escolhido a data do dia 25 de março²²⁵, dia em que o Ceará se libertou da escravidão, cinco anos antes como discutimos no capítulo anterior. Nos dias atuais, o monumento permanece na cidade, na praça que se chama Abolição, mas que é vulgarmente conhecida como Preguiça, devido à presença destes animais na região.

A população olindense se orgulhava do seu pioneirismo ao assentar a pedra “do primeiro monumento comemorativo da abolição no Brasil inteiro”.²²⁶ Na ata confeccionada para o registro do evento, constou a informação de que o memorial a ser erigido era destinado a comemorar as datas 12 e 13 de maio de 1888, relembrando o fato do município ter se libertado da escravidão antes do Império²²⁷, como se estivesse a ressaltar o caráter voluntário da atitude de libertar os escravizados, e não como consequência da imposição de uma lei. Neste evento cívico e religioso, que contou com a presença das sociedades abolicionistas recifenses, houve discursos de homens e de, mais uma vez, Maria Amélia Queiroz.²²⁸

Em Recife, formou-se uma comissão central para promover as celebrações e, tal como no ano de 1888, foi José Mariano o responsável pelo comitê.²²⁹ Os festejos comemorativos durariam três dias – 13, 14 e 15 de maio.²³⁰ Durante todo o período, haveria uma quermesse no jardim do Palácio do Campo das Princesas, cuja arrecadação seria destinada às obras do Passeio Público. Além do evento ao ar livre, seriam realizados uma sessão literária, um baile e uma nova edição do periódico *A Academia*, escrito pelos integrantes da Faculdade do Recife.

Apesar das intenções de construir o Passeio Público 13 de Maio ainda em 1888, somente em 1889 foi possível dar início à execução das obras do memorial. Foi escolhido o dia da sanção da Lei Áurea para colocação da sua pedra fundamental.²³¹ Em janeiro de 1889, o

²²³Aula nocturna. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 35, 13 fev. 1889. Revista Diaria, p. 2.

²²⁴Monumento da Liberdade em Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 61, 16 mar. 1889. Revista Diaria, p. 3.

²²⁵Primeira pedra. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 67, 23 mar. 1889. Revista Diaria, p. 2.

²²⁶Estatua da Liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 66, 22 mar. 1889. Revista Diaria, p. 2.

²²⁷Estatua da Liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 69, 27 mar. 1889. Revista Diaria, p. 3.

²²⁸Página 13 de Maio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 108, 15 maio 1889, p. 2.

²²⁹Comemoração do dia 13 de Maio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 90, 23 abr. 1889. Revista Diaria, p. 2.

²³⁰Academia. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 99, 03 maio 1889. Revista Diaria, p. 2.

²³¹Passeio publico. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n.39, 17 fev. 1889. Revista Diaria, p. 4.

*Diario de Pernambuco*²³² noticiou que já havia começado o aterramento do Passeio Público, mas que era necessário empenho das comissões responsáveis para arrecadar fundos e continuar a obra, pois esta construção exigia um trabalho excessivo e dispendioso. Ao provocar o brio pernambucano, lembrando que cidades como São Paulo e Fortaleza já possuíam passeios públicos e que “Pernambuco nunca será inferior em civismo às suas irmãs”, esperava-se obter doações.

Segundo Freitas (2006), as discussões sobre a criação do referido Passeio começaram em 1844, no governo do conde da Boa Vista, período em que foi criado o primeiro projeto paisagístico para o parque. Ao longo do século XIX, outras propostas surgiram, como as dos engenheiros Vauthier (francês) e Martineau (inglês). Um outro plano apresentado em 1895 trocou o nome do Passeio Público para Jardim 13 de Maio. Em 1911, distinto projeto o nomeou para Passeio Público 13 de Maio e, em 1923, ele recebeu a denominação que carrega até hoje: Parque 13 de Maio. Observamos que as diferentes proposições sobre a construção do referido parque não contemplaram apenas alterações na sua nomenclatura, mas também na sua forma e tamanho. Apesar dos diversos planos, a edificação do Passeio Público só ocorreu em 1939, com o engenheiro Domingos Ferreira. A obra durou sete meses e teve como motores o fato de Recife sediar o III Congresso Eucarístico Nacional, em setembro, e a Grande Exposição Nacional de Pernambuco, em dezembro (ambos os eventos ocorreram em 1939). Para Freitas, o Parque 13 de Maio “foi um empreendimento associado tanto aos interesses da Igreja Católica e de uma elite empresarial, como aos interesses do próprio Estado Novo” (FREITAS, 2006, p. 103-104), elites que, desde o século XIX, tomaram parte na realização deste projeto.

As celebrações do ano de 1889 começaram no domingo, dia 12 de maio, com a retirada dos estandartes das sociedades abolicionistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Em passeata, as pessoas se dirigiram ao Teatro de Santa Isabel para que o Club do Cupim fizesse a entrega das condecorações relativas à Lei Áurea. Foram cunhadas medalhas para cento e dezoito pessoas e mais o IAGP. Tal instituição recebeu sua medalha apenas no dia 14 de maio²³³, na cerimônia de depósito dos estandartes ao mesmo local. Na

²³²CIVES. O passeio publico 13 de Maio. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 22, 27 jan. 1889. Publicações a Pedido, p. 3.

²³³Pagina 13 de Maio. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 108, 15 maio 1889, p. 2.

cerimônia do dia 12, apenas uma mulher, das dez agraciadas²³⁴ – como Leonor Porto e Olegaria Carneiro da Cunha –, compareceu ao teatro. Eis o que dela se escreveu:

A incansável abolicionista Maria Amélia de Queiroz, única mulher, que tendo sido recompensada com uma medalha pelos seus serviços prestados à causa dos escravos, foi receber de um clube humanitariamente rebelde aquilo que se chamava legalidade, o documento perene de sua dedicação.²³⁵

Evidenciamos a importância da professora, abolicionista e uma das fundadoras da Ave Libertas, Maria Amélia de Queiroz, para o movimento abolicionista pernambucano e também sua contribuição para expandir esses ideais fora dessa província, como no Paraná. Sua atuação ao produzir música, ao criar sociedades abolicionistas e ao discursar – ela foi uma das três únicas pessoas que fizeram alocações no Teatro de Santa Isabel –, carece de mais investigação. Acreditamos que suas transgressões, ao ter uma vida social ativa, sendo mulher no século XIX, possam fornecer maior compreensão para a participação feminina no movimento abolicionista.

Para o ano de 1889, identificamos que as comemorações se mantiveram plurais, mas foram menos duradouras do que as de 1888. Ocorreram festejos de várias ordens, como peça teatral, *Te-Deum*, sessão literária, baile etc. No Recife, as festas terminaram no dia 16, com a sessão literária dos alunos do curso preparatório.²³⁶ Percebemos que as comemorações ocorreram menos em espaços públicos do que em 1888, quando se lotavam as ruas. As festividades concentraram-se em locais particulares e/ou pagos, como o Derby Club, o Teatro Santa Isabel, a Câmara dos Deputados e a capela do Ginásio Pernambucano. Um dos protagonistas das festas continua a ser José Mariano, mas também localizamos a presença frequente da professora Maria Amélia de Queiroz.

Embora não tenhamos encontrado, em 1889, nenhuma menção explícita à participação dos libertos nas celebrações da capital pernambucana, foi relatado o comparecimento do povo nas festividades, onde provavelmente eles estivessem incluídos. A única menção à população negra ocorreu em um evento negativo, feito pelo *Diario de Pernambuco*, jornal utilizado pelos ex-proprietários de escravos para defender seus interesses. O periódico relatou: quando a guarda responsável pelas honras do assentamento da pedra do monumento do Passeio Publico 13 de Maio passava na ponte Santa Isabel, os capoeiras que lá estavam, com sua

²³⁴Club Cupim. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 106, 11 maio 1889. Publicações a Pedido, p. 3.

²³⁵Página 13 de Maio. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 108, 15 maio 1889, p. 2.

²³⁶Festas de 13 de Maio. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 110, 17 maio 1889. Revista Diaria, p. 2.

música, “travaram a sua costumada luta a cacete, faca e revólver, causando susto nos transeuntes”.²³⁷ É importante destacar que a mesma notícia não é publicada no *Jornal do Recife*. Este periódico se abstém de editar notícias que desonram a imagem do movimento abolicionista, seus integrantes e libertos.

A única menção direta a uma manifestação dos libertos ocorreu no município de Escada. Nessa localidade, houve uma passeata dos egressos do cativo pelas ruas da cidade, tendo transcorrido em perfeita ordem. Percebemos que a intenção de tutelar os ex-escravizados permanece no ano de 1889. Por meio do discurso realizado durante o préstito, o vigário da cidade aproveitou a ocasião para reafirmar a gratidão e reverência devidas à Princesa Isabel pelos ex-escravizados, pois ela “quebrou de uma vez para sempre aquele férreo jugo que vos arrojava os pulsos”²³⁸. Reforçando o caráter tutelar, o religioso enfatizou, de maneira didática, o que se esperava do comportamento dos ex-cativos. Disse ele:

Sois livres! (...) Já viveis, mercê de Deus, à sombra da liberdade sob a tutela das leis pátrias. Pois bem: agora o que vos cumpre fazer? Eu vol o direi, sintetizando tudo nestas palavras – trabalhar, trabalhar e trabalhar sempre, a fim de que possas viver com independência, à vossa própria custa, educando os vossos filhos nos são princípios da religião católica e da moral (...).²³⁹

Entendemos que o discurso do religioso se origina de uma preocupação com as mudanças sociais, políticas e econômicas advindas da Abolição. Se no sistema escravista havia uma forma de disciplina e controle feita pelos proprietários e seus feitores, ao romper com esse modo de produção, novas possibilidades de experiências são permitidas aos ex-cativos. Dessa forma, são necessárias outras medidas disciplinadoras, tencionando manter os libertos em lugar de subalternidade e “estabelecer também os espaços e papéis sociais nas relações de mando e obediência” (SANTOS, M., 2014, p. 161) – papéis que frequentemente eram subvertidos pela população negra.

Em 1889, tivemos a inclusão de uma celebração esportiva para solenizar o fim da escravatura. No dia 13, no Derby Club de Pernambuco, realizaram-se corridas de cavalos, tal como na Corte (MORAES, 2012, p. 72). O anúncio da “Grande Festa Nacional”²⁴⁰ convidava para a festa da libertação da pátria. Foram nove eventos no total, mesclados entre corridas –

²³⁷Capoeiras. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 108, 15 maio 1889. Revista Diária, p. 3.

²³⁸Escada. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 109, 16 maio 1889. Pagina 13 de Maio, p. 1.

²³⁹Ibid., p. 1.

²⁴⁰SCHUTEL, HENRIQUE. Derby Club de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 104, 09 maio 1889, p. 5.

cujos páreos receberam nomes relacionados à causa da Abolição durante a década de 1880 – e jogos. As evidências sugerem que a ordem dos espetáculos foi definida de maneira a homenagear os maiores responsáveis pelo fim da escravidão (segundo critério dos organizadores), estabelecendo, talvez, uma ordem decrescente de importância. O segundo páreo recebeu o nome de Princesa Isabel; o quarto, João Alfredo; o sexto, José Mariano; e o oitavo, Joaquim Nabuco. Essa ordenação dos páreos reforçava o caráter de dádiva conferido à Abolição, pois, ao não incluir representantes populares, ainda que José Mariano – conhecido como Tribuno do Povo – estivesse presente, se fortalecia a ideia de as pessoas homenageadas serem os sujeitos ativos do processo de luta pelo fim da escravatura.

A festividade no Derby Club não foi aberta ao público de modo amplo, pois cobrou-se ingresso dos espectadores. Além da cobrança, que impediu o acesso da população desprovida de recursos, o clube também distinguiu o seu público, oferecendo entradas com valores distintos para “entrada geral” e “arquibancadas”.²⁴¹ Segundo Melo, diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento de práticas esportivas no Brasil. A vinda da Família Real Portuguesa, a entrada de imigrantes, a abertura do comércio ao exterior, a Independência, o aumento populacional, dentre outros, foram fatores que incrementaram a importação “dos modismos e de bens culturais europeus, os esportes e as atividades físicas” (MELO, 2001, p. 139). No processo de modernização brasileira, ao longo do século XIX, a emulação das práticas esportivas oriundas de países da Europa permitiram que novos espaços públicos fossem ocupados e que incluíssem novos atores – as mulheres (MELO, 2015). Assim, o desenvolvimento do turfe no Brasil permitia que esse esporte se constituísse “em um espetáculo, onde se podia ver e ser visto” (MELO, 2001, p. 144). Moraes, ao refletir sobre as festas que celebravam a extinção da escravatura no Rio de Janeiro, entenderá que “o turfe nas comemorações pela Abolição é um sinal do movimento de valorização do esporte” (2012, p.78). Em Pernambuco, o reconhecimento da importância da prática esportiva é marcado pela presença de um periódico chamado *O Sport*, o qual destinava-se a cobrir o movimento hípico recifense – composto por três hipódromos. A edição de 13 de maio de 1889 (SILVA, 1988a, p. 165) se dedicou a celebrar o fim da escravidão, tendo homenageado, na capa, a Princesa, o Ministério 10 de Março, o conselheiro Dantas, Joaquim Nabuco, José Mariano, a Confederação Abolicionista e o Club do Cupim.

²⁴¹SCHUTEL, HENRIQUE. Derby Club de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano LXV, n. 104, 09 maio 1889, p. 5.

Tal como em 1888, a iluminação continuou a ser um destaque nos festejos e, assim, prédios públicos, casas comerciais e particulares, além de sedes das sociedades abolicionistas se enfeitaram.²⁴² Registros fotográficos dos edifícios foram realizados e postos à venda. Metade do valor arrecadado seria destinada ao financiamento das obras do Passeio Público. Percebemos que vários setores da sociedade do Recife realizaram atividades para ajudar na construção deste memorial.

Mantendo o discurso de 1888, em que associava a Abolição à dádiva da Princesa Isabel, o *Diario de Pernambuco* noticiou que ela agiu de forma altruísta, quando assinou a Lei Áurea e publicou o seguinte:

As nossas ex e atual capitais encheram-se de um júbilo extraordinário a fim de dar um solene e público testemunho de quão civilizadora, útil e necessária foi a lei que fez de uma augusta Princesa uma caridosa Mater enxugando as lágrimas dos oprimidos.²⁴³

Diferentemente do que aconteceu em 1888, houve um esvaziamento do apoio às celebrações, revelando uma diminuição do entusiasmo com o fato, talvez por ele remeter à ideia de um passado atrasado e pelo desejo de olhar em direção a um futuro civilizado. O comércio, por exemplo, não parou inteiramente as suas atividades para que seus funcionários participassem das festas. Notamos que a adesão às comemorações de 1889 ocorreu de modo diverso do ano da Abolição. Se no ano de 1888 o apoio da população e do comércio foi amplo e durou vários dias, no ano subsequente ele se impôs com algumas restrições e não se estendeu além de cinco dias.²⁴⁴

Outra distinção se revela na quantidade de notas enviadas pelas cidades que relataram os seus festejos. Registramos que apenas os municípios de Escada e Goiana partilharam suas celebrações com os periódicos.²⁴⁵ Diferentemente do ano anterior, o *Diario de Pernambuco* não elaborou nenhuma edição especial para comemorar a Abolição e, nem o *Jornal do Recife* ampliou as suas páginas. As publicações apenas foram suspensas na terça-feira, dia 14, e retornaram no dia seguinte. As evidências sugerem que, a despeito do comportamento dos jornais, as comemorações no ano de 1889, além de serem expressas por meio de atividades festivas, basearam-se mais em construir elementos simbólicos que tivessem uma duração

²⁴² **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 108, 15 maio 1889. Gazetilha, p. 2.

²⁴³ Pagina 13 de Maio. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 108, 15 maio 1889, p. 2.

²⁴⁴ **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 108, 15 maio 1889. Gazetilha, p. 2.

²⁴⁵ Escada. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 109, 16 maio 1889. Pagina 13 de Maio, p. 1; **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 114, 22 maio 1889. Gazetilha, p. 2.

menos efêmera. Neles, quais a materialidade dos objetos deveria registrar o apoio pernambucano à causa da Abolição de forma mais longeva, como a construção do Passeio Público, a cunhagem de medalhas e a produção de fotografias.

Os abolicionistas, por sua vez, criaram a Sociedade Pernambucana Comemorativa da Abolição²⁴⁶, a qual fundia todas as associações abolicionistas da capital. Seus membros eram abolicionistas históricos da província, como José Mariano, Barros Sobrinho e João Ramos. De forma diligente, tal sociedade cunhou medalhas para homenagear as pessoas que participaram da campanha abolicionista em Pernambuco, entre os anos de 1880 e 1888.²⁴⁷ Isto, naturalmente, fortaleceu, na memória da província, a imagem dos abolicionistas pernambucanos como uns dos responsáveis pelo fim da escravatura.

Em novembro, após a Proclamação da República, os personagens tentaram se adaptar à nova situação política do Brasil. O professor Julio Soares de Azevedo²⁴⁸, cuja escola abrigava as aulas para os ingênuos e libertos, decidiu manter as suas atividades escolares. Ampliando seu objetivo educacional, optou por oferecer aulas noturnas aos analfabetos, tencionando capacitá-los para as eleições da futura Constituinte.²⁴⁹

Em Olinda, no dia 15 de dezembro de 1889, no largo da Abolição, em frente à Estátua da Liberdade, ocorreu uma festa para celebrar o primeiro mês de aniversário da Proclamação da República.²⁵⁰ O local é ressignificado, conferindo-se a ele um caráter de liberdade mais amplo, associando-o à República. Na busca por desconstruir a importância do Império para o fim da escravidão, o *Diario de Pernambuco* publicou uma nota, escrita por *O Solitário do Recife*, na qual se desqualificava a participação da Princesa Isabel no processo abolicionista. Afirmou que a regente imperial se aproveitou da iniciativa popular (que propunha o fim da escravidão) e que ela agiu “para popularizar o único trono da América e o seu futuro reinado, ordenando ao cidadão João Alfredo a respectiva sanção”.²⁵¹ Esta atitude rechaçava a memória da Abolição na qual a Princesa Isabel era vista como a redentora dos cativos, memória que foi difundida entre os pernambucanos, inclusive pelo *Diario de Pernambuco*.²⁵²

²⁴⁶Sociedade Pernambucana Comemorativa da Abolição. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 113, 21 maio 1889. Revista Diaria, p. 2.

²⁴⁷Convite. **Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 188, 22 ago. 1889. Publicações Solicitadas, p. 2.

²⁴⁸Collegio Julio Soares de Azevedo. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 105, 10 maio 1889. Revista Diaria, p. 2.

²⁴⁹**Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 278, 06 dez. 1889. Gazetilha, p. 1.

²⁵⁰Festa ao ar livre. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 285, 14 dez. 1889. Declarações, p. 5.

²⁵¹O SOLITARIO DO RECIFE. A política da incoherencia (Novos documentos para a historia). **Diario de Pernambuco**, Recife, ano LXV, n. 289, 19 dez. 1889. Publicações a Pedido, p. 3.

²⁵²**Jornal do Recife**, Recife, ano XXXII, n. 30, 07 fev. 1889. Gazetilha, p. 2.

Ao desqualificar a libertação como dádiva do Império, os agentes da República, segundo Moraes (2012, p. 252), buscavam, nas festas públicas, reforçar o sentimento de fraternidade e solidariedade entre os brasileiros, construindo uma memória da Abolição própria do regime republicano. Podemos concluir que a apropriação das narrativas das festas permite legitimar uma nova situação política – seja o fim da escravatura, seja a implantação da República –, gerar coesão social entre os sujeitos e lhes conferir uma identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando refletimos sobre o movimento abolicionista brasileiro, precisamos considerar que, na verdade, ele foi vários, pois não havia um único modo de atuação para todo o Império Brasileiro. Essa diversidade lhe permitiu uma composição heterogênea de seus atores e, também, uma variedade em seus modos de ação. Ao realizarmos esse trabalho, identificamos que a multiplicidade de integrantes e de práticas de disseminação do ideal abolicionista esteve presente na província pernambucana, entre os anos de 1884 e 1889.

A disseminação das ideias e práticas em prol do fim da escravidão aconteceu em diversas esferas da sociedade oitocentista: o Parlamento, com seus debates sobre a criação de leis em favor do término do cativo; casas de particulares onde se concediam cartas de alforrias; teatros com representação de espetáculos cênicos e musicais, além da enunciação de discursos, como os de Joaquim Nabuco no Teatro de Santa Isabel; e, provavelmente, o local mais importante para a propagação do ideal abolicionista e de maior alcance entre as pessoas: o espaço público.

Essas áreas públicas foram lugares ocupados pelos abolicionistas. Aliados dos meios formais da política imperial, homens letrados, mas sem representação na política, se apropriaram das ruas, portos e praças para difundir as ideias sobre o fim da escravidão e conseguir adeptos à causa. Para a realização de seu intento, empreenderam esforços variados, como realização dos *meetings* de embarque e desembarque, desfiles, ornamentação com a temática abolicionista, dentre outros.

Ao longo da pesquisa das fontes nos periódicos do século XIX, pudemos visualizar a relevância da ocupação do espaço público para o movimento abolicionista. Nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, identificamos os convites dos abolicionistas para que a população participasse das atividades relacionadas à luta pelo fim do escravidão. Deve-se destacar que, para a maior utilização das áreas públicas, foram necessárias modificações na estrutura das cidades, investindo em iluminação, em formas de locomover-se, em construção de edifícios etc.

Se nos dias de hoje a imprensa e as redes sociais são instrumentos de propagação do pensamento, no século XIX a imprensa também desempenhou um papel relevante na difusão dos valores e das atividades que os abolicionistas pretendiam disseminar. A partir desse

instrumento, foi possível ao movimento pelo fim do cativo, ocupar as ruas das províncias para a realização de suas práticas, ainda que houvesse uma grande massa de analfabetos.

A imprensa é vista como uma instância de poder, de onde se expressam os defensores e os críticos da Abolição. Buscava-se causar impacto na vida das pessoas, ora associando-as ao espírito de progresso e civilidade representado pelo fim da escravidão, ora relacionando-as à desordem social e econômica, caso ocorresse a extinção do cativo. A sociedade se divide, tal qual vemos nos dias atuais, ocorrendo embates no campo político e na imprensa.

Coube-nos, neste trabalho, entender como o movimento abolicionista pernambucano se organizou para participar desse conflito. Optamos por compreender a articulação do movimento a partir das festas, acreditamos que elas são locais de disputas entre seus participantes, de subversão dos valores e de formação de memória.

Na província de Pernambuco, identificamos que diversos grupos promoveram atividades relacionadas ao fim da escravatura, disputando reconhecimento por meio da publicação das cartas de alforrias concedidas, de acusações de maus tratos contra os escravizados etc. Esses conflitos também auxiliaram na constituição das memórias da Abolição. Se, como vimos, o fim do cativo representava uma associação com o ideal de progresso, a sua permanência ligava-o ao atraso. Nesse contexto, identificamos que entidades que congregavam portugueses, acadêmicos, mulheres, dentre outros, empenharam-se em criar símbolos, narrativas, atividades culturais e intelectuais que promovessem a causa antiescravidão. Essas práticas aliavam seus participantes ao imaginário de evolução, de progresso que existia na sociedade oitocentista.

Um outro atributo da festa, conforme dissemos anteriormente, é o seu caráter subversivo. Em celebrações oficiais realizadas por uma elite intelectual e/ou econômica, os lugares ocupados pelo povo (pessoas que não compõem essa elite, dentre as quais os escravizados) são bem definidos, de forma que a festa seja do tipo espetáculo, ou seja, que apenas seja assistida. Porém, identificamos que os escravizados subverteram essa aspiração aristocrática e transformaram as celebrações em festa-participação, na qual eles inseriram elementos culturais que mais os representavam, compondo de modo ativo as festividades e contrariando as expectativas da elite que buscava tutelar a população negra, fosse ela cativa ou não.

A província de Pernambuco se mostrou em frequente diálogo com os movimentos em prol da Abolição, nas demais regiões do Império Brasileiro. A estreita relação estabelecida entre os abolicionistas pernambucanos e os cearenses pode ser identificada, por exemplo, a partir da

construção de uma *underground railroad* – rota de fuga para os escravizados entre as duas províncias. A coesão desenvolvida entre os dois locais também se refletiu nas comemorações pela Abolição no Ceará. Os pernambucanos empreenderam diferentes esforços no sentido de celebrar o fim da escravidão cearense, em 1884. Como registro importante desse evento, foi confeccionado o livro *Pernambuco ao Ceará*, em que se compilam as diversas manifestações ocorridas na cidade do Recife, em celebração à conquista dos abolicionistas do Ceará. A Abolição cearense impactou o movimento abolicionista pernambucano, articulando-o para criar outras entidades antiescravidão e para organizar festas em comemoração à data, nos anos posteriores ao fato.

Celebrações pelo 25 de Março de 1884 (data da Abolição cearense) aconteceram de forma menos ou mais intensa, entre os anos de 1884 e 1888, a depender da composição política do governo. Essas manifestações celebrativas, por meio de passeatas e discursos públicos, contribuíram para que o espaço público pernambucano fosse ocupado pelo seu movimento abolicionista e para que se propagasse a causa abolicionista entre as mais diferentes pessoas da sociedade pernambucana.

Vimos como, no ano da Abolição, a sociedade pernambucana se dedicou a realizar as celebrações pelo fim da escravidão. Diferentes grupos, como as mulheres e os acadêmicos, tomaram as ruas da província, em especial do Recife, para manifestar seu apoio ao grande evento. Os esforços para realizar essas comemorações incluíram a demonstração de apoio ao fato junto ao governo provincial. Isso significava que as paradas que aconteciam na capital deveriam ir até à sede da administração, a fim de cumprimentar o governador e externar a alegria pelo fim da escravidão, vivendo a Princesa Isabel e o Conselheiro João Alfredo. Os grupos participantes dos desfiles buscavam legitimar sua atuação e apoio, solicitando ao chefe provincial o envio de telegramas para a Corte. Identificamos que os libertos também atuaram de modo a obter o reconhecimento de sua participação junto ao órgão oficial, mas, convém ressaltar, para isso incluíram na parada elementos culturais que lhes pertenciam, como seus instrumentos musicais e vestimentas. Assim, ainda que realizem alguns rituais praticados por variados grupos da sociedade pernambucana nas celebrações pelo fim da escravatura, os libertos não agiram de modo a tão somente reproduzir essas práticas: eles foram sujeitos ativos nesse processo, pois inseriram aspectos de sua cultura nas comemorações.

Concluimos esse trabalho afirmando que as Festas da Abolição não foram uma atividade meramente celebrativa. Elas eram investidas de objetivos, os quais iam além da prática de

comemorar e incorporavam ao seu acontecimento a propagação do ideal abolicionista, buscando inculcar na sociedade os valores desejados pelos participantes do movimento antiescravidão. Para a disseminação das ideias em prol do fim do cativeiro, a ocupação do espaço público foi determinante para obter apoio do maior número possível de pessoas. A tarefa de congregar, nas suas celebrações, diferentes indivíduos da sociedade foi fundamental para o sucesso do movimento abolicionista, pois mostrou que a insatisfação com a escravatura não era prerrogativa de seus integrantes: ela se espalhava a outros grupos sociais. Essa reunião de distintas pessoas contribuiu para pressionar o governo imperial a decretar o fim da escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. Festas e cultura popular na formação do “povo brasileiro”. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 143-166, jan./jun, 1998. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11197/8206>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ALBUQUERQUE, D. S. L; VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX. **Revista Economia**, Brasília, v. 14, n. 1A, p. 211-225, jan./abr, 2013. Disponível em:
http://www.anpec.org.br/revista/vol14/vol14n1p211_225.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas**: comemorações da Independência na Bahia (1889 – 1923). Campinas, SP: Editora da UNICAMP / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

_____. Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923). *In*: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. p. 157-203. (Várias Histórias)

_____. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Jaime de. Todas as festas, a festa? *In*: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 153-187. (Tempos)

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Escravidão de Circunstância: o repertório moral do escravismo e do abolicionismo brasileiros. *In*: **SEMINÁRIO SOCIOLOGIA, POLÍTICA E HISTÓRIA**, São Paulo: PPGS-USP, p. 1-32, 30 maio 2011. Disponível em:
http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/211_artigo.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

_____. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 166-169, set./dez, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300007. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 101-122, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/53134/57196>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. Companhia das Letras, 2015. Edição do Kindle.

AMARAL, Rita. As mediações culturais da festa. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-22, jan./jun., 1998. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9314/8008>. Acesso em: 09 fev. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo: o estadista da abolição**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 02)

ARAUJO, Ana Lucia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel. *In*: CASTILHO, Celso T.; MACHADO, Maria H. P. T. (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 451-473.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. (Série Teses)

ASSIS, Machado de. **Obras Completas de Machado de Assis I: Romances Completos**. (Edição Definitiva). Edição do Kindle.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKTHIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. (Linguagem e Cultura, 12)

BASILE, Marcello. A Abolição, o Republicanismo e a Crise Final do Império. *In*: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed., 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 188-245.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de setembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRITO, Jailton Lima. **A Abolição na Bahia**: uma história política – 1870-1888. 1996. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996._brito_jailton_lima._a_abolicao_na_bahia._uma_historia_politica_-_1870-1888.pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 37-54.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. A política da abolição: o rei contra os barões. *In*: _____. **Teatro de sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 291-328.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades escravistas. *In*: GOMES, Flavio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.

CASSOLI, Marileide Lázara. **A construção da liberdade: vivências da escravidão e do pós-abolição**. Mariana, 1871-1920. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

CASTILHO, Celso Thomas. **Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em História), University of California, Berkeley.

_____. Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da Campanha Abolicionista. *In*: ALBUQUERQUE, Serverino J. **Conferências sobre Joaquim Nabuco: Joaquim Nabuco e Wisconsin – Centenário da conferência na universidade – ensaios comemorativos**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2010. p. 313-341.

_____. O ‘25 de março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. *In*: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628970_ARQUIVO_Castilho.ANPUH.25demarco.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. “Ao teatro, pelos cativos!”: uma história política da abolição no Recife”. *In*: CABRAL, Flavio José Gomes; COSTA, Robson (Org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. p. 325-343.

_____.; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 47, p. 161-197, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a05n47.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. **Slave emancipation and transformations in brazilian political citizenship**. Pittsburgh, EUA: University of Pittsburgh Press, 2016. (Pitt Latin American Series)

CLEMENTE, Jacilene dos Santos. **Culturas escolares em Recife (1880-1888)**. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13065/1/Dissertacao%20Jacilene%20Clemente.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1978. (Retratos do Brasil, v. 90)

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012. Edição do Kindle.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Oficinas da História)

DUARTE, Jodeval. **A história contada pelo Diário – A Praça Forte da Liberdade**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. A luta das mulheres pernambucanas. *In*: FERREIRA, Luzilá Gonçalves *et al.* **Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1999. p. 41-109.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. A repercussão da abolição no Ceará nos periódicos da Corte Imperial (1884). *In*: **4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**, Curitiba, 13-15 maio 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/lusireneferreira.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

FRAGA, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**: revista dos pós-graduandos em História da UNICAMP, Campinas, n. 19, p. 63-90,

2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/316/272>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. O cotidiano moveido do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890. *In*: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. Recurso digital.

_____. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Cândida. **O parque 13 de Maio na modernização do Recife**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3452>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GOMES, Flávio. **Negros e política**: (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Edição do Kindle. (Descobrimo o Brasil)

GOUVÊA, Fernando do Cruz. **Abolição**: a liberdade veio do Norte. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 14)

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista, 1880-88. *In*: FERNANDES, Eliane M.; ANDRADE, Manuel C. de. (Org.). **Atualidade & Abolição**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991. p. 139-151. (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 21)

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O Carnaval de Romans**: da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. *In*: **XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH, São Leopoldo, RS, jul. 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto%20F%20Machado.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. *In*: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-161.

MARTINS, AL.; LUCA, TR. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Edição do Kindle. (Paradidáticos collection, Sociedade, espaço e tempo)

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1641.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MATA, Iacy Maia. “Libertos de 13 de Maio” e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**, Bahia. n. 35, p. 163-198, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21129>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. Edição do Kindle.

MELO, Victor Andrade de (Org.). **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2001.

_____. Entre a elite e o povo: o sport no Rio de Janeiro do século XIX (1851 – 1857). **Tempo** [online]. v. 21, n. 37, p. 208-229, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

MEYER, M; MONTES, M. L. **Redescobrimdo o Brasil: a festa na política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812341_2012_completo.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. O “dia do delírio” de Machado de Assis e as festas da abolição. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo. v. 11, n. 23, p. 34-53, abril 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212018000100034&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 09 fev. 2019.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Edição do Kindle.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). *In*: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 283-314.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1968. (vol. I – Diário de Pernambuco)

_____. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966. (vol. II – Diários do Recife – 1829/1900)

PALMO, Jetsunma Tenzin. **No coração da vida: sabedoria e compaixão para o cotidiano**. Tradução de Jeanne Pilli e Lúcia Brito. Teresópolis, RJ: Lúcida Letra, 2014. Edição do Kindle.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Pernambuco ao Ceará: o dia 25 de março de 1884**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. (Coleção Malungo, v. 6)

RÜSSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. (Coleção Teoria da História)

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução de Valdeci Araujo e Pedro S. P. Caldas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, MG. n. 02, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>. Acesso em: 09 fev. 2019.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. *In*: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 177-209.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. *In*: CASTILHO, Celso T.; MACHADO, Maria H. P. T. (Org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 335-367.

SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio**: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). 2014. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281274/1/Santos_MariaEmiliaVasconcelos_dos_D.pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

_____. Antes do 13 de maio: o 25 de março no Ceará e o movimento abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 53, p. 149-183, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22475/14384>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____. O 25 de Março de 1884 no Ceará e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco. **Revista Historiar**. Sobral, CE, vol. 9, n. 16, jan./jun. 2017 Disponível em: www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/download/273/pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. *In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 23-54.

SILVA, Eduardo. Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como História Cultural. *In: PAMPLONA, Marco A. (Org.). Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 107-118.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Leonardo Dantas. **A Imprensa e a Abolição**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988a. (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 13)

_____. **A abolição em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988b. (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 10)

SILVA, Noemi Santos da. Um passo para a liberdade: experiência de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888). *In: CORD, M. M.; ARAUJO, C. E. M.; GOMES, Flávio (Org.). Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p.121-138.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A escravidão em cena: teatro e abolição na Bahia oitocentista (1884-1888). *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 22-26 jul. 2013*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364263745_ARQUIVO_XXVIIANPUH_RicardoTadeuCairesSilva.pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cantando e encenando a escravidão e a abolição: história, música e teatro no Império Brasileiro (segunda metade do século XIX). *In: 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, Curitiba, 13-15 maio 2009. Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/silviacristinamartinssouza.pdf>.
Acesso em: 17 fev. 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.